



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (PROPE)  
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (CPGSS)  
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM  
DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL (MDPT)

**EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO:  
DIAGNÓSTICO DE AÇÕES COM ÊNFASE ÀS MULHERES**

**Michel Afif Magul**

GOIÂNIA  
JULHO – 2023

**MICHEL AFIF MAGUL**

**EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO:  
DIAGNÓSTICO DE AÇÕES COM ÊNFASE ÀS MULHERES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial (MDPT), da Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Pasqualetto.

GOIÂNIA  
JULHO – 2023

Catálogo na Fonte - Sistema de Bibliotecas da PUC Goiás

M213e Magul, Michel Afif  
Empreendedorismo e inovação no setor público : diagnóstico de ações com ênfase às mulheres / Michel Afif Magul.-- 2023.  
127 f. : il.

Texto em português, com resumo em inglês.  
Orientador: Prof. Dr. Antônio Pasqualetto.  
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2023.  
Inclui referências: f. 120-126.

1. Empreendedorismo. 2. Setor público. 3. Desenvolvimento organizacional. 4. Mulheres. I. Pasqualetto, Antônio. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial - 16/08/2023. III. Título.

CDU: 005.342(043)

**MICHEL AFIF MAGUL**

**EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO:  
DIAGNÓSTICO DE AÇÕES COM ÊNFASE ÀS MULHERES**

Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, defendida e aprovada em 16 de agosto de 2023 pela Banca Examinadora constituída pelo(as) professor(as):

Documento assinado digitalmente  
 ANTONIO PASQUALETTO  
Data: 16/08/2023 16:34:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

*Dr. Antônio Pasqualetto*  
Orientador / PUC Goiás

Documento assinado digitalmente  
 MONICA APARECIDA DA ROCHA SILVA  
Data: 16/08/2023 21:35:17-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

*Dra. Mônica Aparecida da Rocha Silva*  
Examinadora externa / UFT

Documento assinado digitalmente  
 LEONARDO GUERRA DE REZENDE GUEDES  
Data: 18/08/2023 09:51:33-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

*Dr. Leonardo Guerra de Resende Guedes*  
Examinador interno - PUC Goiás

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela orientação em minha vida em diferentes países vividos, Argentina, Líbano, Síria e Brasil. À Pontifícia Universidade Católica de Goiás e seu corpo docente, especialmente à Magnífica Reitora, Profa. Olga Ronchi, meu profundo reconhecimento.

Ao Prof. Dr. Antônio Pasqualetto, meu orientador, expresso meu profundo agradecimento por seus valiosos conselhos e pelo auxílio imprescindível para a conclusão deste trabalho.

Aos meus pais, que despertaram minha vocação ao servir com amor e valores. Meu pai, inspiração para a justiça social e educação; minha mãe, fonte de cultura, família e amor. Ao meu irmão, exemplo de luta e integridade.

A Prof. Ana Lucia Vaz, pelo apoio essencial neste trabalho.

A Prefeitura de Goiânia e a todos que contribuíram para minha formação, meus sinceros agradecimentos."

## RESUMO

Este estudo analisa o empreendedorismo no setor público com uma abordagem inovadora das políticas públicas, visando promover a prosperidade econômica, especialmente em ambientes desafiadores. Um dos principais objetivos é avaliar as ações de empreendedorismo e inovação no setor público, com foco na inclusão das mulheres em Goiânia, Goiás. Para atingir esse propósito, empregou-se uma metodologia abrangente, incluindo revisão de literatura, estudo de caso e mapeamento de iniciativas governamentais e institucionais em Goiás. Uma análise detalhada do Programa de Transformação Social (PTS) conduzido pela Forcon no Residencial Buena Vista I e III revela o sucesso na promoção do empreendedorismo e da inovação, levando a melhorias significativas na qualidade de vida da comunidade. Essas descobertas têm implicações relevantes para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes, visando ao progresso econômico, à melhoria dos serviços públicos e à inclusão social. Como recomendação, propôs-se a implementação de núcleos de empreendedorismo e inovação no setor público, com foco no empreendedorismo social, para impulsionar o desenvolvimento comunitário, fortalecer a economia local e a qualidade de vida da população.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo, Inovação, Setor Público, Feminino, Mulheres.

## **ABSTRACT**

This study analyzes entrepreneurship in the public sector with an innovative approach to public policies, aiming to promote economic prosperity, especially in challenging environments. One of the main objectives is to assess entrepreneurial and innovative actions in the public sector, with a focus on women's inclusion in Goiânia, Goiás. To achieve this purpose, we employ a comprehensive methodology, including literature review, case study, and mapping of government and institutional initiatives in Goiás. A detailed analysis of the Social Transformation Program (PTS) conducted by Forcon in the Buena Vista I and III Residences reveals success in promoting entrepreneurship and innovation, leading to significant improvements in the community's quality of life. These findings have relevant implications for the development of effective public policies aimed at economic progress, improved public services, and social inclusion. As a recommendation, we propose the implementation of entrepreneurship and innovation hubs in the public sector, with a focus on social entrepreneurship, to drive community development, strengthen the local economy, and enhance the quality of life of the population.

**Keywords:** Entrepreneurship, Innovation, Public Sector, Female, Women.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fluxograma de seleção dos artigos sobre empreendedorismo e inovação na gestão pública, nos periódicos da Capes.....	29
Figura 2. Localização do Residencial Buena Vista I e II.....	45
Figura 3. Gênero dos beneficiários, com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.....	56
Figura 4. Idade dos beneficiários, com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.....	57
Figura 5. Escolaridade dos beneficiários, com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.....	58
Figura 6. Motivo do exercício da atividade, elencado pelos beneficiários, com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.....	59
Figura 7. Atividade que os beneficiários empreenderam no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.....	60
Figura 8. Investimentos elencados pelos beneficiários, com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.....	61
Figura 9. Forma de divulgações das atividades elencadas pelos beneficiários, com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.....	62
Figura 10. Facilidade de conquistar clientes, elencado pelos beneficiários, com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.....	63
Figura 11. Qualidade de Vida dos beneficiários, com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.....	63
Figura 12. Renda Mensal Líquida dos beneficiários, com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena Vista I e III, Goiânia, GO.....	64

Figura 13. Participação da FORCON com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.....	65
Figura 14. Participação do Poder Público com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.....	66
Figura 15. Área alvo do estudo sobre valorização do universo feminino em Goiás.....	82

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Soluções genéricas e suas variações como possibilidades de Inovação para o setor Público.....	25
Quadro 2. Motivações para inovar no setor privado e setor público.....	26
Quadro 3. Relação de artigos selecionados e avaliados sobre Empreendedorismo e Inovação na Gestão Pública, 2022.....	30
Quadro 4. Relação de artigos selecionados com exemplos práticos de inovação na Gestão Pública, 2022.....	33
Quadro 5. Relação de artigos selecionados com exemplos práticos de empreendedorismo na Gestão Pública, 2022.....	34
Quadro 6. EIXO 3 – Desenvolvimento Socioeconômico Projeto de Trabalho Social no Residencial Buena Vista I e III, Goiânia, GO.....	49
Quadro 7. Questões formuladas para questionário aplicado para os beneficiários do Projeto de Trabalho Social no Residencial Buena Vista I e III, Goiânia, GO.....	50
Quadro 8. Atividades de qualificação executadas no projeto trabalho social no Residencial Buena Vista I e III de Goiânia, GO.....	52
Quadro 9. Ações em execução e em planejamento na UFG voltadas ao universo feminino Goiás.....	88
Quadro 10. Ações em execução pela PUC Goiás voltadas ao universo feminino no Estado de Goiás.....	89
Quadro 11. Ações em execução pela OVG voltadas ao universo feminino no Estado de Goiás.....	91
Quadro 12. Ações em execução pelo SENAC voltadas ao universo feminino no Estado de Goiás.....	93

Quadro 13. Ações em execução pelo SEBRAE por meio do Projeto SEBRAE Delas voltadas ao universo feminino no Estado de Goiás.....	94
Quadro 14. Ações em execução pela OAB-GO voltadas ao universo feminino no Estado de Goiás.....	95
Quadro 15. Ações do Ministério Público de Goiás em execução e em planejamento voltadas ao universo feminino no Estado de Goiás.....	97
Quadro 16. Ações em execução pelo Governo do Estado de Goiás voltadas ao universo feminino no Estado – Grupos: Pacto Goiano pelo Fim da Violência contra a Mulher; Apoio Estadual para Mulheres-Mães; Capacitação e Independência Financeira.....	99
Quadro 17. Ações em execução pela ALEGO voltadas ao universo feminino no Estado de Goiás.....	103
Quadro 18. Ações em execução pela Secretaria Municipal da Mulher voltadas ao universo feminino na cidade de Goiânia.....	103
Quadro 19. Agrupamento de Ações estruturantes e de grande abrangência.....	108

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 – Empreendedorismo e Inovação na Gestão Pública</b> .....	<b>17</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>20</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>21</b>
<b>2.1 A Gestão Pública</b> .....	<b>21</b>
<b>2.2 Empreendedorismo</b> .....	<b>23</b>
<b>2.3 Inovação</b> .....	<b>24</b>
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>27</b>
<b>4 RESULTADO E DISCUSSÃO</b> .....	<b>28</b>
<b>4.1 Análises Bibliométricas</b> .....	<b>28</b>
<b>4.2 Experiências de Empreendedorismo e Inovação</b> .....	<b>32</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>35</b>
<b>CAPÍTULO 2 – EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA: AÇÃO DO PODER PÚBLICO, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E FORCON CONDOMÍNIOS NO RESIDENCIAL BUENA VISTA I E III, EM GOIÂNIA, GO</b> .....	<b>38</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>41</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>42</b>
<b>2.1 Empreendedorismo Social</b> .....	<b>42</b>
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>45</b>
<b>3.1 O Residencial Buena Vista I e III</b> .....	<b>45</b>
<b>3.2 Projeto de Trabalho Social e Atividades Desenvolvidas</b> .....	<b>47</b>
<b>3.3 Questionário aos Beneficiados pelo Projeto de Trabalho Social</b> .....	<b>50</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>52</b>
<b>4.1 Análise da Efetividade do Projeto de Trabalho Social</b> .....	<b>52</b>
<b>4.2 Respostas ao Questionário dos Impactos das Ações do Projeto de Trabalho Social</b> .....	<b>55</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>67</b>
<b>CAPÍTULO 3 – MAPEAMENTO DE AÇÕES INOVADORAS DE INSTITUIÇÕES E GOVERNO PARA VALORAÇÃO DO UNIVERSO FEMININO EM GOIÁS</b> .....	<b>69</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>72</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>74</b>

<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>81</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>87</b>
<b>4.1 Universidade Federal de Goiás .....</b>	<b>87</b>
<b>4.2 Pontifícia Universidade Católica de Goiás.....</b>	<b>89</b>
<b>4.3 Organização das Voluntárias de Goiás .....</b>	<b>91</b>
<b>4.4 Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial .....</b>	<b>92</b>
<b>4.5 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas .....</b>	<b>92</b>
<b>4.6 Ordem dos Advogados do Brasil .....</b>	<b>95</b>
<b>4.7 Ministério Público de Goiás .....</b>	<b>97</b>
<b>4.8 Governo do Estado de Goiás .....</b>	<b>99</b>
<b>4.9 Assembleia Legislativa de Goiás.....</b>	<b>102</b>
<b>4.10 Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres – Goiânia .....</b>	<b>103</b>
<b>4.11 Considerações sobre as ações afirmativas e sua natureza estruturante ou abrangente .....</b>	<b>106</b>
<b>4.12 Considerações sobre as ações afirmativas e seus objetivos .....</b>	<b>107</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>113</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>120</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CT&I	Código de Ciência, Tecnologia e Inovação
ISP	Inovação no setor público
NPM	Nova Gestão Pública
ACT	Território da Capital Australiana
PMEs	Pequenas e médias empresas
SER	Responsabilidade Social Corporativa
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
PTS	Plano de Trabalho Social
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SMH	Secretaria Municipal de Habitação
CMEI	Colégio Municipal de Educação Infantil
GIPP	Grupo Institucional do Poder Público
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<i>GEM</i>	<i>Global Entrepreneurship Motor</i>
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
PIB	Produto Interno Bruto

## INTRODUÇÃO

O empreendedorismo é definido como a geração de uma "ideia nova ou inovadora", que se refere à habilidade de reconhecer oportunidades e criar empreendimentos ou projetos, envolvendo a tomada de riscos e a introdução de inovações em processos, produtos ou serviços.

Esse conceito também pode ser aplicado ao setor público, onde o empreendedorismo ocorre sempre que um ator político ou governamental está alerta e atua sobre potenciais oportunidades de lucro político, equilibrando assim, o subsistema político, no qual o ator está inserido e movendo-o para um novo equilíbrio (Shockley et al., 2016)

O empreendedorismo na Gestão Pública não está bem estabelecido no caráter reflexivo. Muitas vezes, as práticas de gestão pública tendem a seguir abordagens tradicionais e burocráticas, sem uma análise crítica de como princípios empreendedores podem ser aplicados para melhorar a eficiência, inovação e a capacidade de responder às necessidades da sociedade.

Isso implica que o empreendedorismo na gestão pública ainda não é totalmente compreendido ou integrado de forma reflexiva, o que pode limitar o seu potencial para criar mudanças positivas e inovações no setor público (Valadares, Emmendoerfer, 2015)

No entanto, é importante destacar que o empreendedorismo social pode ser uma alternativa para promover mudanças positivas na sociedade, especialmente em cenários problemáticos, de crise e desafios econômicos, sociais e ambientais.

De acordo com Valadares e Emmendoerfer (2015), a Administração Pública é marcada por um modelo híbrido de gestão, no qual práticas patrimonialistas, burocráticas e gerenciais coexistem, tornando a adaptação do empreendedorismo complexa.

O empreendedorismo pode ser definido como as iniciativas de políticas públicas inovadoras que visam gerar maior prosperidade econômica ao transformar um ambiente econômico que está estagnado e sem mudanças em um ambiente mais propício para que as unidades econômicas se engajem em atividades criativas, especialmente em um contexto de mudanças e incertezas (Leyden e Link, 2015, p.54).

Nesse contexto, o empreendedorismo feminino emerge como uma fonte significativa de crescimento econômico e empoderamento das mulheres. Entretanto, ainda persistem numerosas barreiras sociais e econômicas que dificultam a participação das mulheres no empreendedorismo."

A pergunta problema que orienta a pesquisa é: qual é o papel do estado no fomento do empreendedorismo feminino e as suas ações para oferecer igualdade de gênero?

Acredita-se que as políticas sociais, quando implementadas de forma efetiva e inclusiva, podem aumentar significativamente a participação de mulheres no empreendedorismo. Isso ocorre porque essas políticas podem prover recursos financeiros, capacitação, suporte técnico e acesso a redes de relacionamento, que são fundamentais para o sucesso de empreendimentos.

Além disso, as políticas sociais também podem desempenhar um papel importante na promoção da igualdade de gênero, ao combaterem as desigualdades estruturais e os estereótipos de gênero que limitam a participação das mulheres no mercado de trabalho e no empreendedorismo.

Deste modo, é esperado que as políticas sociais sejam um elemento-chave para impulsionar o empreendedorismo feminino e promover a igualdade de oportunidades no contexto empresarial.

Sendo assim, o objetivo deste estudo é discutir a relação entre o empreendedorismo feminino e as políticas sociais, analisando como essas políticas podem influenciar o desenvolvimento do empreendedorismo por mulheres.

Os objetivos específicos a serem analisados: (i) avaliar o atual cenário brasileiro e internacional acerca dos estudos que investigam se o empreendedorismo e a inovação são capazes de transformar o setor público; (ii) analisar a aplicação do PTS pela Forcon como forma de fomentar o empreendedorismo e inovação no residencial Buena Vista I e III, cidade de Goiânia; (iii) analisar as ações realizadas no contexto goiano voltadas para o público feminino, planos, programas, projetos, atividades, a fase de elaboração ou planejamento, com sua caracterização.

Recentemente, empreendedorismo e a inovação têm se destacado como pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a transformação positiva da sociedade. No setor público, esses conceitos assumem um papel ainda mais significativo, sendo instrumentos potenciais para a promoção de uma gestão mais eficiente e responsiva às necessidades da população.

Diante deste cenário, o presente estudo busca explorar a aplicabilidade e os impactos do empreendedorismo e da inovação na gestão pública, com um enfoque especial no contexto brasileiro. Através de uma análise detalhada de iniciativas e estratégias adotadas em diferentes esferas governamentais, objetiva-se identificar caminhos para a construção de uma administração pública mais ágil, criativa e, sobretudo, orientada para o bem-estar social.

O primeiro capítulo, anteriormente publicado no periódico "International Journal of Business Administration", oferece uma revisão detalhada sobre empreendedorismo e inovação no setor público. A análise evidencia a necessidade de perfis empreendedores capazes de inovar, demonstrando flexibilidade e criatividade.

No segundo capítulo, a atenção se volta para o Projeto de Trabalho Social (PTS), uma iniciativa da Caixa Econômica Federal em parceria com a Forcon Condomínios. O PTS visa fomentar o empreendedorismo social no Residencial Buena Vista I e III, em Goiânia, GO, buscando melhorar a qualidade de vida dos residentes através de abordagens inovadoras e negócios de impacto positivo.

No terceiro capítulo objetivou-se analisar as ações realizadas no contexto goiano voltadas para o público feminino, planos, programas, projetos, atividades, a fase de elaboração ou planejamento, com sua caracterização.

Este estudo adota uma metodologia diversificada, que inclui abordagens semiestruturadas, análise documental, entrevistas e aplicação de questionários, proporcionando uma visão holística e aprofundada sobre o tema em discussão.

Utilizou-se o método de entrevistas com gestores de instituições representativas da sociedade e com órgãos de governo. Os resultados demonstraram que há iniciativas inéditas e inovadoras de valorização do público feminino, mas há necessidade de mais ações integradas e abrangentes que abordem a desigualdade de gênero de maneira mais holística.

Este trabalho analisou de forma abrangente o empreendedorismo e inovação no setor público, destacando a importância de uma cultura empreendedora e apresentando um estudo de caso relevante no contexto do empreendedorismo social e feminino no país, em especial, em Goiás.

Ao final, espera-se que as descobertas e reflexões apresentadas possam servir como um guia para gestores públicos, acadêmicos e demais interessados na promoção do empreendedorismo e da inovação no setor público, delineando caminhos para uma gestão pública mais eficiente e inovadora.

**ARTIGO PUBLICADO**

MAGUL, M. A., PASQUALETTO, A. entrepreneurship and innovation in public management. **International Journal of Business Administration**, v. 14, n. 1, p. 7-19, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5430/ijba.v14n1p7>

**CAPÍTULO 1 – Empreendedorismo e Inovação na Gestão Pública**

**MICHEL AFIF MAGUL<sup>1</sup>ANTÔNIO PASQUALETTO<sup>2</sup>**

*Pontifícia Universidade Católica de Goiás*

**RESUMO**

O empreendedorismo é definido como a geração de uma “ideia nova ou inovadora. A inovação é a energia que impulsiona a produtividade é o propósito, razão de qualquer adaptação, melhoria ou invenção, quando aplicada com sucesso é capaz de transformar recursos escassos em resultados. Sabe-se que uma cultura empreendedora nas organizações públicas eleva o nível da gestão. O presente artigo objetivou-se avaliar o atual cenário brasileiro acerca dos estudos que investigam se o empreendedorismo e a inovação são capazes de transformar o setor público. A metodologia utilizada incluiu busca de artigos no portal de periódicos da capes. Os resultados demonstraram a importância de um perfil empreendedor com capacidade de inovar, com comportamento mais flexível e criativo. Líderes que possam criar oportunidades de mercado e capazes de aperfeiçoar suas ações. Concluiu-se que cultura empreendedora nas organizações públicas eleva o nível da gestão. Descobriu-se que no setor público, em todos os níveis de política e serviços há formas diferentes de inovação: conceitual, sistêmica, política, administrativa/organizacional, em produtos de serviço e em serviço.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo, Inovação, Gestão Pública.

## ENTREPRENEURSHIP AND INNOVATION IN PUBLIC MANAGEMENT

### ABSTRACT

Entrepreneurship is defined as the generation of a “new or innovative idea. Innovation is the energy that drives productivity, it is the purpose, the reason for any adaptation, improvement or invention, when successfully applied it is capable of transforming scarce resources into results. It is known that an entrepreneurial culture in public organizations raises the level of management. The objective was to evaluate the current Brazilian scenario regarding studies that investigate whether entrepreneurship and innovation are capable of transforming the public sector. The methodology used included a search for articles on the capes journal portal. The results demonstrated the importance of an entrepreneurial profile with the capacity to innovate, with more flexible and creative behavior. Leaders who can create market opportunities and capable of perfecting their actions. It was concluded that entrepreneurial culture in public organizations raises the level of management. He found that in the public sector, at all levels of policy and services there are different forms of innovation: conceptual, systemic, political, administrative/organizational, in-service products and in service.

**Keywords:** Entrepreneurship, Innovation, Public Management.

## **EMPRENDIMIENTO E INNOVACIÓN EN LA GESTIÓN PÚBLICA**

### **RESUMEN**

El emprendimiento se define como la generación de una “idea nueva o innovadora. La innovación es la energía que impulsa la productividad, es el propósito, la razón de ser de cualquier adaptación, mejora o invención, cuando aplicada con éxito es capaz de transformar los escasos recursos en resultados. Se sabe que una cultura emprendedora en las organizaciones públicas eleva el nivel de gestión. El objetivo fue evaluar el escenario brasileño actual en cuanto a estudios que investigan si el emprendimiento y la innovación son capaces de transformar el sector público. La metodología utilizada incluyó una búsqueda de artículos en el portal de la revista capes. Los resultados demostraron la importancia de un perfil emprendedor con capacidad de innovar, con un comportamiento más flexible y creativo. Líderes que puedan crear oportunidades de mercado y sean capaces de perfeccionar sus acciones. Se concluyó que la cultura emprendedora en las organizaciones públicas eleva el nivel de gestión. Encontró que en el sector público, en todos los niveles de política y servicios, existen diferentes formas de innovación: conceptual, sistémica, política, administrativa/organizacional, en productos de servicio y en servicio.

**Palabras clave:** Emprendimiento, Innovación, Gestión Pública.

## 1 INTRODUÇÃO

As empresas procuram se diferenciar umas das outras oferecendo experiências únicas e personalizadas aos clientes. A mesma perspectiva pode ser aplicada às instituições do setor público, na medida em que procuram fornecer serviços otimizados, em troca dos impostos pagos pelos contribuintes (Lins; Miron, 2009).

Sobre esta perspectiva, a Administração Pública assume um novo papel colaborativo, de incentivo, regulação e controle, com o objetivo de proteger não apenas a produção de bens e serviços, mas também o interesse nacional. Essas novas condições não só põem em xeque a validade das conquistas e novidades mais recentes, como também aguçam a tradição de buscar formas de gestão mais aplicáveis e relevantes (Motta, 2013, p.37).

O conceito de público exige novos formatos organizacionais que garantam efetivamente a publicização do *modus operandi* do estado, das organizações da sociedade civil e das próprias empresas. Nesse sentido, é necessário que o público incorpore um valor compartilhado, em vez de se ater apenas à localização institucional (Keinert, 2000, p.51).

A gestão da mudança, no contexto do setor público, refere-se à transição de abordagens tradicionais para processos modernos e dinâmicos. Essa passagem deve ser conduzida considerando a contínua evolução dos desafios e das exigências dos cidadãos (Lins; Miron, 2009).

A inovação é a energia que impulsiona a produtividade, é o propósito e a razão por trás de qualquer adaptação, melhoria ou invenção e quando aplicada com sucesso, a inovação é capaz de transformar recursos escassos em resultados significativos (Serrat, 2012, p.32).

O empreendedorismo, por sua vez, é definido como a geração de uma “ideia nova ou inovadora”. O empreendedorismo do setor público ocorre sempre que um ator político ou governamental está alerta e atua sobre potenciais oportunidades de lucro político, equilibrando assim, o subsistema político, no qual o ator está inserido e movendo-o para um novo equilíbrio (Shockley et al., 2016).

Para que o empreendedorismo público aconteça deve-se proporcionar ações institucionalmente em que os gestores possam escolher conscientemente para onde destinar os recursos públicos, aproveitando as oportunidades e buscando novos recursos, empregando-os em ideias inovadoras, que possam ampliar e melhorar a qualidade dos serviços públicos (Borges, Romaniello, Brito, 2018).

A visão empreendedora leva a inovação e a visão gerencial ao desenvolvimento de uma gestão sólida, eficaz e eficiente (Arana, Silva, 2016). O empreendedorismo no serviço

público representa, para a sociedade, um papel inovador, no qual pode auxiliar a implementação de políticas públicas aprimoradas, visando a melhor qualidade de vida para a população (Silva et al., 2019).

Neste sentido, estas características devem ser observadas na administração pública brasileira, onde destaca-se a aversão ao empreendedorismo, vê-se claramente baixa inovação na forma de gestão, conflitos entre o que se faz necessário e as ações tomadas pelo poder público geram descontinuidade. Desta forma, estudar o empreendedorismo na gestão pública é necessário e bastante desafiador.

Sendo assim, objetivou-se avaliar o atual cenário brasileiro acerca dos estudos que investigam o empreendedorismo e a inovação na gestão pública.

Nesse contexto, a análise do empreendedorismo na administração pública brasileira se mostra tanto essencial quanto complexa, especialmente considerando o atual panorama de estudos relacionados ao empreendedorismo e à inovação na gestão governamental no Brasil.

O artigo é dividido em 5 partes: Introdução, com exposição do tema, tópico, problema, hipótese, justificativa e objetivo; a revisão de literatura onde são apresentados os principais conceitos e definições; a metodologia onde se descreve os procedimentos de busca dos artigos; os resultados e discussão que explicitam o aprofundamento dos estudos sobre a questão com a) análises bibliométricas e b) experiências de empreendedorismo e a inovação. Por fim, as conclusões e referências.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### ***2.1 A Gestão Pública***

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, descreve os princípios fundamentais que regem a administração pública, seja ela direta ou indireta, em todas as esferas de governo: União, estados, Distrito Federal e municípios. Esses princípios são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, estabelecendo assim, o arcabouço legal para uma gestão pública pautada na legalidade e na eficiência. (Brasil, 1988).

No artigo 219-A da Constituição Brasileira de 1988, estabelece ainda que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm a possibilidade de definir acordos de cooperação com órgãos públicos e entidades governamentais, bem como com organizações privadas. O objetivo desses acordos é promover a colaboração no compartilhamento de recursos

humanos especializados e infraestrutura técnica para a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico, e inovação.

A Administração Pública é marcada por um modelo híbrido de gestão, no qual práticas patrimonialistas, burocráticas e gerenciais coexistem, tornando a adaptação do empreendedorismo. Trata-se de atividade de risco, porém o seu valor inovador produz ações positivas para as finanças municipais e políticas públicas, constituindo-se em importante força para o desenvolvimento institucional e socioeconômico.

As políticas públicas se referem a um conjunto articulado e estruturado de ações e incentivos, que buscam alterar uma realidade, em resposta a demandas e interesses dos atores envolvidos (Martins e Marini, 2007). Aborda a mobilização político-administrativa, para articular e alocar recursos e esforços, para tentar solucionar dado problema coletivo (Procopiuck, 2013, p.43).

Discorrer sobre políticas públicas, requer observação cuidadosa dos agentes envolvidos e os recursos de poder de cada qual. Pois, a premissa básica reiterada ao longo do texto é, que estas só podem ser devidamente compreendidas, à luz do contexto mais amplo da política.

Não há argumento de que o Estado (ou governo, que faz e implementa as políticas públicas ou, outras instituições envolvidas no processo de tomada de decisão) apenas reflete a pressão dos grupos de interesse, como diria a versão mais simplificada do pluralismo (Souza, 2006). Para Corbari e Macedo (2011) a administração pública se constitui no instrumento de que dispõe o Estado para colocar em prática as políticas públicas.

Ao incorporar os princípios da administração pública e promover uma abordagem empreendedora, é possível buscar uma gestão pública mais eficiente e responsiva às demandas da população, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social do país.

Este capítulo inclui uma revisão abrangente da literatura, que nos permitiu identificar diversas tendências atuais e lacunas no conhecimento existente. Ao explorar profundamente os estudos relacionados ao tema, destaca-se das tendências mais notáveis que emergiram em nossa análise.

Uma inclinação significativa que se observa é o aumento do empreendedorismo social como uma resposta aos desafios sociais e ambientais contemporâneos. Isso é evidenciado pelo crescente número de iniciativas de empreendedorismo social e pelo reconhecimento de que as empresas podem desempenhar um papel vital na busca por soluções sustentáveis para problemas globais.

Outra disposição importante é a crescente participação das mulheres no empreendedorismo, com um foco especial no empreendedorismo feminino. Este fenômeno reflete uma mudança nas dinâmicas de gênero nos negócios e na sociedade em geral.

Além disso, há uma maior conscientização sobre a importância da inovação no setor público, à medida que os governos buscam maneiras mais eficazes de enfrentar desafios complexos. A inovação no setor público tem sido uma área de pesquisa em crescimento, com um foco na melhoria da prestação de serviços públicos e no envolvimento cidadão.

No entanto, apesar dessas tendências promissoras, identifica-se lacunas na literatura existente que merecem atenção. Por exemplo, há uma necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre os impactos a longo prazo do empreendedorismo social e do empreendedorismo feminino, bem como estudos que explorem as melhores práticas para promover a inovação no setor público.

Portanto, este capítulo contextualiza ainda mais nosso estudo, destacando não apenas as tendências atuais, mas também as oportunidades de pesquisa que podem enriquecer nosso entendimento desses temas fundamentais."

## **2.2 Empreendedorismo**

Segundo Ladeira e Machado (2013), há um crescente interesse pelo empreendedorismo não apenas no Brasil, mas globalmente. Esse aumento do interesse global pode ser atribuído a uma série de fatores, incluindo as mudanças nas dinâmicas econômicas, a ascensão de startups inovadoras, o reconhecimento da importância do empreendedorismo para o crescimento econômico e a busca por soluções criativas para desafios sociais e ambientais.

Empreendedorismo no Setor Público não está bem estabelecido no caráter reflexivo. A administração pública é marcada por um modelo híbrido de gestão, no qual práticas patrimonialistas, burocráticas e gerenciais coexistem, tornando a adaptação do empreendedorismo complexa (Valadares e Emmendoerfer, 2015).

O empreendedorismo do setor público pode ser definido como: as iniciativas de políticas públicas inovadoras que visam gerar maior prosperidade econômica, ao transformar um ambiente econômico de *status quo*, em um, que seja mais propício para unidades econômicas se engajarem em atividades criativas diante da incerteza (Leyden, Link, 2015)

Kim (2010) destaca que o principal ponto por detrás do empreendedorismo público não é fazer um governo de negócios ou que compreenda o mercado, ao invés disso, a ideia

é aumentar as oportunidades para colocar em prática ideias inovadoras e encontrar maneiras de oferecer benefícios públicos, proporcionando serviços de qualidade.

Existe ainda aversão nítida ao empreendedorismo, com influência da cultura organizacional das organizações públicas, já que são reflexo da cultura nacional, da personalização, paternalismo, formalismo, jeitinho, figurando no estilo de gestão e dos gestores. Identificar um perfil de gestor é dificultado pela relação político-institucional, são dois corpos diferentes dentro da área pública, os servidores de carreira e os com cargos eletivos e comissionados que divergem estilo de administrar e cultura pessoal (Arana, Silva. 2016).

Para Silva et al. (2018) as características comportamentais empreendedoras na gestão pública incorrem, por um lado, em mais riscos, mas por outro, em maior potencial inovador, o que pode produzir externalidades positivas para as finanças municipais e políticas públicas, constituindo-se em importante força para o desenvolvimento institucional e socioeconômico.

### ***2.3 Inovação***

O novo marco legal da inovação, conhecido como Código de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), foi aprovado em 11 de janeiro de 2016, Lei nº 13.243/2016 (Brasil, 2016). A promoção da inovação no setor público deve levar em consideração a diversidade de ações e intervenções realizadas pelo Estado na sociedade.

É fundamental avaliar que essas ações devem possuir características e a capacidade de alcance mais amplo, permitindo-nos compreender que não existe uma única forma de inovação no setor público, mas, sim, uma ampla gama de iniciativas (Oliveira, 2014, p.48).

Diversos motivos podem justificar a introdução e a mobilização em prol da inovação no setor público (ISP), como, por exemplo, a mitigação de problemas e desigualdades sociais, a melhoria da qualidade dos serviços públicos na cidade, a substituição de abordagens tradicionais que não produzem resultados satisfatórios por abordagens mais eficientes e eficazes, e o atendimento de demandas não atendidas no município ou região, entre outros (Emmendoerfer, 2019, p. 115).

A promoção da inovação na gestão pública frequentemente carece de eficiência nos estímulos e na administração. É bem sabido que a gestão da inovação é um tema essencial em qualquer sistema organizacional. Os responsáveis pela formulação de políticas públicas podem

aproveitar as perspectivas oferecidas sobre inovação e empreendedorismo para criar ambientes mais propícios para novas iniciativas e para expandir as já existentes (Silva et al., 2022).

O processo de inovação envolve várias etapas (conforme indicado no quadro 1). Após identificar e definir o problema público a ser abordado, é fundamental analisar as alternativas inovadoras disponíveis para determinar a mais adequada (Emmendoerfer, 2019).

Quadro 1 – Soluções genéricas e suas variações como possibilidades de Inovação para o setor Público

SOLUÇÃO	VARIAÇÕES
Regulamentação	Proibir algo. Detalhar legislação. Elaborar regras mais claras e precisas. Determinar preços, quantidades, padrões de informação (rótulos obrigatórios). Aumentar penalidade por infração. Ampliar público suscetível à punição ou recompensa. Melhorar recompensa por bom comportamento.
Desregulamentação	Liberalizar algo. Simplificar legislação. Extinguir regras e processos ineficientes (desburocratização). Liberalizar preços, quantidades e padrões de informação. Diminuir penalidade por infração. Restringir público suscetível à punição ou recompensa. Diminuir recompensa por bom comportamento.
Aplicação da lei	Treinar ou aumentar o número da força de fiscalização. Criar unidade especializada ou envolver a população nos esforços de fiscalização. Aumentar ou diminuir a frequência e o rigor da punição. Aumentar ou diminuir a frequência das recompensas. Aumentar ou diminuir a abrangência do público-alvo da fiscalização. Facilitar ou dificultar as chances de os infratores recorrerem das punições. Facilitar ou dificultar o regime de recompensa. Criar sinalizadores automáticos ( <i>fire alarms</i> ).
Impostos e taxas	Criar ou abolir um imposto ou taxa. Alterar a alíquota. Alterar a base de cálculo. Alterar a abrangência do público pagante. Melhorar os mecanismos de coleta de um imposto ou taxa.
Empréstimo, subsídios e incentivos fiscais	Criar ou abolir um empréstimo, subsídio ou incentivo fiscal. Alterar o valor ou percentual. Alterar a base de cálculo do incentivo. Alterar a abrangência dos beneficiários. Melhorar os mecanismos de fornecimento do empréstimo, subsídio ou incentivo fiscal.
Prestação direta de serviço público	Criar um serviço, obra ou órgão público. Expandir um serviço, obra ou órgão existente. Aumentar o orçamento público destinado ao serviço, obra ou órgão. Focar a atuação dos serviços ou órgãos públicos. Juntar serviços, obras e órgãos em unidade centralizada. Melhorar o acesso público ao serviço, obra ou órgão público

Fonte: Emmendoerfer, 2019.

A maior parte das políticas públicas de inovação demonstra uma abordagem estreita e genérica, adotando métricas e critérios de avaliação originados principalmente do contexto das grandes empresas.

No entanto, é importante considerar também que, em um mercado majoritariamente masculino, as mulheres estão desempenhando um papel crucial na inovação e no gerenciamento de políticas públicas. Elas enfrentam desafios únicos no empreendedorismo e na inovação no contexto das políticas públicas, como acesso limitado a financiamento, redes de apoio insuficientes e barreiras culturais. Portanto, é crucial que as políticas públicas também

considerem essas barreiras de gênero ao promover o desenvolvimento socioeconômico do país (Silva, Sérgio e Bezerra, 2019).

Halvorsen, Hauknes, Miles e Røste (2005), adaptado por Telles e Andrade (2020), sistematizaram diversas motivações que impulsionam tanto as organizações públicas quanto as privadas a inovar. Essas motivações podem incluir a necessidade de enfrentar desafios econômicos, sociais e ambientais, bem como a busca por maior eficiência e impacto positivo na sociedade.

Ao considerar as motivações para inovação no setor público, também é importante levar em conta as dimensões de gênero e como as políticas podem promover a igualdade de oportunidades para mulheres empreendedoras. Essas perspectivas estão resumidas no quadro 2.

Quadro 2. Motivações para inovar no setor privado e setor público.

PERSPECTIVAS	SETOR PRIVADO	SETOR PÚBLICO
Principais organizações	Lucro, estabilidade e aumento de receitas	Executar políticas públicas
Estrutura organizacional	Empresas de diversos tamanhos, sem barreiras à entrada	Sistema complexo de organizações com diferentes propósitos.
Medição de desempenho	Retorno do investimento	Diversos indicadores de desempenho
Questões gerenciais	Altas recompensas materiais e promoção como incentivo	Menores recompensas e controle político
Relação com usuário final	O retorno do mercado usualmente demonstra a efetividade da inovação	O público-alvo é o cidadão, o qual, em geral, não compra os produtos ou serviços oferecidos
Cadeia logística	As empresas fazem parte de grandes cadeias logísticas	O setor público geralmente depende do setor privado para suprir suas demandas.

Fonte: Halvorsen, Hauknes, Miles e Røste (2005) adaptado por Telles e Andrade (2020).

A incorporação dos princípios da administração pública, como transparência, eficiência, responsabilidade e legalidade, em iniciativas de inovação no setor público é fundamental para promover o desenvolvimento socioeconômico e fortalecer a governança.

Esses princípios garantem a ética, a eficácia e o interesse público na condução das atividades inovadoras, incluindo o empreendedorismo das mulheres brasileiras.

Isso aumenta a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais e cria um ambiente propício para o sucesso de políticas públicas inovadoras. Portanto, a harmonização entre administração pública e inovação é essencial para modernizar o setor público de forma eficaz.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste artigo segue uma abordagem quali-quantitativa de caráter exploratório, utilizando o método da revisão integrativa. Este método visa sintetizar resultados de pesquisas prévias sobre um determinado tema ou questão de forma sistemática, ordenada e abrangente, proporcionando uma visão ampla e consolidada sobre o assunto em questão.

A metodologia de revisão integrativa foi selecionada devido à sua capacidade de abranger e analisar de forma abrangente tanto estudos quantitativos quanto qualitativos relacionados ao nosso tópico de pesquisa.

Trata-se de um método que tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente. É denominada integrativa porque fornece informações mais amplas sobre um assunto/problema, constituindo assim, um corpo de conhecimento.

A revisão integrativa permitiu-nos não apenas reunir uma ampla gama de dados, mas também realizar uma análise crítica e comparativa dos estudos incluídos. Essa abordagem nos capacitou a extrair insights valiosos, identificar tendências emergentes e contribuir de forma significativa para o corpo de conhecimento existente sobre o tema.

A construção da revisão integrativa seguiu um processo estruturado em seis etapas, conforme proposto por Ercole, Melo, e Alcoforado (2014): 1) Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; 2) Estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos, bem como a amostragem ou busca na literatura; 3) Definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados e categorização dos mesmos; 4) Avaliação crítica dos estudos incluídos; 5) Interpretação dos resultados obtidos; e 6) Apresentação da revisão e síntese do conhecimento acumulado.

A pergunta que norteou este estudo foi: "*Qual o atual cenário acerca dos estudos que investigam o empreendedorismo e a inovação e a sua aplicação no setor público*"?

Em setembro de 2022, utilizou-se a plataforma CAPES, uma abrangente biblioteca virtual que engloba mais de 30.000 títulos de periódicos, incluindo fontes renomadas como Web of Science, SciELO e Scopus, para coletar informações relevantes.

Para a localização de artigos, utilizou-se a seguinte combinação de palavras-chave vinculadas por operadores booleanos "AND": (Entrepreneurship) AND (Innovation) AND (Public Sector) e "AND": (Empreendedorismo) AND (Inovação) AND (Setor Público). A combinação de palavras-chave, os operadores booleanos, as aspas e os parênteses foram utilizados como procedimento de busca, a fim de restringir as informações e garantir maior

precisão da pesquisa. Foi aplicado a estratégia PVO utilizada para determinar os critérios de inclusão: P (Problema): “Administração Pública”, V (Conflito): “Empreendedorismo e Inovação”, O (*Outcomes*): “Como empreender e inovar em políticas públicas?” (Moretti, 2021).

Foi elaborada planilha no programa Microsoft Excel para a extração dos dados e organização das informações. Estabeleceu-se rigorosos critérios para a inclusão de artigos em nossa análise. Priorizou-se trabalhos que abordavam a questão central de nosso estudo e disponibilizavam resumos acessíveis online que ofereciam acesso ao texto completo.

Além disso, deu-se preferência a artigos que compartilhavam experiências e conhecimentos relacionados a políticas públicas, inovação e empreendedorismo. No processo de triagem, também se aplicou critérios de exclusão, que envolviam a remoção de artigos que não estavam disponíveis em formato PDF na íntegra.

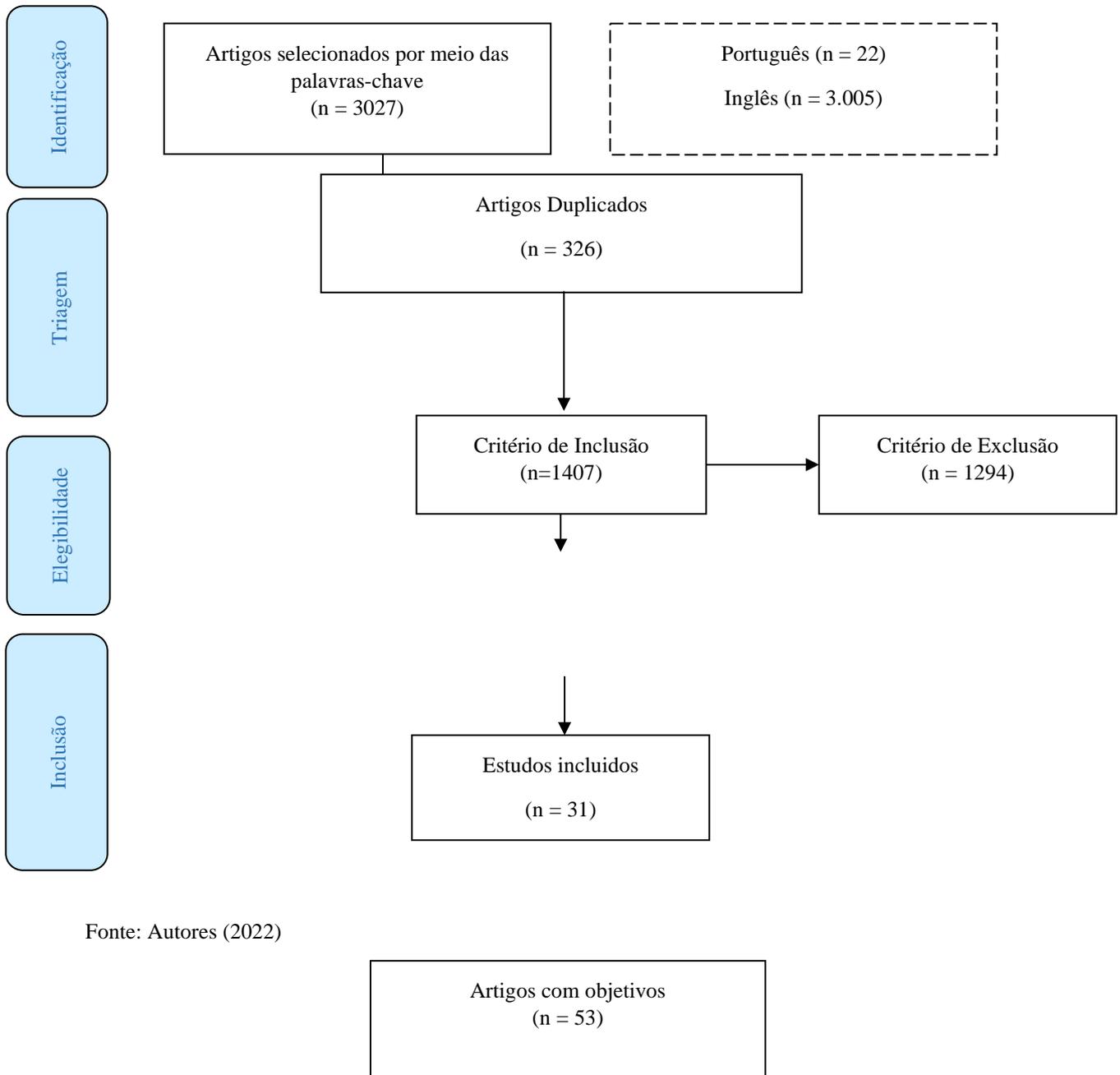
Durante a leitura completa dos artigos, identificou-se outras publicações que não atendiam aos nossos objetivos de pesquisa e, portanto, foram excluídas. Assim, essa busca cuidadosa e a seleção criteriosa de artigos nos permitiram analisar de forma abrangente o panorama atual dos estudos sobre empreendedorismo e inovação no setor público, proporcionando insights valiosos sobre as tendências e avanços nessa área de pesquisa.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Análises Bibliométricas**

Através da utilização de descritores em português e inglês, foi possível identificar um conjunto inicial de 3.027 artigos. Após um rigoroso processo de seleção baseado em critérios pré-definidos de inclusão e exclusão, um total de 31 artigos foram selecionados para análise detalhada neste estudo.

Figura 1. Fluxograma de seleção dos artigos sobre empreendedorismo e inovação na gestão pública, nos periódicos da Capes.



Dentre as publicações analisadas, a inovação emergiu como o tópico predominante, sendo o foco de 29% dos artigos, seguido de perto pelo empreendedorismo, presente em 24% dos trabalhos.

Quadro 3. Relação de artigos selecionados e avaliados sobre Empreendedorismo e Inovação na Gestão Pública, 2022.

Ano	Autores	Título	Periódico
2022	Gicheva, D.; Link, A. N.	Public sector entrepreneurship, politics, and innovation.	Small business economics
2022	Moraís da Silva, R. L; Segatto, A. P; Justen, G. S.; Bezerra de Sousa, I. G.; de Carli, E.	The social innovation process: exploring the specificities in a developing context.	Business Process Management Journal
2022	Manaresi, F.; Menon, C.; Santoleri, P.	Supporting innovative entrepreneurship: an evaluation of the Italian “Start-up Act”.	Industrial and corporate change
2022	Grimm, H. M.; Bock, C. L.	Entrepreneurship in public administration and public policy programs in Germany and the United States.	Curriculum Design in Public Administration Education: Challenges and Perspectives
2021	Frederickson, H. G.	Public Management and Authentic Innovation.	Perspectives on public management and governance
2020	Ferraris, A.; Santoro, G.; Pellicelli, A. C.	Openness of public governments in smart cities: removing the barriers to innovation and entrepreneurship.	International entrepreneurship and management journal
2020	Haque, M. S.	Entrepreneurship-driven public management reforms in Southeast Asia: Critical implications for public accountability.	Public administration and development
2020	Melo, S.; de Waele, L.; Polzer, T.	The role of Post-New Public Management in shaping innovation: The case of a public hospital.	International review of administrative sciences
2020	Veiga, P. M.; Teixeira, S. J.; Figueiredo, R.; Fernandes, C. I.	Entrepreneurship, innovation and competitiveness: A public institution love triangle.	Journals Socio-economic planning sciences
2020	Zidonis, Z.; Bilinskyi, D.; Nazyrov, K.	Management innovation practices to public sector organizations.	Problems and perspectives in management
2019	Cheah, S. L.; Yoneyama, S.; Ho, Y.	Performance management of public-private collaboration in innovation.	Creativity and innovation management
2019	Sarfati, G.	Entrepreneurship and the Face of Janus of Institutions: Stimulus Policies for High-Impact Entrepreneurs in Brazil and Russia.	Theory and Practice in Administration
2019	Silva, G; Serio, L. C. D; Bezerra, É. D.	Public Policies on Innovation and Small Businesses in a Swinging Economy.	Brazilian Administration Review
2019	Sucupira, G.; Saab, F.; Demo, G.; Bermejo, P. H.	Innovation in public administration: Itineraries of Brazilian scientific production and new research possibilities.	Innovation & Management Review
2018	Gicheva, D.; Link, A. N.	Public sector entrepreneurship, politics, and innovation.	Small Bus Econ

2018	Ribeiro, A. W. A.; Fernandes, A. J.; Costa, R. F. R.	Innovation Practices in the Public Sector: A theoretical discussion.	Revista de Administração de Roraima-UFRR
2017	Cândido, A. C.; Magro, D.; Roczanski, C. R. M.; Jamil, G. L.	Efforts to build a culture of innovation in the Brazilian energy sector.	Journal of Innovation Management
2016	Fernando, L.	Entrepreneurship in Public Management: The Case of Sri Lanka Administrative Service.	Chinese Public Administration Review
2016	Leyden, D. P.	Public-sector entrepreneurship and the creation of a sustainable innovative economy.	Small business economics
2016	Shockley, G. E.; Stough, R. R.; Haynes, K. E.; Frank, P. M.	Toward a theory of public sector entrepreneurship.	International journal of entrepreneurship and innovation management
2016	Chowdhury, A.; Shil, N. C.	Innovation in Public Sector Management Control Systems in the Context of New Public Management: A Case of an Australian Public Sector Organization.	Journal of entrepreneurship, management and innovation
2015	Phillips, W.; Lee, H.; Ghobadian, A.; O'Regan, N.; James, P.; Hillenbrand, C.; Ghobadian, A.; Money, K.	Social Innovation and Social Entrepreneurship: A Systematic Review.	Group & organization management
2015	Valadares, J. L.; Emmendoerfer, M. L.	The incorporation of entrepreneurship in the public sector: reflections based on Brazilian context.	Journal of Administration Sciences
2015	Sindakis, S.; Depeige, A.; Anoyrkati, E.	Customer-centered knowledge management: challenges and implications for knowledge-based innovation in the public transport sector.	Journal of knowledge management
2014	Ladeira, F. M. B.; Machado, H. V.	Social Entrepreneurship: A Reflection for Adopting Public Policies that Support the Third Sector in Brazil.	Tourism & Management Studies
2013	Hartley, J. Sørensen, E.; Torfing, J.	Collaborative Innovation: A Viable Alternative to Market Competition and Organizational Entrepreneurship.	Public Administration Review
2012	Borins, S. F.	Making Narrative Count: A Narratological Approach to Public Management Innovation.	Journal of public administration research and theory
2010	Lenderink, B.; Halman, J. I. M.; Boes, J.; Voordijk, H.; Dorée, A. G.	Procurement and innovation risk management: How a public client managed to realize a radical green innovation in a civil engineering project.	Journal of procurement and supply management
2007	Bernier, L.; Hafsi, T.	The Changing Nature of Public Entrepreneurship.	Public Administration Review

2007	Hess, M.; Adam, D.	Innovation in Public Management: The role and function of community knowledge.	The Innovation Journal: The Public Sector Innovation Journal
1994	Berry, F. S.	Innovation in Public Management: The Adoption of Strategic Planning.	Public administration review

Fonte: Autores (2022)

Da pesquisa realizada, identificou-se artigos publicados no período de 1994 a 2022. Observou-se maior número de publicações nos anos de 2016 e 2020, com um total de 5 artigos para cada um desses anos. Dos 32 artigos analisados, a palavra "inovação" aparece no título de 21 deles. Vale destacar que o periódico que mais abordou o tema foi o "*Public Administration Review*," com um total de 3 publicações sobre o assunto.

#### 4.2 Experiências de Empreendedorismo e Inovação

O empreendedorismo no Setor Público ainda não está totalmente consolidado, como observado na revisão da literatura. Sua viabilidade depende, em grande parte, das ações inovadoras dos indivíduos envolvidos. É crucial que os empreendedores participem ativamente e compreendam as necessidades, uma vez que as iniciativas empreendedoras só se concretizam quando os agentes conseguem transformar os serviços oferecidos à sociedade, agregando valor e aprimorando a qualidade.

Conforme estudos avaliados, o empreendedorismo no setor público não é para aumentar as oportunidades, mas para colocar em prática ideias inovadoras e encontrar maneiras de oferecer benefícios públicos, proporcionando serviços de qualidade.

O setor público não adota passivamente e nem replica inovações desenvolvidas no setor privado sem uma devida avaliação de sua relevância. Em muitos casos, o setor público é o próprio impulsionador da inovação. Uma vez que a inovação se concentra na resolução de problemas, os funcionários públicos têm a oportunidade diária de inovar para enfrentar questões que requerem soluções. A pesquisa demonstra que isso é viável.

A Lei Complementar 182/2021 trouxe inovações na colaboração entre o setor público e privado, prevendo melhorias na prestação de serviços públicos e no estímulo ao ambiente de negócios. Isso se traduz em um aumento na disponibilidade de recursos para o empreendedorismo inovador, por meio de processos de licitação e contratação de soluções inovadoras para a Administração Pública (Brasil, 2021).

Integrar os princípios fundamentais da administração pública em planos e iniciativas de inovação no setor público pode promover o apoio e o fortalecimento das medidas

governamentais. Dos estudos avaliados foram encontrados projetos inovadores em diversos setores conforme descrito no quadro 4.

Quadro 4. Relação de artigos selecionados com exemplos práticos de inovação na Gestão Pública, 2022.

Ano	Autores	Título	Inovação
2022	Manaresi, F.; Menon, C.; Santoleri, P.	Supporting innovative entrepreneurship: an evaluation of the Italian “Start-up Act”	“Start-up Act”, uma intervenção política destinada a apoiar start-ups inovadoras na Itália.
2019	Sarfati, G.	Entrepreneurship and the Face of Janus of Institutions: Stimulus Policies for High-Impact Entrepreneurs in Brazil and Russia.	No Brasil, o programa INOVAR da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e na Rússia a Fundação Skolkovo.
2017	Cândido, A. C.; Magro, D.; Roczanski, C. R. M.; Jamil, G. L.	Efforts to build a culture of innovation in the Brazilian energy sector.	produção de energia elétrica ANEEL
2016	Chowdhury, A.; Shil, N. C.	Innovation in Public Sector Management Control Systems in the Context of New Public Management: A Case of an Australian Public Sector Organization	controle gerencial no contexto das iniciativas da Nova Gestão Pública (NPM)
2015	Sindakis, S.; Depeige, A.; Anoyrkatí, E.	Customer-centered knowledge management: challenges and implications for knowledge-based innovation in the public transport sector	práticas inovadoras no transporte público setor
2010	Lenderink, B.; Halman, J. I. M.; Boes, J.; Voordijk, H.; Dorée, A. G.	Procurement and innovation risk management: How a public client managed to realize a radical green innovation in a civil engineering project	aquisição e contratação de projetos de engenharia civil

Fonte: Autores (2022)

As experiências analisadas mostram sucesso de inovação em diversos setores da administração pública. Melo, De Waele e Polzer (2020) destacam que a inovação é um fenômeno organizacional multinível que depende substancialmente da interação de três fatores: (1) autonomia profissional baseada na confiança no nível individual; (2) uma abordagem colaborativa intraorganizacional em inovação (re)design no nível da equipe; e (3) envolvimento/comprometimento da equipe com a estratégia na implementação de inovações no nível organizacional. Além disso, a inovação é facilitada por processos formais e informais interconectados que se reforçam mutuamente.

Manaresi, Menon e Santoleri (2021) conduziram uma avaliação abrangente da intervenção de políticas públicas em apoio a startups inovadoras na Itália. Os resultados revelam que essa política leva a um aumento significativo em vários indicadores de desempenho das empresas, embora não tenha efeito na propensão a patentear e na taxa de sobrevivência das startups.

Dá mesma forma, o estudo documenta que essa política ajuda a mitigar os desafios financeiros enfrentados pelas startups inovadoras, pois oferece créditos fiscais para o

patrimônio e um sistema de garantia pública, que, respectivamente, aumentam a probabilidade de obtenção de crédito bancário e o acesso a ele.

Como exemplo, no setor elétrico, foram analisados valores e informações relacionadas ao programa brasileiro de investimento em inovação, juntamente com dados de projetos correlatos. Os resultados da análise apontaram o seguinte: (a) Os investimentos foram realizados de maneira compulsória, sem seguir políticas estratégicas; (b) Foram alocados recursos significativos em pesquisa básica e aplicada, sem fornecer perspectivas claras sobre inovações de maior qualidade ou com maior valor agregado; e (c) Esse tipo de programa se configura como oportuno para apoiar e promover iniciativas de inovação nesse setor econômico crucial (Cândido et al., 2017).

No contexto do transporte público, os resultados destacam a importância do desenvolvimento de inovações e tecnologias sustentáveis. Isso requer a implementação de práticas de gestão do conhecimento que permitam o acesso às necessidades dos usuários, o mapeamento e avaliação dessas necessidades, bem como a promoção da inovação por meio de abordagens colaborativas. Além disso, é fundamental adquirir e integrar novos conhecimentos para impulsionar a evolução desse setor (Sindakis, Depeige, Anoyrkati, 2015).

Em um estudo conduzido na Austrália, pesquisadores investigaram os sistemas inovadores de controle gerencial no contexto das iniciativas da Nova Gestão Pública (NPM). Essas iniciativas foram implementadas com o objetivo de reformular a estrutura e os processos das organizações do setor público, visando melhorar seu funcionamento.

Para a pesquisa, um departamento do governo no Território da Capital Australiana (ACT) foi escolhido como campo de estudo. Os resultados revelaram que a implementação dessas ferramentas de controle gerencial impulsionou o desempenho da organização pesquisada, validando a eficácia da adoção das práticas da Nova Gestão Pública (Chowdhury, Chandra, 2016).

Já em relação ao empreendedorismo na gestão pública, os projetos foram voltados para questões gerenciais, na tentativa de entregar serviços justos, com melhor preço e maior aproveitamento do capital humano, conforme demonstrados no quadro 5.

Quadro 5. Relação de artigos selecionados com exemplos práticos de empreendedorismo na Gestão Pública, 2022.

Ano	Autores	Título	Empreendedorismo
2022	Grimm, H. M.; Bock C. L.	Entrepreneurship in public administration and public policy programs in Germany and the United States	política ambiental
2020	Ferraris, A.; Santoro, G.; Pellicelli, A. C.	“Openness” of public governments in smart cities: removing the barriers for innovation and entrepreneurship	cidade inteligente.

2020	Haque, M. S.	Entrepreneurship-driven public management reforms in Southeast Asia: Critical implications for public accountability	prestação de contas do setor público.
2016	Fernando, L.	Entrepreneurship in Public Management: The Case of Sri Lanka Administrative Service	treinamento dos gestores público no Sri Lanka.
2007	Hess, M.; Adam, D.	Innovation in Public Management: The role and function of community knowledge	instrumentos orientados para a comunidade e conhecimento baseado na comunidade de que dependem Políticas Públicas e Gestão.

Fonte: Autores (2022)

Estudos realizado por Borges, Romaniello, Brito (2016) analisaram a relação entre as características organizacionais-estruturais, administrativas, culturais e ambientais, com o empreendedorismo público compreendendo como elas podem influenciar essas ações.

Os resultados descrevem que as características de fato influenciam o empreendedorismo público existindo relação positiva para a presença dos fatores hierarquia, formalidade, flexibilidade, autonomia, recompensas, especialização, accountability, multiplicidade de objetivos, orientação para os resultados, responsabilidade legal e para a competição e relação negativa para a presença dos fatores participação e influência política

O que estes artigos nos mostram é que quanto maior for a percepção de qualidade das instituições públicas, maior será o nível das variáveis aplicadas ao empreendedorismo, inovação e competitividade. Outro ponto observado, é que os formuladores de políticas públicas, podem e devem, utilizar *os insights* fornecidos sobre inovação e empreendedorismo, para criar iniciativas e, ampliar as já existentes, voltadas para administração pública.

O conceito de resposta às ideias de gestão refere-se a situações em que os líderes do setor público, muitas vezes com conhecimento limitado e relutantes em adotar novas práticas de gestão, precisam incorporar e disseminar essas ideias em suas organizações. No entanto, a resposta típica a essas ideias pode variar.

Em primeiro lugar, é comum uma resposta defensiva, em que os líderes do setor público tendem a compartilhar experiências semelhantes às ideias de gerenciamento apresentadas. Em segundo lugar, pode ocorrer uma resposta negativa baseada na mentalidade do "não foi inventado aqui", na qual as ideias externas são rejeitadas em favor das práticas já existentes.

Por fim, uma terceira resposta negativa envolve a alegação de que as organizações não estão maduras o suficiente para adotar tais ideias de gestão, argumentando que sua implementação seria difícil ou impossível devido ao suposto baixo nível de maturidade organizacional (Zidonis, Bilinskyi, Nazyrov, políticas, 2020).

A literatura aponta diversas barreiras que podem prejudicar a inovação no setor público, incluindo a falta de regulamentações, a resistência à mudança devido à manutenção do *status quo* de outras tarefas, a falta de visão integrada no planejamento, a necessidade de adequação dos estilos administrativos e coordenação entre departamentos, o receio em relação a riscos, a disponibilidade de dados limitada, desincentivos e regras de contratação inflexíveis, a escassez de recursos e a carência de capacidade tecnológica.

Portanto, promover o empreendedorismo no processo de inovação do setor público também é essencial para superar esses obstáculos e impulsionar o desenvolvimento econômico e social. Ser agente transformador, tanto da sociedade como da economia, faz do empreendedor um inovador, aquele que rompe os paradigmas, levando a nação ao desenvolvimento econômico, por meio da identificação de novas oportunidades e fazendo destas, novos empreendimentos (Arana, Silva, 2016). Logo, empreendedorismo e inovação estão lado a lado e devem ser implementados e incentivados na gestão pública.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Destaca-se a necessidade de fortalecer o empreendedorismo no setor público, enfatizando a importância da inovação. A colaboração entre o setor público e privado, facilitada pela Lei Complementar 182/2021, aumenta os recursos disponíveis para o empreendedorismo inovador. A integração dos princípios da administração pública desempenha um papel fundamental, e estudos ressaltam a complexidade da inovação, que depende de autonomia, colaboração e comprometimento da equipe.

As políticas públicas podem impulsionar startups inovadoras, mas é crucial alinhar os investimentos com estratégias claras. A gestão do conhecimento desempenha um papel crucial na promoção de inovações sustentáveis no transporte público, enquanto a Nova Gestão Pública tem impactos positivos comprovados, como evidenciado na Austrália.

No contexto do empreendedorismo na gestão pública, características organizacionais exercem influência positiva. Além disso, a percepção de qualidade das instituições está diretamente relacionada com variáveis de empreendedorismo e inovação. Também, objetivou-se avaliar o atual cenário brasileiro acerca dos estudos que investigam o empreendedorismo e a inovação na gestão pública. Sabe-se que uma cultura empreendedora nas organizações públicas eleva o nível da gestão.

Portanto, a mudança de pensamento inserindo a vertente de empreendedorismo e inovação na gestão pública precisa passar por uma transformação cultural estrutural na sociedade organizada. A incorporação dos princípios básicos da administração pública em planos e ações de inovação no setor público pode estimular o fomento e fortalecer as ações públicas.

Pode-se constatar que, é necessário um perfil empreendedor com capacidade de inovar, com um comportamento mais flexível e criativo. Líderes que possam criar oportunidades de mercado e capazes de aperfeiçoar suas ações. Nesse sentido, é importante destacar que, apesar dos desafios enfrentados, existe um potencial significativo para empreender no país.

O setor público pode e deve ser um propulsor da inovação e, em muitos casos, pode ser referência à iniciativa privada, com bons exemplos. Recomenda-se implantar núcleos de empreendedorismo e inovação nas esferas do poder público, como estratégia de gestão pública efetiva. Em resumo, é imperativo fomentar e implementar estratégias de empreendedorismo e inovação na gestão pública, visando promover o desenvolvimento econômico e a transformação social.

Esta pesquisa explorou o atual cenário dos estudos relacionados ao empreendedorismo, inovação e sua aplicação no setor público. Os resultados revelaram uma série de desafios e oportunidades para melhorar a gestão pública, promovendo a inovação e a eficiência. Recomenda-se implantar núcleos de empreendedorismo e inovação nas esferas do poder público, como estratégia de gestão pública efetiva.

**CAPÍTULO 2 – EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA:  
AÇÃO DO PODER PÚBLICO, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E FORCON  
CONDOMÍNIOS NO RESIDENCIAL BUENA VISTA I E III, EM GOIÂNIA, GO**

**MICHEL AFIF MAGUL<sup>1</sup>ANTÔNIO PASQUALETTO<sup>2</sup>**

*Pontifícia Universidade Católica de Goiás*

**RESUMO**

O foco deste estudo recai sobre o empreendedorismo social, vislumbrando-o como uma estratégia potencial para elevar a qualidade de vida da população e fomentar o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, destaca-se a iniciativa do Projeto de Trabalho Social (PTS), uma colaboração entre a Caixa Econômica Federal e a Forcon Condomínios, que visa impulsionar o empreendedorismo social nos residenciais Buena Vista I e III, localizados em Goiânia, GO. Para avaliar o impacto do projeto nas vidas dos beneficiários, foram analisados relatórios e realizadas entrevistas com 30 participantes, destacando a predominância de mulheres com idades entre 18 e 29 anos que buscaram empreender na área de estética, especialmente, em salões de beleza e serviços de manicure.

**PALAVRAS-CHAVE:** Planejamento. Políticas Públicas. Trabalho Social.

**ENTREPRENEURSHIP AND INNOVATION IN PUBLIC MANAGEMENT: ACTION BY THE PUBLIC AUTHORITIES, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL AND FORCON CONDOMÍNIOS AT RESIDENTIAL BUENA VISTA I AND III, IN GOIÂNIA, GO**

**ABSTRACT**

The focus of this study is on social entrepreneurship, envisioning it as a potential strategy to improve the quality of life of the population and promote sustainable development. In this context, the initiative of the Social Work Project (PTS), a collaboration between Caixa Econômica Federal and Forcon Condomínios, stands out. Its aim is to boost social entrepreneurship in the Buena Vista I and III residential areas, located in Goiânia, GO. To assess the project's impact on the lives of the beneficiaries, reports were analyzed, and interviews were conducted with 30 participants, highlighting the predominance of women aged 18 to 29 who sought to venture into the field of aesthetics, particularly in beauty salons and manicure services.

**KEYWORDS:** Planning. Public policy. Social work.

## **EMPRENDIMIENTO E INNOVACIÓN EN LA GESTIÓN PÚBLICA: ACTUACIÓN DE LAS AUTORIDADES PÚBLICAS, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Y FORCON CONDOMÍNIOS EN EL RESIDENCIAL BUENA VISTA I Y III, EN GOIÂNIA, GO**

### **RESUMEN**

El enfoque de este estudio se centra en el emprendimiento social, visualizándolo como una estrategia potencial para mejorar la calidad de vida de la población y promover el desarrollo sostenible. En este contexto, destaca la iniciativa del Proyecto de Trabajo Social (PTS), una colaboración entre la Caixa Econômica Federal y Forcon Condomínios, que tiene como objetivo impulsar el emprendimiento social en los complejos residenciales Buena Vista I y III, ubicados en Goiânia, GO. Para evaluar el impacto del proyecto en la vida de los beneficiarios, se analizaron informes y se realizaron entrevistas con 30 participantes, destacando la predominancia de mujeres de 18 a 29 años que buscaron emprender en el campo de la estética, especialmente en salones de belleza y servicios de manicura.

**PALABRAS CLAVE:** Planificación. Política pública. Trabajo Social.

## 1 INTRODUÇÃO

O empreendedorismo social oferece um ponto de vista diferente às noções clássicas, já existentes no setor privado, que é dominado por empresas com fins lucrativos, onde o objetivo principal é obter lucro e maximizar o valor dos proprietários. De modo geral, a Responsabilidade Social Corporativa (SER), encontrada na literatura, não questiona o motivo principal das empresas com fins lucrativos, mas argumenta que seus gerentes precisam levar em conta, não apenas o interesse dos proprietários, mas também o interesse de outras partes interessadas, que podem afetar ou ser afetado pela atividade de uma empresa com fins lucrativos.

Os empreendedores sociais operam dentro de tal organização, adotando uma abordagem de negócios, se concentram em trazer melhores resultados sociais para determinada comunidade ou grupo de partes interessadas. Nessa visão, surge a inovação social, definida como “atividades e serviços inovadores, que são motivados pelo objetivo de atender a uma necessidade social”, ocorre em várias formas de organização, desde empresas com fins lucrativos, que frequentemente criam valor social por meio de seus programas, até organizações de missão dupla, formando novos modelos híbridos.

O empreendedorismo social está em rápido crescimento e tem chamado a atenção de diversos setores. O termo é frequentemente mencionado na mídia e ganha destaque no setor público. Um exemplo disso é o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), uma iniciativa do Governo Federal que visa facilitar o acesso à moradia por meio da construção de unidades habitacionais para famílias de diferentes faixas de renda. Isso inclui a Faixa 1, que atende famílias com renda familiar bruta de até R\$ 1.800,00, com financiamento proveniente do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) (Forcon, 2020)."

O trabalho social com as famílias beneficiárias atende normativas do PMCMV e tem como orientação legal a Portaria nº 464, de 25 de julho de 2018 editada pelo extinto Ministério das Cidades, a qual define trabalho social da seguinte maneira:

“O Trabalho Social, compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária.” (Ministério das Cidades, 2018, p. 2)

Em Goiânia, capital do estado de Goiás, foi realizada uma experiência inovadora de empreendedorismo em parceria com a empresa Forcon, contratada pela Caixa Econômica

Federal para elaborar e executar o Plano de Trabalho Social (PTS) no Residencial Buena Vista I e III, visando fomentar o empreendedorismo na região.

Essa parceria é digna de análise, uma vez que são poucos os casos em que o poder público é efetivo na operacionalização de políticas públicas de empreendedorismo e inovação. O objetivo deste estudo foi analisar a aplicação do PTS pela Forcon como forma de fomentar o empreendedorismo e inovação no residencial Buena Vista I e III, em Goiânia.

Do ponto de vista metodológico, adota-se uma abordagem que envolveu a análise dos programas implementados e a avaliação dos resultados alcançados na pesquisa, seguida de uma análise dos impactos na comunidade beneficiada.

A estrutura do artigo foi organizada da seguinte forma: a introdução fornece uma visão geral do tema. Na seção de revisão de literatura, são apresentados estudos e experiências relevantes identificadas. Em seguida, descreve-se a metodologia utilizada, seguida dos resultados e discussão. Finalmente, conclui-se com as considerações finais e as referências bibliográficas."

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Empreendedorismo Social**

As políticas públicas se referem a “um conjunto articulado e estruturado de ações e incentivos que buscam alterar uma realidade em resposta a demandas e interesses dos atores envolvidos” (Martins, 2007).

Define-se ainda como sendo um conjunto articulado e estruturado de ações e incentivos que buscam alterar uma realidade em resposta a demandas e interesses dos atores envolvidos. Diz respeito, portanto, à mobilização político-administrativa para articular e alocar recursos e esforços para tentar solucionar dado problema coletivo (Procopiuck, 2013, p. 48).

O interesse pelo empreendedorismo está crescendo significativamente, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. A teoria institucional tem desempenhado um papel fundamental nas análises e estudos relacionados ao empreendedorismo.

Empreendedorismo na Gestão Pública não está bem estabelecido no caráter reflexivo. A administração pública é marcada por um modelo híbrido de gestão, no qual práticas

patrimonialistas, burocráticas e gerenciais coexistem, tornando a adaptação do empreendedorismo complexa (Valadares, Emmendoerfer, 2015).

O empreendedorismo pode ser definido como as iniciativas de políticas públicas inovadoras que visam gerar maior prosperidade econômica ao transformar um ambiente econômico de *status quo* em um que seja mais propício para unidades econômicas se engajarem em atividades criativas diante da incerteza (Leyden e Link, 2015).

Kim (2010) destaca que o principal ponto por detrás do empreendedorismo público não é fazer um governo de negócios ou que compreenda o mercado, ao invés disso, a ideia é aumentar as oportunidades para colocar em prática ideias inovadoras e encontrar maneiras de oferecer benefícios públicos, proporcionando serviços de alta qualidade.

De acordo com Silva et al. (2018), as características empreendedoras no gerenciamento público envolvem riscos, mas também oferecem um grande potencial inovador. Isso pode resultar em benefícios positivos para as finanças municipais e políticas públicas, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento institucional e socioeconômico.

Portanto, a mudança de perspectiva em relação ao empreendedorismo na gestão pública requer uma transformação cultural e estrutural na sociedade. Ao desempenhar um papel de agente transformador, tanto na sociedade quanto na economia, o empreendedor se destaca como um inovador capaz de romper paradigmas. Isso contribui para o desenvolvimento econômico do país, uma vez que ele identifica novas oportunidades e as transforma em novos empreendimentos (Arana e Silva, 2016).

O empreendedorismo social, conforme definido por Silva et al. (2012), se diferencia de outras formas de empreendedorismo por apresentar características distintivas: é coletivo e integrado, produz bens e serviços para as comunidades locais e globais, concentra-se na resolução de problemas sociais e nas necessidades da comunidade, avalia seu desempenho com base no impacto e transformação social, e tem como objetivo resgatar pessoas em situação de risco social, promovendo a geração de capital social, inclusão e emancipação social.

Questões relacionadas ao empreendedorismo social têm sido debatidas ao longo do tempo, contudo, persistem dúvidas acerca do impacto financeiro em organizações sem fins lucrativos e seus respectivos setores. Considerações sobre empreendedorismo social são relativamente recentes, abrangendo tópicos como definições apropriadas, as diferenças potenciais entre empreendedorismo em organizações com e sem fins lucrativos, bem como o

potencial para resolver problemas sociais significativos, como evidenciado no caso de Bielefield (2009, p.41).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2022) identifica como principais características dos negócios de impacto social a capacidade de gerar bens e serviços que contribuam para o desenvolvimento da qualidade de vida da população, especialmente da camada de baixa renda. Além disso, esses negócios são integrados a políticas públicas, como o Projeto Trabalho Social analisado neste estudo, e têm a capacidade de se autorregular, ou seja, não dependem exclusivamente de doações para manter suas operações.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE, (2014) aponta a importância das microempresas e empresas de pequeno porte no Brasil, destacando que são responsáveis por mais de 78% dos empregos formais no país, beneficiando cerca de 40% da população brasileira de alguma forma. Essas empresas constituem a base do empreendedorismo social, incluindo um aspecto crucial que é o empreendedorismo feminino. As mulheres têm desempenhado um papel significativo nesse cenário, contribuindo para a geração de empregos e o desenvolvimento social por meio de suas iniciativas em micro e pequenos negócios.

O empreendedorismo social, como um modelo de negócios inovador, combina objetivos sociais com uma mentalidade de negócios e é anunciado como uma nova maneira importante de criar valor social, como a sustentabilidade. (Witkamp et al., 2011).

Sobre o empreendedorismo social e sua interação com instituições de apoio, vale destacar o papel fundamental exercido por entidades como o SEBRAE. Além disso, entre as organizações financiadoras que desempenham um papel significativo no cenário brasileiro, encontra-se a Caixa Econômica Federal, uma empresa pública com sede em Brasília, no Distrito Federal, e filiais distribuídas por todo o país, vinculada ao Ministério da Economia (Caixa, 2022).

A relevância dessa instituição se estende muito além de suas atividades bancárias, uma vez que ela também desempenha um papel crucial na administração de diversos benefícios sociais e programas trabalhistas, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Seguro Desemprego, o Programa Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida.

Por outro lado, a Caixa é uma fonte de recursos e assistência essenciais para prefeituras e governos estaduais, contribuindo para a eficiente execução de projetos de desenvolvimento em todo o país. Essas instituições, como o Sebrae e a Caixa, desempenham um papel

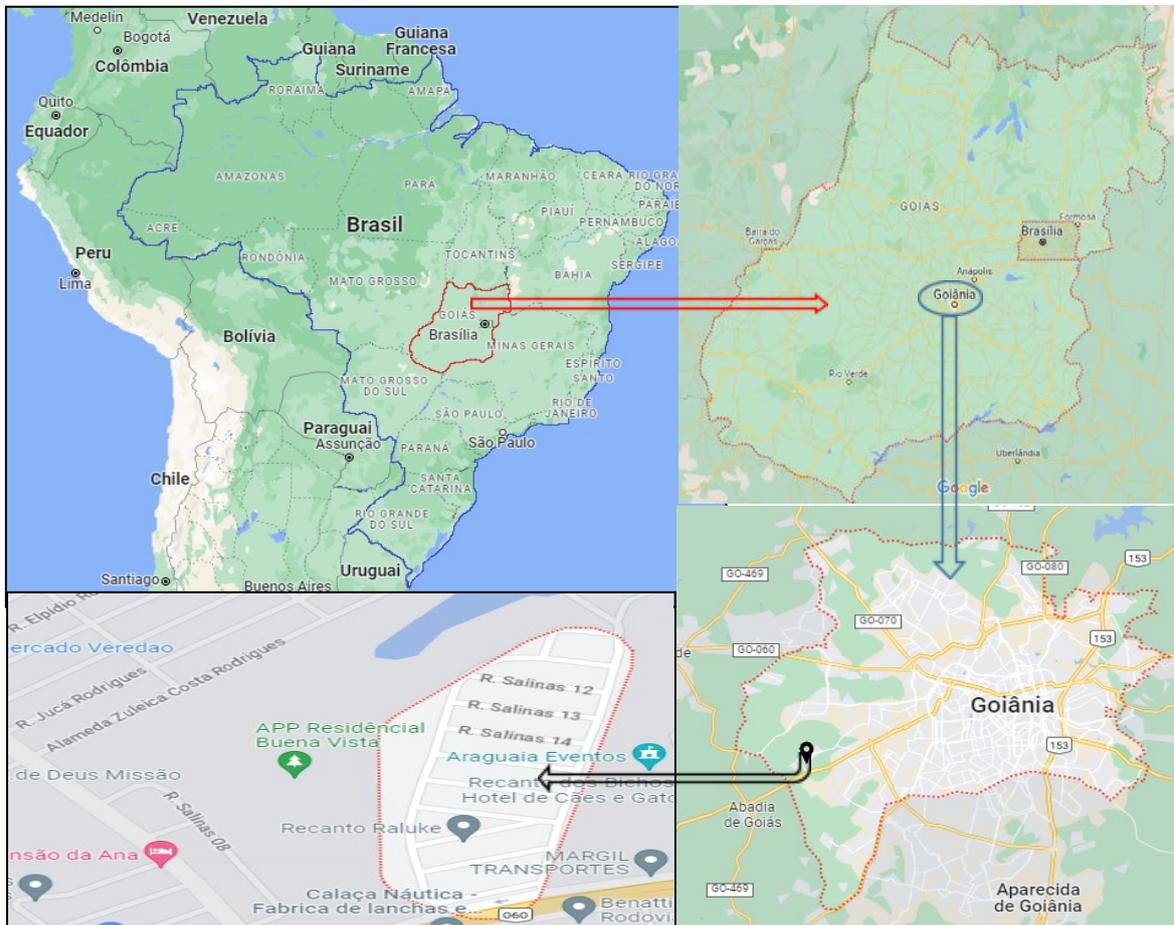
insubstituível no sucesso e no reconhecimento de iniciativas de empreendedorismo social no Brasil. Como principal agente de políticas públicas do governo federal, contribui ativamente para a erradicação da pobreza e a melhoria na distribuição de renda junto à população brasileira (Caixa, 2022).

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 O Residencial Buena Vista I e III

O Residencial Buena Vista I e III, está localizado no Setor Buena Vista, região Sudoeste de Goiânia, a 18 km do centro da cidade (Figura 1), bairro é habitado por mais de duas décadas, o loteamento surgiu de uma antiga fazenda existente no local, o bairro conta com planejamento urbano, asfaltamento das vias principais, esgoto sanitário, iluminação pública, coleta de lixo e água tratada (Forcon, 2020).

Figura 2 – Localização do Residencial Buena Vista I e II.



Fonte: Elaboração própria realizada com screenshots do site Google Maps, 2023

O Residencial Buena Vista I e III é um empreendimento no âmbito da política de habitação voltados às famílias socialmente vulneráveis, com renda de R\$ 0,00 a R\$ 1.800,00, geridas por mulheres, idosos e deficientes responsáveis pela família. O empreendimento foi construído com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no Município de Goiânia, GO. O PMCMV tem como objetivo, promover o acesso a moradias dignas com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade com intuito de minimizar o déficit habitacional (Forcon, 2020).

O PMCMV propiciou ao Setor Buena Vista ações de desenvolvimento de habitabilidade e urbanização favorecendo famílias da cidade de Goiânia, o empreendimento está localizado numa região periférica, e como ocorre na maioria das periferias, possui concentração de pessoas de baixas renda e grau de escolaridade. Longínquo do centro da cidade, o setor não conta com oportunidades de empregabilidade, há violência urbana, falta oportunidade de qualificação profissional para os moradores, dentre outras situações que fomentam a vulnerabilidade social (Forcon, 2020).

Em janeiro de 2014 o empreendimento iniciou a ocupação dos imóveis, 1.424 famílias foram beneficiadas com unidades habitacionais (apartamentos sobrepostos), devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Habitação (SMH) e no Cadastro Único (Forcon, 2020).

O setor possui uma escola com ensino infantil (Pré-escolar 01 e 02) junto com o ensino fundamental de (1ºano ao 6ºano), com capacidade para atender 950 crianças e adolescentes e para 2020 irá abrir vagas para o 7º ano, ressalta-se que a instituição não atende toda a demanda existente no setor fazendo com que pais procurem escolas nas regiões vizinhas, importante destacar o papel vital das mulheres empreendedoras nesses projetos.

Em relação a um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) que atende 126 crianças entre 6 meses e 3 anos de idade, é importante notar que o espaço não é adequado para atender a demanda de crianças na faixa etária do ensino infantil. Há cerca de sete anos, está em construção um segundo CMEI para esse setor, que foi inaugurado em 2020, conforme informações das lideranças locais.

Além disso, esse local conta com um parque ecológico, porém, a infraestrutura atual não é adequada para aproveitar plenamente o ambiente. O lago do parque é frequentado por pessoas de fora do setor, que chegam equipadas com lanchas de pequeno porte, jet skis, tendas, mesas, cadeiras e churrasqueiras. Por outro lado, os moradores locais raramente utilizam esse

espaço. De acordo com a Forcon Condomínios (2020) o parque é espaçoso, mas falta a criação de trilhas e áreas adequadas para atividades de lazer e prática esportiva.

O setor conta com uma unidade de saúde, que atende em dois turnos para atender toda a demanda existente na comunidade. O comércio local é familiar e administrado pelos mesmos, sem oferecer empregabilidade aos moradores do setor. O empreendedorismo feminino desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento local e no sucesso desse empreendimento.

Para compreender melhor o impacto do Residencial Buena Vista I e III no bem-estar das famílias beneficiárias e na comunidade local, adota-se uma metodologia mista que incluiu a coleta de dados quantitativos e qualitativos. Primeiramente, realiza-se uma pesquisa quantitativa por meio de questionários estruturados, aplicados às famílias que residem no empreendimento. Essa pesquisa nos permitiu quantificar aspectos como a satisfação dos moradores, as melhorias na qualidade de vida e o acesso a serviços essenciais.

Além disso, conduziu-se entrevistas em profundidade com moradores, líderes comunitários e representantes do poder público local para obter insights qualitativos sobre o impacto do programa nas vidas das pessoas e nas dinâmicas da comunidade. Essa abordagem qualitativa nos permitiu capturar narrativas e histórias de sucesso que não podem ser expressas apenas em números.

A análise dos dados coletados foi realizada por meio de técnicas estatísticas avançadas e análise de conteúdo das entrevistas qualitativas. Os resultados dessas análises fornecem uma visão abrangente dos benefícios e desafios enfrentados pelas famílias beneficiárias do Residencial Buena Vista I e III e contribuem para uma compreensão mais completa do impacto do PMCMV na comunidade de Goiânia, GO."

### **3.2 Projeto de Trabalho Social e Atividades Desenvolvidas**

A pesquisa foi realizada a partir das observações e relatórios do Projeto de Trabalho Social desenvolvido pela empresa Forcon Condomínios, contratada pela Caixa Econômica Federal, para elaboração e execução e fomentar o empreendedorismo no Residencial Buena Vista I e III de Goiânia, GO.

O Projeto de Trabalho Social (PTS) possui como elementos norteadores a participação ativa dos beneficiários em todas as etapas, enxergando-os não apenas como cidadãos de direitos, mas também como agentes transformadores de sua própria comunidade. Entre os beneficiários entrevistados no Residencial Buena Vista I e III, destaca-se o importante papel das mulheres empreendedoras, que desempenham um papel significativo na identificação e abordagem dos problemas sociais latentes na área.

Essas mulheres empreendedoras não apenas contribuem para a identificação dos desafios enfrentados pela comunidade, mas também influenciam diretamente as decisões sobre os cursos solicitados e as expectativas em relação à execução do PTS. Sua participação ativa e visão empreendedora desempenham um papel crucial no sucesso e na eficácia desse projeto, demonstrando a força das lideranças femininas na promoção do desenvolvimento local.

Além disso, o Projeto de Trabalho Social (PTS) estabeleceu como objetivo a implementação de um conjunto de ações integradas que visaram investir tanto nos indivíduos quanto na comunidade como um todo. Essas ações foram planejadas e executadas de maneira participativa, com o intuito de desencadear processos de desenvolvimento social na comunidade, promovendo um senso de apropriação e pertencimento ao território, bem como o comprometimento dos moradores com o local onde residem.

As atividades e ações propostas no PTS foram organizadas em torno dos quatro eixos delineados na Portaria 464, englobando: Eixo 1 - Mobilização, Organização e Fortalecimento Social; Eixo 2 - Educação Ambiental e Patrimonial; Eixo 3 - Desenvolvimento Socioeconômico; e Eixo 4 - Assessoria à Gestão Condominial. Essas atividades foram projetadas para atender às expectativas e necessidades dos beneficiários, e sua implementação contou com a participação ativa deles.

As atividades foram desenvolvidas através de ações coletivas e individuais de acordo com cada nível de atuação e constam no Quadro 6.

O questionário composto por 15 (quinze) perguntas organizadas em quatro grupos:

- a) Dados: foi solicitado que indicassem gênero, idade e escolaridade.
- b) Atividade: foram questionados os motivos de buscarem ingressar no projeto, qual foi a atividade empreendida, o tempo em exercício, os investimentos necessários, entre outras questões envolvendo o exercício, propriamente dito da atividade oferecida pelo projeto;

- c) Impactos: os desdobramentos do projeto na vida dos indivíduos;
- d) Avaliação: sobre a participação da Forcon e do Poder Público na realização do Projeto.

**Quadro 6 - EIXO 3 – Desenvolvimento Socioeconômico Projeto de Trabalho Social no Residencial Buena Vista I e III, Goiânia, GO.**

<b>ATIVIDADE</b>	<b>VAGAS</b>
Atividade 3.1 – Curso de Empreendedorismo – Transformando Ideias em Negócios	20
Atividade 3.2 – Curso de Empreendedorismo para Feirantes	20
Atividade 3.3 – Oficina de Produção de Salgados	80
Atividade 3.4 – Oficina de Produção de Bombons	48
Atividade 3.5 – Curso Customização de Roupas	60
Atividade 3.6 – Curso de Customização de Sandálias	45
Atividade 3.7 – Curso de Auxiliar Administrativo	34
Atividade 3.8 – Curso de Atendente de Farmácia	16
Atividade 3.9 – Curso de Serviço Gerais	32
Atividade 3.10 – Curso Eletricista Predial	20
Atividade 3.11 – Curso NR 10-Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade – Formação	20
Atividade 3.12 – Curso de Informática Básica	32
Atividade 3.13 – Curso de Informática Avançada – Excel	16
Atividade 3.14 – Curso de Confeiteiro	16
Atividade 3.15 – Curso de Panificação	16
Atividade 3.16 – Curso de Costureiro (a)	16
Atividade 3.17 – Curso de Cabeleireiro Assistente	15
Atividade 3.18 – Curso de Barbeiro	15
Atividade 3.19 – Curso Noções Básicas das Técnicas de Manicure/Pedicure	30
Atividade 3.20 – Curso Básico de Maquiagem	15
Atividade 3.21 – Curso de Modelagem e Henna para Sobrancelhas	15
Atividade 3.22 – Curso de Empregabilidade, Elaboração de Currículo e como se comportar em entrevista de Emprego	45

Atividade 3.23 – Curso de Corte e Modelagem de Tecido	16
Atividade 3.24 – Curso de Doces e Sobremesas	60
Total	702

Fonte: Forcon, 2020.

O Projeto de Trabalho Social (PTS) tinha como público-alvo previsto 1.424 famílias beneficiárias do Residencial Buena Vista I e III, localizado em Goiânia, GO. O período de execução do PTS abrangeu 14 meses.

Nesta análise, fica evidente que as 702 vagas disponibilizadas representam aproximadamente 49,30% do total de 1.424 famílias residentes na região. Essa porcentagem reflete a relação entre as vagas oferecidas e o número total de famílias que poderiam ser beneficiadas pelo PTS no Residencial Buena Vista I e III, em Goiânia, GO. Esse cálculo proporciona insights sobre a acessibilidade das famílias às oportunidades proporcionadas pelo projeto.

### 3.3 Questionário aos Beneficiados pelo Projeto de Trabalho Social

Após a conclusão das atividades do Projeto de Trabalho Social, foi desenvolvido um questionário destinado a um grupo amostral. O objetivo era avaliar o impacto das ações realizadas sob a perspectiva das pessoas diretamente envolvidas.

O questionário foi composto principalmente por questões de múltipla escolha, embora houvesse duas perguntas que requeriam respostas escritas. As perguntas, bem como as opções de resposta, estão detalhadas no Quadro 7 abaixo:

**Quadro 7**– Questões formuladas para questionário aplicado para os beneficiários do Projeto de Trabalho Social no Residencial Buena Vista I e III, Goiânia, GO.

Questões		Opções
Dados	Gênero	( ) Homem ( ) Mulher ( ) Outro
	Idade	( ) 18-29 anos; ( ) 30 a 44 anos; ( ) 45 a 60 anos; ( ) maior de 60 anos;

	Escolaridade	<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo; <input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto; <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo; <input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto; <input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo; <input type="checkbox"/> Não informado;
Atividade	O que te levou a procurar uma oportunidade de negócio, ser empreendedor?	<input type="checkbox"/> Desemprego; <input type="checkbox"/> Ócio; <input type="checkbox"/> Dívidas; <input type="checkbox"/> Auxiliar financeiramente a família; <input type="checkbox"/> Outro. Qual?
	Em que atividade do Projeto Trabalho Social você empreendeu?	Resposta discursiva.
	O seu negócio continua em atividade?	<input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. Por que? _____
	Há quanto tempo você atua em seu negócio?	<input type="checkbox"/> Até 1 ano; <input type="checkbox"/> Entre 1 e 5 anos; <input type="checkbox"/> Mais de cinco anos;
	Que tipos de investimentos foram necessários para operacionalizar o negócio?	<input type="checkbox"/> Aluguel; <input type="checkbox"/> Mercadorias; <input type="checkbox"/> Empregados; <input type="checkbox"/> Divulgação; <input type="checkbox"/> Outros. Qual?
	Como você divulga sua atividade?	<input type="checkbox"/> Whatsapp; <input type="checkbox"/> Facebook; <input type="checkbox"/> Instagram; <input type="checkbox"/> Tiktok; <input type="checkbox"/> Boca a Boca; <input type="checkbox"/> Outro. Qual?
	Avalie se foi fácil conquistar clientes.	<input type="checkbox"/> Péssimo; <input type="checkbox"/> Ruim; <input type="checkbox"/> Regular; <input type="checkbox"/> Bom; <input type="checkbox"/> Ótimo;
Impactos	Criar um negócio lhe garantiu mais qualidade de vida?	<input type="checkbox"/> Péssimo; <input type="checkbox"/> Ruim; <input type="checkbox"/> Regular; <input type="checkbox"/> Bom; <input type="checkbox"/> Ótimo;
	Qual sua renda mensal líquida com a atividade?	Até 1 salário mínimo; Entre 1 e 3 salários mínimos; Maior que 3 salários mínimos;
Avaliação	Como foi a participação da Forcon na realização do Projeto Trabalho Social?	<input type="checkbox"/> Péssimo; <input type="checkbox"/> Ruim; <input type="checkbox"/> Regular; <input type="checkbox"/> Bom; <input type="checkbox"/> Ótimo;
	Como foi a participação do poder público na realização do Projeto Trabalho Social?	<input type="checkbox"/> Péssimo; <input type="checkbox"/> Ruim; <input type="checkbox"/> Regular; <input type="checkbox"/> Bom; <input type="checkbox"/> Ótimo;
	Para que novos projetos possam ser realizados no seu setor, sugira atividades que possam contribuir para o empreendedorismo e inovação.	Resposta Discursiva.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

O grupo amostral foi composto por 30 (trinta) pessoas selecionadas aleatoriamente entre as pessoas beneficiadas pelo Projeto de Trabalho Social para monitorar o impacto das ações em suas vidas. Elas receberam o questionário impresso em uma folha e puderam responder livremente.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Análise da Efetividade do Projeto de Trabalho Social

A execução do Projeto Trabalho Social junto às famílias beneficiárias do Residencial Buena Vista teve como perspectiva: a) garantir acesso às políticas públicas com vistas à efetivação dos direitos, b) da participação e do controle social, c) melhoria das condições de vida, d) sustentabilidade da intervenção, e) troca de conhecimento e de informações.

Dessa forma, o projeto buscava melhorar a qualidade de vida da população que morava no local, o qual era considerado um “bairro pobre” e duramente afetado pela pandemia, que piorou a situação dos moradores do local tendo em vista que houve uma crise econômica e humanitária que não pode ser de pronto reparada.

Embora o prazo previsto de realização do Projeto de Trabalho Social fosse, inicialmente, de 14 meses, as atividades tiveram de ser realizadas ao longo dos 17 meses, por questões atreladas a baixa adesão da população, atraso na execução do cronograma de execução do Sistema S e consequências da Pandemia da Covid-19. No entanto, em que pese o atraso de 3 meses para a conclusão da execução do projeto, o projeto transcorreu baseado nos aspectos citados anteriormente, contudo se fez necessário adequar técnicas e instrumentos ora planejados, tais como, supressão e ampliação de atividades, tão necessárias para alcance de metas e indicadores.

As atividades de qualificação executadas constam do Quadro 8.

**Quadro 8** - Atividades de qualificação executadas no projeto trabalho social no Residencial Buena Vista I e III de Goiânia, GO.

ATIVIDADE	VAGAS PREVISTAS	PARTICIPANTES
Curso de Empreendedorismo – Transformando Ideias em Negócios	20	16
Curso de Empreendedorismo para Feirantes	20	0

Oficina de Produção de Salgados	80	32
Oficina de Produção de Bombons	48	28
Curso Customização de Roupas	60	08
Curso de Customização de Sandálias	45	18
Curso de Auxiliar Administrativo	34	36
Curso de Atendente de Farmácia	16	21
Curso de Serviço Gerais	32	0
Curso Eletricista Predial	20	21
Curso NR 10-Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade – Formação	20	0
Curso de Informática Básica	32	33
Curso de Informática Avançada – Excel	16	18
Curso de Confeiteiro	16	11
Curso de Panificação	16	16
Curso de Costureiro (a)	16	18
Curso de Cabeleireiro Assistente	15	0
Curso de Barbeiro	15	15
Curso Noções Básicas das Técnicas de Manicure/Pedicure	30	16
Curso Básico de Maquiagem	15	0
Curso de Modelagem e Henna para Sobrancelhas	15	16
Curso de Empregabilidade, Elaboração de Currículo e como se comportar em entrevista de Emprego	45	16
Curso de Corte e Modelagem de Tecido	16	16
Curso de Doces e Sobremesas	60	32
Total	702	387

Fonte: adaptado de Forcon, 2022

No quesito cursos profissionalizantes, destaca-se adequação dos horários para atender a demanda da população adulta, na proposta do PTS o horário dos cursos acompanhava também horário comercial, não acolhendo aqueles que necessitavam trabalhar para garantir a segurança alimentar familiar.

Quando da ocorrência da Pandemia da Covid – 19, usa-se o exemplo do Condomínio Juarez Amorelli - Qd 70, a qual possui, em sua maioria, beneficiários do grupo de idosos, a partir do contato com síndico e até mesmo com os próprios moradores sempre foicitado à preocupação com o momento e a necessidade em se resguardar;

A equipe técnica contou com público fiel que participava das açõespropostas, em sua maioria, mulheres, chefe de famílias, desempregadas e/ou que desenvolvia trabalho informal, idosas e crianças e adolescentes, filhos, netos, das mulheres participantes.

É importante frisar que a oferta dos cursos profissionalizantes, no período pandêmico, teve uma importância maior, em razão do aumento do desemprego, perda de renda e acentuação da situação de vulnerabilidade social vivenciada pela população. Os cursos ofertados foram frequentados, em sua maioria, por mulheres empobrecidas, chefes de famílias e homens jovens em busca de 1º emprego;

Avalia-se ainda a importância das Oficinas de Iniciação esportiva a qual contribuiu para aprimoramento da formação social, físico e cultural dos alunos, criando uma relação entre aprendizagem e motivação, qualidade de vida e socialização.

Evidencia-se a participação das beneficiárias nos cursos profissionalizantes, destacando o ramo da culinária, vestuário, artesanato, oficinas de iniciação esportiva e de bem-estar. E, sem sombra de dúvida, a participação dessas mulheres foi válida, considerando que a profissionalização e autocuidado potencializa o processo de construção da autonomia e de garantia da cidadania, condizente com o que reza o Programa de Habitação de Interesse Social.

Da participação do público feminino, há registro de melhoramento da autoestima, reconhecimento do ciclo de violência vivenciado por participantes, iniciação do processo de empreendedorismo e garantia de renda familiar. Como a participação foi quase sempre exclusivamente das mulheres, elas ficavam à vontade para se expressar, enquanto outras permaneciam em silêncio, observando e faziam exposição das expressões das questões sociais vivenciadas posteriormente.

Um estudo realizado na Índia demonstrou que as mulheres preferem investir em atividades de cooperativas, pois elas oferecem oportunidades de autoemprego, contribuindo para a inclusão social e o seu empoderamento. Podem contribuir para: 1) elementos de empoderamento embutidos no modelo de negócios do empreendimento e (2) percepções individuais de empoderamento (Datta e Galley, 2012)

É oportuno destacar, como era frequente a presença das mulheres com seus filhos, sobrinhos, tutelados e netos, necessitando criação de espaço de acolhimento. Ainda assim, sempre havia presença de um técnico encarregado de realizar atividades educativas com as crianças, no intuito de evitar a exposição delas aos assuntos tratados, assim como garantir a tranquilidade necessária.

Ocorreu ainda parceria com Organização Não Governamental da Central Única das Favelas-CUFA Goiás, relacionado à promoção do protagonismo social das famílias, o que se assemelha com o objetivo proposto pelo Trabalho Social, reforçando a atuação conjunta.

A parceria com Grupo Institucional do Poder Público- GIPP foi outro ponto desafiador para a efetividade do Trabalho Social, uma vez que este foi consolidado somente no 16º mês

do cronograma do PTS, ou seja, no penúltimo mês, inviabilizando a execução concomitante com as ações do PTS e encaminhamento adequado das demandas apresentadas pela comunidade.

No 1º mês de execução do PTS, na tentativa de articular o Grupo, a coordenadora social - foi informada por servidores da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano/Superintendência de Habitação e Regularização Fundiária, responsável pela formação do grupo, que o GIPP precisava ser recomposto em razão da exoneração de servidores de diversos Órgãos da Prefeitura Municipal; a qual fazia parte da composição do GIPP, os servidores foram exonerados com o término da gestão municipal 2016-2020.

Embora não tenha ocorrido alcance de todos os indicadores e metas descritas nas ações do PTS, acredita-se no cumprimento do objetivo geral que foi o de promover a participação social, a melhoria das condições de vida, à efetivação dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção descritos no PTS. Tal afirmação baseia-se na transformação daqueles participantes, público pequeno, mas bastante dedicado e que fazia questão de externar a transformação promovida pelo trabalho social para vida econômica, social e pessoal.

É importante destacar que o perfil dos empreendedores sociais identificados no estudo não é compatível com as propostas de empreendedorismo e objetivos sociais e emprego. Isso requer políticas públicas que aproximem o perfil do empreendedor dos objetivos a serem alcançados, de forma que o empreendedor se identifique com a causa pela qual luta (Ladeira e Machado, 2013).

Pode-se afirmar que quanto mais habilidades empreendedoras os atores tiverem, maior a probabilidade de a iniciativa criar impacto (desde que a disposição do ator para escalar seja alta) (Lunenburg et al., 2020).

## **4.2 Respostas ao Questionário dos Impactos das Ações do Projeto de Trabalho Social**

Com a realização do questionário, foi possível obter uma amostra abrangente do impacto do Projeto de Trabalho Social (PTS). Essa pesquisa revelou uma série de informações cruciais para a análise das ações do projeto e para entender de forma mais aprofundada os resultados alcançados.

Inicialmente, os dados pessoais dos pesquisados forneceram uma visão demográfica valiosa. Descobriu-se que cerca de 63,3% dos beneficiários do Projeto de Trabalho Social eram do sexo feminino, o que indica uma forte presença feminina na comunidade atendida pelo projeto.

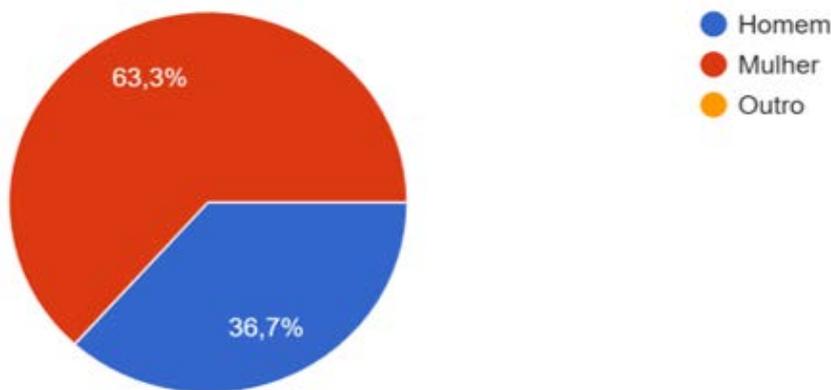
Além disso, a pesquisa identificou quais atividades do PTS tiveram um impacto mais significativo na perspectiva dos beneficiários. Isso permitiu uma análise mais detalhada sobre as práticas que foram particularmente eficazes e que merecem ser mantidas ou expandidas em futuros projetos.

A pesquisa também examinou aspectos específicos, como o grupo demográfico que mais se beneficiou das ações do projeto. Com base nas respostas dos participantes, conseguiu-se identificar grupos específicos que experimentaram resultados positivos e áreas em que o projeto pode precisar de ajustes para garantir um impacto mais equitativo e abrangente.

No geral, essa pesquisa de impacto forneceu informações valiosas para a avaliação do PTS. Os dados coletados estão sendo analisados em profundidade para orientar aprimoramentos futuros nas estratégias de trabalho social, a fim de melhor atender às necessidades e expectativas da comunidade atendida.

No primeiro momento, quanto aos dados pessoais, foi possível verificar que 63,3% dos respondentes beneficiários do Projeto Trabalho Social são mulheres (Figura 3).

**Figura 3**– Gênero dos beneficiários, com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.



Fonte: Autores (2023)

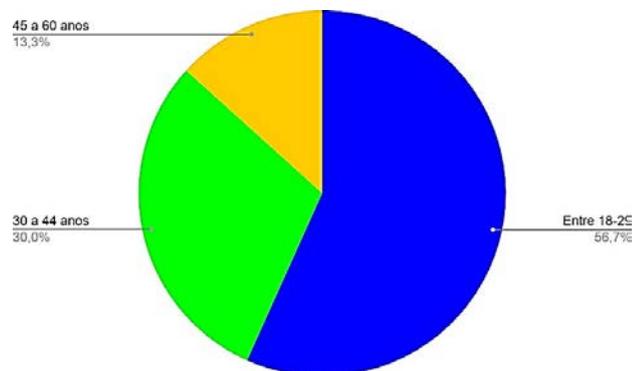
Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2021 a população de Goiânia era de 1.555.626 pessoas, sendo que as mulheres correspondem a 51,8% desse total. Ademais, a pesquisa realizada pelo IBGE apontou ainda que cerca de 53,3% dos lares de Goiânia, GO são chefiados por mulheres, ou seja, são elas quem assumem as responsabilidades financeiras do lar, observando que esse número vem apenas crescendo. (Oliveira e Jacometto, 2022)

Segundo os autores, a pesquisa aponta ainda que, apesar de chefiarem os lares e possuírem mais escolaridade que os homens, as mulheres ainda tendem a receber cerca de 30% menos do que os salários deles. Esses dados são os motivos pelos quais acredita-se que o projeto teve adesão das mulheres que buscam empreender, uma vez que é uma maneira delas conquistarem a emancipação e o desenvolvimento, opondo-se à hierarquia socialmente imposta. Sobre o assunto seguem relatos de diversos autores citados por Estivalet et al. (2018):

Na visão de Diogo e Coutinho (2006), a mulher trabalhadora, principalmente pertencente às camadas populares, sofre preconceito, discriminação, acúmulo de funções e frequentemente ocupa trabalhos não qualificados e repetitivos. Para os referidos autores, as relações entre homens e mulheres, de maneira geral, configuram-se ainda como hierárquicas, desiguais e até mesmo permeadas por mecanismos excludentes. Assim, mesmo ocorrendo inúmeras mudanças no contexto social, econômico e cultural, as mulheres ainda ocupam posição inferiorizada na sociedade. Nesse contexto, o empreendedorismo social, cujo papel é criar valor social (Austin, Severson & Wei-Skillern 2006), tem sido considerado uma forma de contribuir com a emancipação e desenvolvimento de indivíduos em desvantagem e risco social, sendo inúmeras as ações desenvolvidas para a população feminina (Jonathan, 2011; Najafizadeh & Mennerick, 2003; Neves, Guedes, & Santos, 2010). Na perspectiva da diversidade, igualdade e inclusão, o empreendedorismo pode ser visto como um meio para a inclusão das mulheres e outros grupos marginalizados, especialmente nos países de baixa renda, nos quais estas elas sofrem com a falta de igualdade de oportunidades e exclusão social (Pines, Lerner, & Schwartz, 2010) citados por Estivalet, et al., 2018, p. 177.

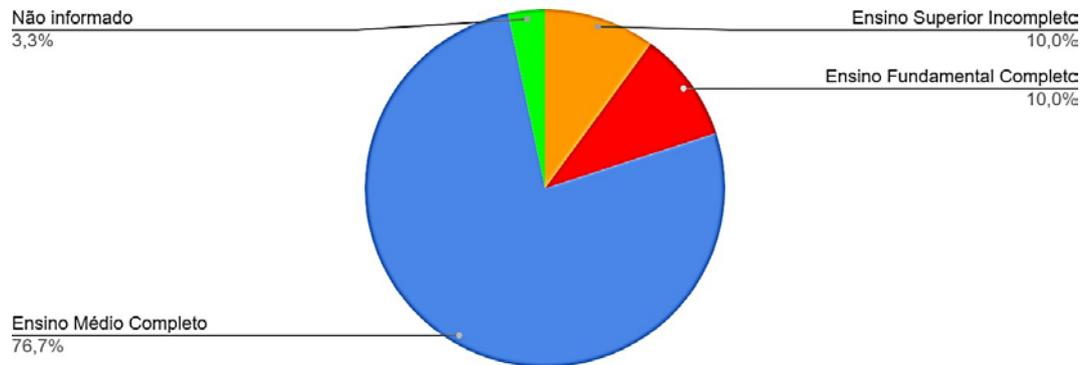
Quanto aos dados relacionados com a faixa etária e a escolaridade dos indivíduos beneficiados, verificou-se que 56,7% dos beneficiados possuem entre 18 e 29 anos de idade, além de 76% possuírem o Ensino Médio completo, conforme demonstrado nas Figuras 4 e 5.

**Figura 4** – Idade dos beneficiários, com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.



Fonte: Autores (2023)

**Figura 5** – Escolaridade dos beneficiários, com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.



Fonte: Autores (2023)

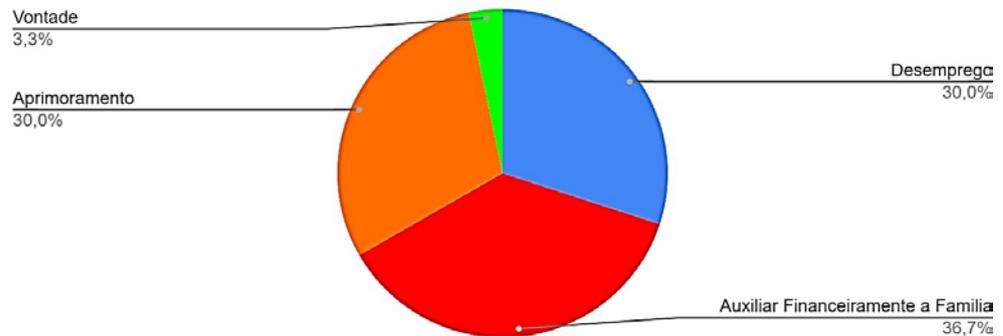
Com base em informações fornecidas pelo IBGE (2021), constata-se que aproximadamente 23% da população brasileira, equivalente a cerca de 1/4 (um quarto), pertence à faixa etária de 15 a 29 anos, categorizada como jovens. Além disso, ao considerar a realidade específica de Goiânia, de acordo com os dados mais recentes do instituto, a maioria dos residentes na capital goiana situa-se na faixa etária entre 25 e 59 anos, que possui ensino médio completo, conforme relatado por Amoury (2022). Essas informações auxiliam na interpretação dos resultados do questionário em relação à idade e nível de escolaridade dos beneficiários do projeto.

Não obstante, Gomes et al. (2014) explicam que a maioria dos jovens buscam o empreendimento como uma forma de se inserirem no mercado de trabalho, apontando uma pesquisa feita pelo *Global Entrepreneurship Motor (GEM)*, que indicou que 44% (quarenta e quatro por cento) dos brasileiros preferem empreender. É nesse cenário que surgem os jovens empreendedores, os quais veem nesta opção, uma via para melhorarem suas vidas e de suas famílias, especialmente no que diz respeito ao aspecto financeiro.

Finalizada a análise dos dados pessoais, passou-se a análise das atividades, iniciando pelos motivos que levaram os indivíduos a procurarem o PTS e o empreendedorismo. No grupo amostral, não foi obtida nenhuma resposta de motivo por ócio ou por dívidas, enquanto 33,3% dos indivíduos responderam que a motivação foi “outros”, apontando vontade pessoal e aprimoramento como as motivações principais.

No entanto, o que realmente motivou os indivíduos foi a necessidade de auxiliar financeiramente a família, correspondendo a 36,7% das respostas. O desemprego também foi uma motivação para 30% dos questionados, conforme demonstrado pela Figura 6.

**Figura 6** – Motivo do exercício da atividade, elencado pelos beneficiários, com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.



Fonte: Autores (2023)

Segundo dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), responsável por analisar a inflação no Brasil, em agosto de 2022, a inflação estava acumulada em 10,7%, sendo que em relação a alimentos e bebidas, esse valor correspondia a 14,72% (IPCA, 2023). A inflação indica um aumento dos níveis de preços de itens como, por exemplo, transporte, alimentação, bebidas, vestuário, saúde e habitação, com isso, quanto maior a porcentagem, mais caros ficam os itens (Pereira, 2022)

Assim, os jovens do país se veem obrigados a buscarem um meio de ajudarem na renda familiar, para custear o sustento e as despesas da casa, inclusive individuais. Outrossim, dados do IBGE (2022) informam que a taxa de desemprego média do ano de 2022 foi de 9,3%, apresentando redução significativa comparado aos dados de 2021, os quais apontaram o desemprego de 13,2% no país.

Essa redução tem ligação direta com o desenvolvimento do empreendedorismo, uma vez que, verifica-se que o número de empreendedores tem aumentado no Brasil. Segundo dados fornecidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas -SEBRAE (2022), mais de 3,6 milhões de novos empreendimentos foram criados, desse total, 78% correspondem a microempreendedores individuais.

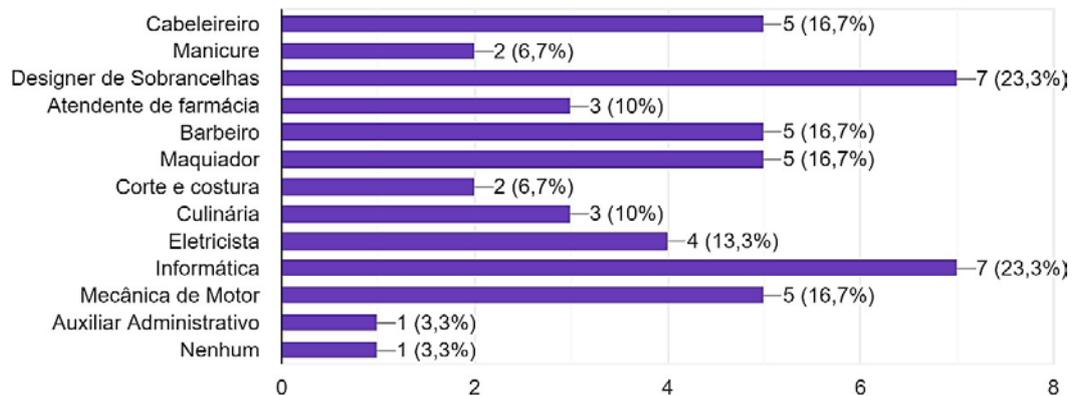
Para o IBGE (2022) os empreendedores não são considerados desempregados, portanto, com o aumento dos empreendimentos individuais, há uma tendência em reduzir o número de desempregados no país, que é essencialmente o objetivo do PTS desenvolvido nessa pesquisa.

Assim, os cursos ofertados no PTS buscavam oferecer profissionalização para os indivíduos beneficiados, para que pudessem empreender, melhorando a situação econômica da própria família e, conseqüentemente, reduzindo índices de desemprego de famílias na miséria, interferindo diretamente na economia da região, uma vez que, os dados do SEBRAE (2022)

demonstram a essencialidade dessas modalidades de empreendimento na economia do país, informando que elas respondem por cerca de 30% (trinta por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, sendo também as que mais geram empregos, representando 44% (quarenta e quatro por cento) da massa salarial do país.

Desta forma, os cursos mais escolhidos foram ligados com a área da beleza: cabeleireiro, barbearia, designer de sobrancelhas e manicure. Já as áreas seguintes de maior interesse estavam relacionadas com a informática e mecânica de carros e motos. Também tiveram várias respostas na área de corte e costura, eletricitista e culinária (doces e salgados), conforme demonstrado na Figura 7.

**Figura 7**– Atividade que os beneficiários empreenderam no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.



Fonte: Autores (2023)

Em que pese o número de respostas superior ao de indivíduos no grupo amostral, isso ocorre, pois, certos indivíduos participaram de mais de um curso ofertado, respondendo que empreenderam como cabeleireiros, manicure e maquiador, enquanto outro indivíduo apontou que empreendeu em corte e costura e em culinária, realizando a confecção de bombons.

Tais dados são coerentes com os dados apresentados no Quadro 3, sendo essas as atividades mais procuradas, conforme é possível perceber pelo Curso de Modelagem e Henna para Sobrancelhas que ultrapassou o número de vagas previstas.

Em seguida, ao questionar se o negócio continua em atividade, 73,3% responderam afirmativamente, sendo que apenas 26,7% dos entrevistados responderam negativamente. Não obstante, aqueles que responderam não terem continuado com os empreendimentos, ao serem questionados sobre os motivos, as respostas obtidas foram: falta de interesse em empreender, ingresso em universidade, buscava apenas aprender, possuía outro ofício ou precisavam cuidar dos filhos.

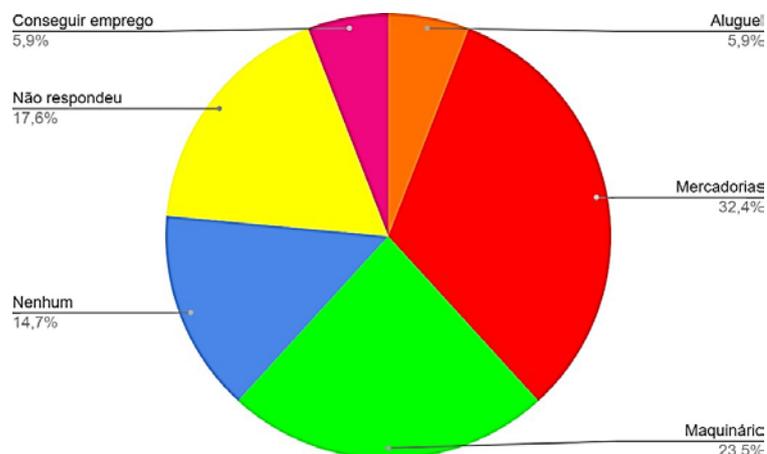
Assim, fica evidente que os cursos ofertados atenderam ao objetivo, uma vez que, a maioria dos empreendimentos, segue em atividade e, os que optaram por não continuar, apresentaram razões que fogem do alcance do PTS, sendo motivos pessoais e individuais a cada um. Dessa forma, considerada esta amostra, tem-se que o PTS foi eficiente em auxiliar os novos empreendimentos no local.

Além disso, aqueles que permanecem ativos foram questionados sobre o tempo de operação de seus negócios. Surpreendentemente, 53,3% dos entrevistados relataram que estão atuando há "até 01 ano", coincidindo com o período de 17 meses de execução do Projeto de Trabalho Social (PTS). Esse dado ressalta os resultados tangíveis das ações no Residencial Buena Vista I e III, localizado em Goiânia, GO.

É importante notar que esse cenário se destaca em relação à média nacional, já que, de acordo com dados do IBGE (2022), cerca de 80% das micro e pequenas empresas encerram suas atividades antes de completar um ano de existência (Ferreira, 2020). No caso em análise, 26,6% dos negócios estão em funcionamento há mais de um ano, enquanto 53,3% estão celebrando seu primeiro ano de operação com sucesso.

Não obstante, para que os empreendimentos entrassem em funcionamento, foi necessário que os indivíduos realizassem investimentos para colocarem o negócio em prática. Questionados sobre os investimentos que realizaram, os itens mais apontados foram mercadorias, com 32,4%, e maquinário, com 23,5%, conforme demonstrado pela figura 8.

**Figura 8** – Investimentos elencados pelos beneficiários, com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.



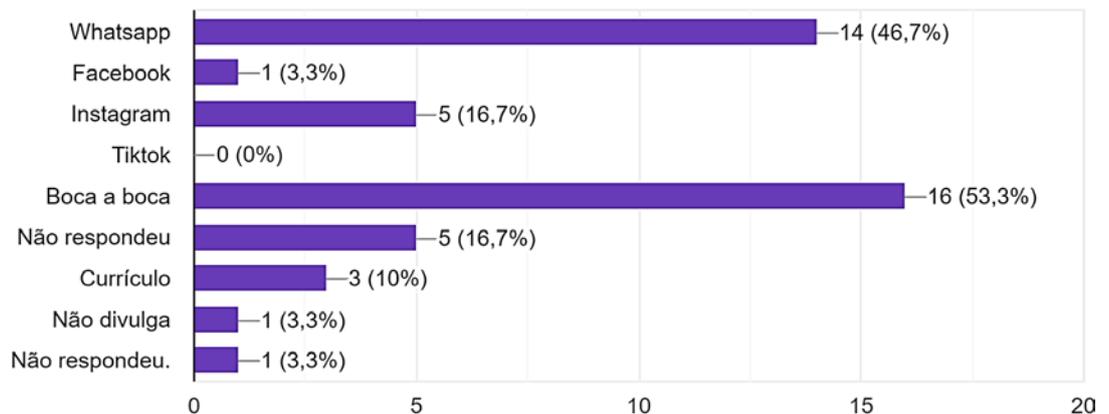
Fonte: Autores (2023)

Com o negócio em prática, foi necessário que obtivessem clientes. Assim, foi perguntado, inicialmente, sobre a estratégia utilizada pelos empreendedores para conseguir clientes e, posteriormente, mantê-los.

A estratégia de divulgação mais amplamente adotada por eles é a comunicação boca a boca, que consiste em recomendar os serviços diretamente por meio de interações pessoais. Nesse método, 53,3% dos entrevistados afirmaram que confiam na recomendação de clientes que passaram pelo local e indicaram o serviço a terceiros, uma abordagem também conhecida como marketing de referência.

Em segundo lugar, com 46% das respostas, está o WhatsApp, que se destaca como o segundo método mais popular para a divulgação de seus trabalhos. (Figura 9).

**Figura 09**– Forma de divulgações das atividades elencadas pelos beneficiários, com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.

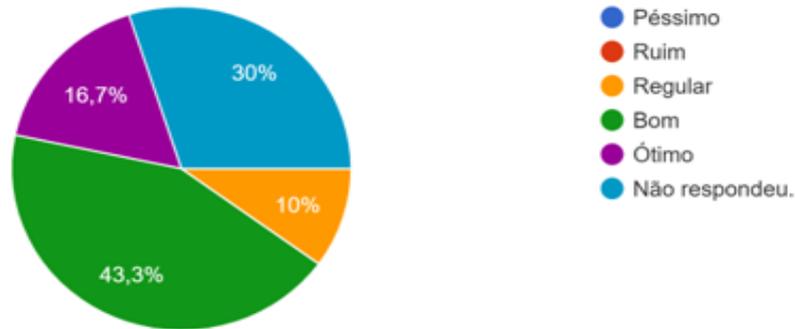


Fonte: Autores (2023)

Da mesma forma que os dados obtidos na questão das atividades (figura 6), em que pese o grupo amostral de 30 indivíduos, há mais respostas tendo em vista que alguns dos questionados informaram que realizam a divulgação por mais de um meio, indicando mais de uma das opções.

Já ao serem questionados sobre a facilidade de conquistar clientes por meio do Projeto de Trabalho Social, 30% dos questionados não responderam à questão, não apresentando motivos para tal, mas a maioria avaliou como “Bom” ou “Ótimo”, totalizando 60% dos questionados indicando algum nível de satisfação com as ações do projeto, conforme demonstrado pela figura 10.

**Figura 10** – Facilidade de conquistar clientes, elencado pelos beneficiários, com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.

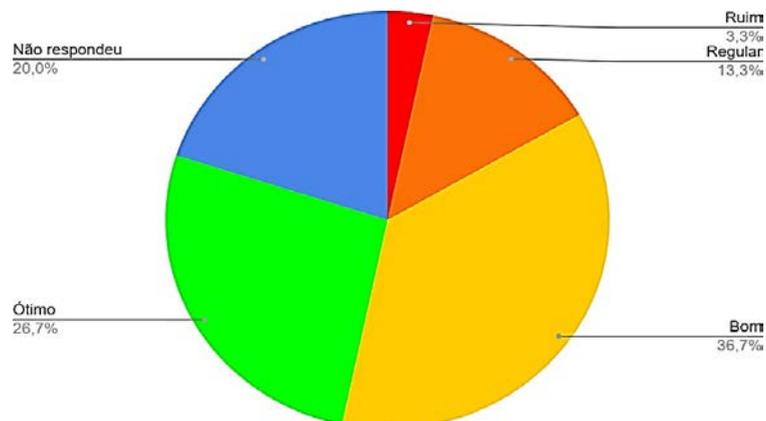


Fonte: Autores (2023)

Esses dados são altamente relevantes, pois refletem o impacto direto das ações do PTS na comunidade do Residencial Buena Vista I e III, em Goiânia, GO. Eles sugerem que o projeto não apenas beneficiou os empreendedores locais, mas também contribuiu para melhorar as condições de vida das famílias envolvidas. Essa avaliação positiva ressalta a eficácia das estratégias de trabalho social implementadas e sua capacidade de gerar resultados concretos para a comunidade atendida.

Logo, na terceira seção do questionário, destinada a avaliar os impactos do Projeto de Trabalho Social (PTS) na vida dos participantes, foi indagado se as iniciativas promoveram uma melhora na qualidade de vida deles e de suas famílias. As respostas foram majoritariamente positivas, com 36,7% dos entrevistados classificando essa melhoria como "Bom" e 26,7% considerando-a "Ótima", somando um total significativo de 63,4% (conforme a Figura 11).

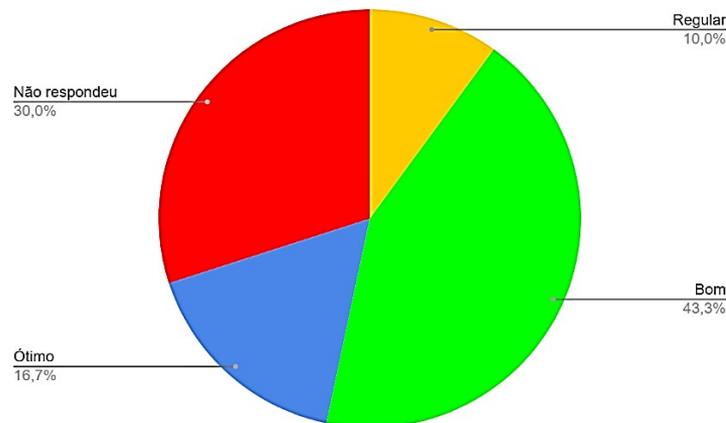
**Figura 11** – Qualidade de Vida dos beneficiários, com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.



Fonte: Autores (2023)

Além disso, é importante notar que, em relação à renda mensal dos participantes, não foi identificada nenhuma resposta indicando renda superior a três salários mínimos. No entanto, quando se analisou as respostas, observa-se que, excluindo os 20% que optaram por não fornecer informações sobre sua renda, a maioria dos indivíduos está enquadrada em faixas salariais variando de até um salário mínimo ou entre 1 e três salários mínimos. (Figura 12).

**Figura 12** – Renda Mensal Líquida dos beneficiários, com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena Vista I e III, Goiânia, GO.



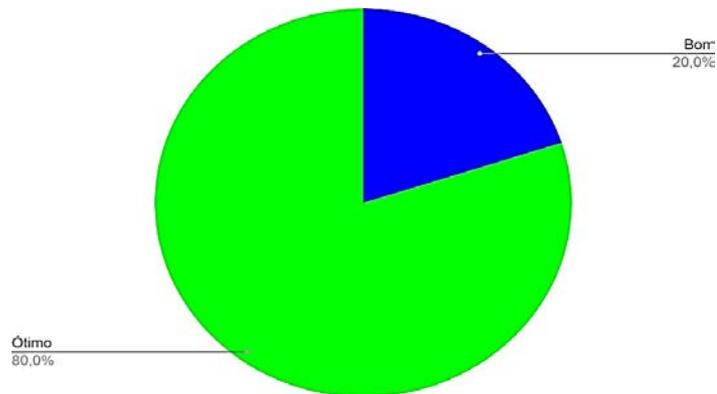
Fonte: Autores (2023)

Essa informação é crucial para compreender o contexto socioeconômico dos beneficiários do Projeto de Trabalho Social (PTS). Ela demonstra que a maioria dos participantes possui renda limitada, o que torna o suporte oferecido pelo projeto ainda mais significativo na melhoria de suas condições de vida e na promoção do empreendedorismo como uma alternativa econômica viável em uma comunidade com desafios econômicos específicos.

Estes dados demonstram que o PTS teve um impacto real na vida dos beneficiados, atingindo os objetivos iniciais e atendendo as motivações que fizeram os indivíduos o realizarem, visando auxiliar financeiramente a família e reduzir o desemprego.

Na quarta fase, o questionário buscou entender como os beneficiados visualizaram a atuação da Forcon e do poder público na realização do projeto. Inicialmente, quanto a participação da Forcon não houve muita divergência, sendo todas as respostas divididas entre “bom” (20%) e “ótimo” (80%) (Figura 13).

**Figura 13** – Participação da FORCON com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.



Fonte: Autores (2023)

No que diz respeito à avaliação da participação do poder público, observou-se uma variação nas respostas dos participantes, com a opção "bom" predominando, escolhida por 63,3% dos entrevistados.

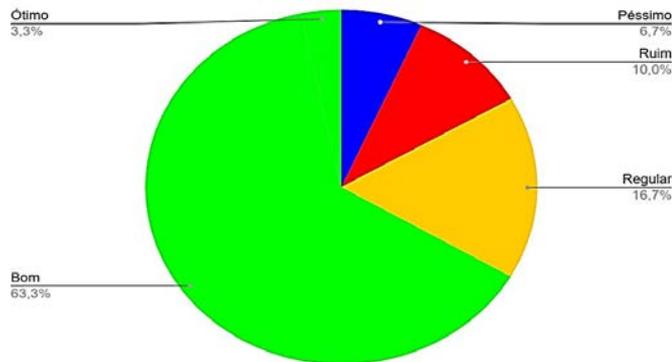
No entanto, é relevante destacar que a avaliação da participação do poder público teve uma tendência mais negativa em comparação com a avaliação da Forcon, (2021).

Nesse sentido, 10% das pessoas entrevistadas avaliaram a participação do poder público como "ruim", enquanto 6,7% a classificaram como "péssima" (conforme apresentado na Figura 13). Esses dados adicionais fornecem insights importantes sobre a percepção da comunidade em relação ao envolvimento das autoridades locais no projeto.

Eles sugerem que, embora a maioria dos participantes veja a participação do poder público como positiva, uma parcela significativa expressou preocupações ou insatisfações em relação a essa colaboração.

Essas avaliações podem ser fundamentais para orientar melhorias e ajustes nas estratégias de implementação do Projeto de Trabalho Social (PTS).

**Figura 14** – Participação do Poder Público com base na pesquisa realizada no Projeto Trabalho Social, Bairro Buena vista I e III, Goiânia, GO.



Fonte: Autores (2023).

Essa discrepância entre os dois gráficos chama atenção pois a Forcon executou todo o PTS com investimentos aportados pelo poder público por intermédio da Caixa Econômica Federal. Com isso, sem o poder público não haveria nem mesmo o PTS, porém, por estarem a frente da execução de fato dos cursos, é comum que os indivíduos não observem a atuação pública.

No que se refere à avaliação da participação do poder público, foram observadas diferentes opiniões entre os entrevistados, com a opção "bom" sendo a mais comum, escolhida por 63,3% dos participantes. No entanto, é importante destacar que a avaliação da participação do poder público tendeu a ser menos favorável em comparação com a avaliação da Forcon, (2020).

Concretamente, 10% dos entrevistados expressaram uma visão negativa ao classificar a participação do poder público como "ruim", enquanto 6,7% a consideraram "péssima" (conforme ilustrado na Figura 13).

Essas informações adicionais oferecem insights valiosos sobre a percepção da comunidade em relação à colaboração das autoridades locais no âmbito do projeto. As avaliações indicam que, apesar de uma visão majoritariamente positiva em relação à atuação do poder público, existe uma parcela significativa de participantes que expressou preocupações ou insatisfações. Esses feedbacks são essenciais e podem fundamentar aprimoramentos e ajustes estratégicos na implementação de futuras edições do Projeto de Trabalho Social (PTS).

A fase conclusiva da pesquisa, solicitou-se aos beneficiados que propusessem atividades que poderiam fomentar o empreendedorismo e a inovação. Notavelmente, a área de beleza e estética emergiu como um foco principal, com destaque para a sugestão de cursos de micropigmentação. Além disso, houve uma expressiva indicação para a oferta de cursos nas

áreas de informática, tanto básica quanto avançada, e mecânica de automóveis e motocicletas. A segunda sugestão mais mencionada foi na área da informática básica e avançada e da mecânica de carros e motos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, empreendeu-se uma jornada analítica profunda para entender e avaliar as nuances do empreendedorismo e inovação no contexto da gestão pública, com um foco particular no Projeto de Trabalho Social (PTS) implementado nos residenciais Buena Vista I e III, em Goiânia, GO.

A análise bibliométrica inicial, que identificou e selecionou 31 artigos cruciais de um conjunto inicial de 3.027 artigos, lançou uma luz sobre as tendências predominantes e os avanços significativos na área de pesquisa. Este processo meticuloso não apenas delineou o cenário atual dos estudos sobre empreendedorismo e inovação no setor público, mas também proporcionou insights valiosos que serviram como a espinha dorsal para a análise subsequente.

A experiência prática e as histórias de vida dos beneficiários do PTS foram o coração deste estudo. Através das entrevistas conduzidas, ccaapturou-se uma imagem vívida das transformações pessoais e profissionais que ocorreram como resultado direto das iniciativas empreendedoras promovidas pelo projeto. A maioria dos beneficiários, predominantemente mulheres jovens, optou por empreender no setor de estética, demonstrando uma inclinação significativa para a autossuficiência e o empreendedorismo.

No entanto, não se pode ignorar as vozes dissidentes que expressaram preocupações e insatisfações com a colaboração do poder público. Essas perspectivas críticas são igualmente valiosas, servindo como um chamado para a reflexão e o aprimoramento contínuo das estratégias de implementação do PTS.

As sugestões dos beneficiários para futuras atividades, centradas principalmente na área de beleza e estética, bem como em cursos de informática e mecânica, ressaltam uma demanda latente por educação técnica e oportunidades de crescimento nestas áreas. Estas sugestões não apenas refletem as aspirações individuais, mas também apontam para áreas potenciais de desenvolvimento econômico e inovação.

À medida que conclui-se, é imperativo destacar que este estudo não é apenas uma avaliação do presente, mas uma ponte para um futuro mais promissor. As descobertas aqui apresentadas não apenas lançam uma luz sobre os sucessos alcançados, mas também delineiam

um caminho para a evolução contínua, marcando pontos de partida para futuras iniciativas de pesquisa e prática.

É nossa esperança que as insights e recomendações derivadas deste estudo sirvam como um catalisador para a promoção de uma cultura de empreendedorismo e inovação sustentável, onde cada indivíduo é capacitado para alcançar seu potencial máximo, contribuindo assim para uma sociedade mais inclusiva e próspera.

### **CAPÍTULO 3 – MAPEAMENTO DE AÇÕES INOVADORAS DE INSTITUIÇÕES E GOVERNO PARA VALORAÇÃO DO UNIVERSO FEMININO EM GOIÁS**

**MICHEL AFIF MAGUL<sup>1</sup>**

**ANTÔNIO PASQUALETTO<sup>2</sup>**

*Pontifícia Universidade Católica de Goiás*

#### **RESUMO**

Este artigo busca demonstrar e analisar a transformação da sociedade brasileira em relação às mulheres, partindo de um contexto patriarcal para um cenário de maior igualdade de gênero. Destaca-se a mudança gradual, mas persistente, no papel das mulheres, enfatizando desafios ainda presentes, como violência e discriminação. O estudo concentra-se nas ações do governo e instituições em Goiás, identificando iniciativas que valorizam as mulheres e fomentam a autonomia econômica feminina. Os resultados mostram a existência de programas inovadores que promovem o empoderamento feminino, a igualdade de gênero e o desenvolvimento de negócios liderados por mulheres em Goiás, indicando um progresso positivo. Este artigo oferece uma análise profunda das mudanças sociais e das políticas em Goiás em relação às mulheres, apontando para um futuro mais igualitário e empreendedor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres; Políticas Públicas; Gestão Pública; Empreendedorismo.

---

<sup>1</sup> Secretário de Governo de Goiânia. Mestrando PUC Goiás. E-mail: michelafifmagul@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Doutor, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. E-mail: profpasqualetto@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8639-6725>

## **MAPPING OF INNOVATIVE ACTIONS OF INSTITUTIONS AND GOVERNMENT TO VALUATION OF THE FEMALE UNIVERSE IN GOIÁS**

### **ABSTRACT**

This article aims to demonstrate and analyze the transformation of Brazilian society in relation to women, moving from a patriarchal context to a scenario of greater gender equality. It highlights the gradual but persistent change in the role of women, emphasizing ongoing challenges such as violence and discrimination. The study focuses on the actions of the government and institutions in Goiás, identifying initiatives that value women and promote female economic empowerment. The results show the existence of innovative programs that promote women's empowerment, gender equality, and the development of women-led businesses in Goiás, indicating positive progress. This article offers a profound analysis of social changes and policies in Goiás regarding women, pointing toward a more equal and entrepreneurial future.

**KEYWORDS:** Women; Public policy; Public Management; Entrepreneurship.

## **MAPEO DE ACCIONES INNOVADORAS DE INSTITUCIONES Y GOBIERNO PARA LA VALORACIÓN DEL UNIVERSO FEMENINO EN GOIÁS**

### **RESUMEN**

Este artículo tiene como objetivo demostrar y analizar la transformación de la sociedad brasileña en relación con las mujeres, pasando de un contexto patriarcal a un escenario de mayor igualdad de género. Destaca el cambio gradual pero persistente en el papel de las mujeres, haciendo hincapié en desafíos continuos como la violencia y la discriminación. El estudio se centra en las acciones del gobierno e instituciones en Goiás, identificando iniciativas que valoran a las mujeres y promueven el empoderamiento económico femenino. Los resultados muestran la existencia de programas innovadores que fomentan el empoderamiento de las mujeres, la igualdad de género y el desarrollo de negocios liderados por mujeres en Goiás, lo que indica un progreso positivo. Este artículo ofrece un análisis profundo de los cambios sociales y las políticas en Goiás con respecto a las mujeres, apuntando hacia un futuro más igualitario y emprendedor.

**PALABRAS CLAVE:** Mujer; Políticas públicas; Gestión pública; Emprendimiento

## INTRODUÇÃO

Um estudo realizado pela Universidade Federal de Goiás (UFG) em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Goiás (UFG-SEBRAE-GO, 2023) revelou que o estado abriga cerca de 3,7 milhões de mulheres, o que representa 51% da população total da região. No entanto, apesar de constituir a maioria da população estadual, as mulheres ainda enfrentam situações de vulnerabilidade.

A sociedade brasileira, como um todo, historicamente adotou um modelo patriarcal no qual os homens eram considerados superiores, enquanto as mulheres eram relegadas a posições submissas. Os papéis atribuídos às mulheres estavam predominantemente relacionados às responsabilidades domésticas, incluindo o cuidado da casa, dos filhos e da família.

O acesso delas à educação, ao direito de voto e ao mercado de trabalho foi obtido apenas após uma intensa luta, embora essas conquistas ainda estejam longe de equiparar plenamente sua posição social à dos homens.

Nesse sentido, Maria Amélia de Almeida Teles (2017) ao escrever “Breve História do Feminismo no Brasil e outros ensaios”, explica:

A submissão, por mais sutil que seja, é o resultado e um processo de tal forma brutal que acaba por impedir a própria vontade de viver dignamente. Ninguém é oprimido, explorado e discriminado porque quer. Uma ideologia patriarcal, machista tem negado à mulher o seu desenvolvimento pleno, omitindo a sua contribuição histórica. A mulher não é apenas a metade da população e mãe de toda a humanidade. É um ser social, criativo e inovador. (Teles, 2017, p. 19)

No mesmo livro, Teles (2017) explica que o feminismo busca tanto a libertação das mulheres quanto dos homens, os quais são vítimas do que ela chama de “mito do macho”, colocando-os como “depositários do supremo poder, força e inteligência” (p. 20)

A partir de 1975, conhecido como o Ano Internacional da Mulher, o movimento feminista no Brasil ganhou impulso significativo. Isso se deu por meio de grupos de estudo e campanhas de mobilização, especialmente em um contexto marcado pela Ditadura Militar. As mulheres ativistas também se uniram a movimentos em prol da anistia, liberdades políticas e pela convocação de uma assembleia constituinte livre e soberana.

Foi por meio da determinação dessas mulheres que a Constituição Federal de 1988 passou a incorporar a igualdade de gênero em seus Artigos 3º, Inciso IV, e 5º, Inciso I. Além disso, a Constituição estabeleceu que o Estado, em colaboração com as entidades federativas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), tem a responsabilidade obrigatória de combater a violência doméstica e familiar (Sarti, 2004).

Considerando o contexto exposto anteriormente, torna-se evidente a necessidade de ações efetivas de apoio às mulheres por parte do governo e das instituições. Acredita-se que tais ações estejam em andamento, especialmente com o intuito de combater a desigualdade de gênero, a violência doméstica e familiar, bem como de promover o acesso à educação e ao mercado de trabalho.

Neste estudo, foca-se em analisar iniciativas direcionadas ao público feminino em Goiás, abrangendo uma variedade de planos, programas, projetos e atividades. A seleção destas iniciativas foi baseada em critérios rigorosos que levaram em consideração a relevância, o impacto e a inovação das ações propostas, garantindo uma análise abrangente e detalhada.

Para conduzir essa análise, adota-se uma abordagem que incluiu revisão de literatura e entrevistas com gestores das principais instituições e do governo do estado. A intenção era verificar as ações em andamento em Goiás que visam promover a independência e o desenvolvimento social e econômico das mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade.

Os três capítulos têm em comum a discussão sobre empreendedorismo, inovação e políticas públicas, mas abordam esses temas de diferentes perspectivas e contextos.

No terceiro estudo, a análise se volta para a transformação da sociedade brasileira em relação às mulheres, destacando a mudança gradual no papel das mulheres e os desafios persistente, como violência e discriminação.

Ele se concentra nas ações do governo e instituições em Goiás, que promovem o empoderamento feminino, a igualdade de gênero e o desenvolvimento de negócios liderados por mulheres. Indica um progresso positivo em direção a uma sociedade mais igualitária e empreendedora.

Em conjunto, esses estudos sugerem que o empreendedorismo, a inovação e as políticas públicas desempenham papéis importantes na promoção do desenvolvimento econômico, na melhoria da gestão pública e na busca por maior igualdade de gênero. Eles demonstram como o empreendedorismo e a inovação podem ser aplicados no setor público para enfrentar desafios sociais e econômicos, com foco na inclusão e no empoderamento das mulheres.

Este artigo segue a seguinte estrutura: começa com uma breve introdução, onde são abordados o tema, o problema, a hipótese e os objetivos. Em seguida, realiza-se uma revisão da literatura, contextualizando o papel das mulheres na sociedade. A seção de metodologia descreve as etapas executadas no estudo. Posteriormente, apresenta-se os resultados e a discussão, culminando com as principais conclusões e, por fim, as referências bibliográficas.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE

Ao longo da história, a sociedade foi amplamente estruturada com base em um modelo patriarcal, no qual os homens assumiam papéis de destaque e poder. Nesse contexto, as mulheres frequentemente eram relegadas a posições de submissão e limitadas a papéis tradicionalmente associados ao lar, como o cuidado com a casa e a família. Esse sistema de valores perpetuava desigualdades de gênero e dificultava o acesso das mulheres à educação, ao mercado de trabalho e a direitos sociais.

A realidade das mulheres somente começou a ser mudada de fato com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando as mulheres foram obrigadas a substituírem os homens (que eram enviados para a guerra) no mercado de trabalho (Piovesan, 2013, p.54).

Segundo Hannah Arendt (2007, p.41) a Primeira Guerra Mundial teve um impacto significativo nas mulheres e na sociedade em geral. Durante esse período, muitas mulheres foram de fato forçadas a entrar no mercado de trabalho devido à escassez de mão de obra causada pelo recrutamento massivo de homens para o front de batalha. Esse momento histórico contribuiu para a mudança nas percepções sociais das mulheres e pode ter sido um precursor das lutas subsequentes pelo direito das mulheres ao trabalho e à igualdade de gênero.

Embora, a autora não tenha focado especificamente nessas questões, seu trabalho sobre poder, ação política e autoridade pode ser relevante para entender as dinâmicas sociais e políticas que moldaram o papel das mulheres ao longo do tempo, incluindo o período da Primeira Guerra Mundial. Ela explorou como as pessoas interagem em sociedades politicamente organizadas, o que pode ser valioso para examinar as mudanças na posição das mulheres na sociedade ao longo da história. (Arendt, 1999, p.71)

Em 1949, Simone de Beauvoir propôs um princípio universal: “Toda a história das mulheres foi escrita pelos homens. E, portanto, se pode acrescentar: está sob suspeição”.

Maria Amélia de Almeida Teles (2017, p.33) afirma que há uma significativa ausência de registros e informações sobre a história das mulheres brasileiras. Além disso, os poucos dados que existem são contados do ponto de vista masculino, sempre associadas à alguma figura masculina na forma de marido, pai ou filho.

Bourdieu (2002) coloca em um trecho de sua obra “A Dominação Masculina”, que, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção, a sociedade incorpora as estruturas de ordem masculina e que transformá-las é um exercício de reflexão que visa explorar o entendimento com o qual se constrói o mundo:

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação de dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são inevitavelmente atos de reconhecimento, de submissão (Bourdieu, 2002, p.10).

Teles (2017) define o feminismo da seguinte maneira:

Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade (Teles, 2017, p.20)

Assim, entende-se que o feminismo reconhece a existência de uma forma de opressão específica às mulheres e que se manifesta em diversos níveis: ideológico, cultural, político, familiar. Teles (2017) afirma ainda que essa opressão pode se manifestar de formas diversas conforme classes e camadas sociais dentro de diferentes grupos étnicos e culturais.

Bourdieu (2002), a divisão sexual das tarefas faz parte da “ordem das coisas” e é visto como algo tão natural e normal, que chega a ser inevitável. As diferenças da natureza presentes entre homens e mulheres naturalizam esse sistema.

A ordem social estabelecida a partir dessa divisão fortalece a dominação masculina por meio de uma máquina simbólica que gera uma divisão de atividades atribuídas especificamente a cada sexo, que é aceita passivamente e só poderá ser derrubada por meio do conhecimento.

Por muito tempo, a política foi vista como uma atividade estritamente masculina. As mulheres não teriam o discernimento e a sabedoria o suficiente para participarem das decisões sobre as “coisas públicas.

Durante muito tempo, a justificativa para a submissão das mulheres na sociedade era baseada na ideia de que eram seres dependentes de seus maridos, pais ou irmãos, consideradas incapazes de tomar decisões por si mesmas ou exercer sua cidadania. Esse paradigma mantinha as mulheres presas a papéis tradicionais, perpetuando estruturas de submissão, muitas vezes de forma inconsciente (Teles, 2017).

No entanto, nas últimas décadas, testemunha-se uma transformação notável impulsionada pelo movimento feminista e pela luta incansável das mulheres pela igualdade de gênero. Elas conquistaram o direito ao voto, à educação superior e ao trabalho remunerado, começando a ingressar no mercado de trabalho em números crescentes.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2003, p. 49) desenvolveu o conceito de "modernidade líquida" para descrever a natureza fluida e mutável das sociedades contemporâneas, onde as estruturas sociais tradicionais estão em constante fluxo. Embora

Bauman tenha aplicado essa teoria a diversas questões sociais, também pode ser usada para compreender as mudanças no papel das mulheres na sociedade e no mercado de trabalho.

A análise de Bauman (2007, p. 37) sobre a fluidez das relações sociais e a precariedade das identidades individuais pode ser relacionada às mudanças nas percepções e expectativas em relação às mulheres no mercado de trabalho. Ele explorou a ideia de que as pessoas frequentemente enfrentam incertezas e desafios em um mundo em rápida transformação, o que é relevante para entender como as mulheres têm navegado por mudanças nas oportunidades de trabalho, nas normas de gênero e nas expectativas sociais.

Portanto, o conceito de "modernidade líquida" de Bauman (2007) pode ser útil para contextualizar as transformações no papel das mulheres na sociedade, especialmente no contexto das lutas por igualdade de gênero e no mercado de trabalho, onde as estruturas tradicionais estão sendo desafiadas e redefinidas.

Nesse sentido, as mulheres empreendedoras estão superando barreiras históricas e desafiando estereótipos de gênero. Elas estão criando e liderando empresas em diversos setores da economia, contribuindo significativamente para o crescimento econômico e a inovação. Além disso, as mulheres empreendedoras estão desempenhando um papel crucial na promoção da igualdade de gênero, servindo como modelos para futuras gerações de mulheres.

Essa conquista das mulheres no mercado empreendedor representa não apenas uma mudança nas oportunidades econômicas, mas também uma mudança cultural profunda na sociedade. Ela destaca a importância da igualdade de gênero e demonstra que, quando as barreiras são removidas e as oportunidades são igualmente acessíveis, as mulheres têm todo o potencial para se destacarem e liderar empreendimentos de sucesso.

O pensamento de Amartya Sen, (2000, p.73) destacado em seu livro "Desenvolvimento como Liberdade", oferece uma base conceitual sólida para a compreensão do empreendedorismo feminino. O autor enfatiza que o desenvolvimento não deve ser medido apenas em termos de crescimento econômico, mas sim como um processo de expansão das liberdades individuais. Essa abordagem multidisciplinar e holística pode ser aplicada ao empreendedorismo feminino de várias maneiras:

O economista argumenta que o desenvolvimento está ligado à expansão das liberdades individuais, incluindo a liberdade econômica das mulheres empreendedoras para tomar decisões de negócios. Ele destaca a importância da igualdade de oportunidades, capacitação com habilidades e recursos, bem como o impacto social positivo das empresas lideradas por mulheres. Além disso, a teoria de Amartya Sen, (2000) desperta a participação das mulheres na tomada de decisões relacionadas ao empreendedorismo. Em resumo, sua filosofia destaca como

o empreendedorismo feminino vai além dos resultados financeiros, promovendo o empoderamento e o desenvolvimento das mulheres.

Embora as lutas das mulheres tenham contribuído para mudar significativamente a realidade delas na sociedade, verifica-se que ainda há muito caminho pela frente. Segundo dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Domicílio (PNAD) em 2021, as mulheres são responsáveis financeiramente por cerca de 45% das famílias brasileiras. Além disso, as mulheres representam a maioria dos estudantes universitários no Brasil. Em 2021, as mulheres eram 57,2% dos estudantes universitários no país (IBGE, 2021).

No entanto, apesar de mais escolarizadas, elas permanecem recebendo menos que os homens e ocupam os postos de trabalho mais precários, compondo a parcela mais empobrecida da população (Senado Federal, 2015).

Em 1984, o Brasil ratificou a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, elaborada pela Assembleia Geral da ONU em 1979. Esse ato influenciou vários subsequentes, tais como: a elaboração da Constituição Federal de 1988, o estabelecimento da Lei de Cotas Partidárias e a Lei nº 7.353 de 1985, que criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que é regulado pelo Decreto nº 6.412/2008 (Piovesan, 2013, p.44; IPEA, 2011)

Apesar de avanços significativos, a realidade das mulheres ainda é de vulnerabilidade e hipossuficiência e, nos últimos anos, enfrentou retrocessos, como, por exemplo, o veto ao projeto de lei que obrigaria os profissionais da saúde a registrarem nos prontuários e comunicarem à polícia qualquer indício de violência doméstica. O que somente confirma que, apesar de toda luta, ainda são necessárias políticas a nível público e institucional destinadas ao público feminino.

Em Goiás, as mulheres representam 51% da população total do estado, o que equivale a aproximadamente 3,7 milhões de mulheres (UFG, SEBRAE, 2023). Em Goiânia, as mulheres também representam a maioria da população (IBGE, 2023).

O empreendedorismo feminino tem ganhado destaque devido a uma série de motivações e desafios enfrentados por mulheres empreendedoras. De acordo com estudos recentes, as principais razões que levam as mulheres a empreenderem incluem a busca por conciliação entre vida profissional e pessoal, a independência financeira, o desejo de criar algo próprio e a oportunidade de inovar em áreas de seu interesse ou competência (Drieling, 2018, p.61).

Em termos de perfil, a pesquisa indica que a maioria das mulheres empreendedoras atua como microempreendedoras individuais, com ênfase em setores como alimentação, moda

e artesanato. Além disso, é interessante notar que essas empreendedoras tendem a possuir um nível de escolaridade mais elevado em comparação com as não empreendedoras (Vargas, 2019).

No entanto, apesar do potencial e do sucesso demonstrado por muitas empreendedoras, elas enfrentam desafios significativos. Um dos principais obstáculos é a falta de acesso a crédito, mesmo quando apresentam desempenho financeiro superior aos empreendedores masculinos. Esse problema pode ser atribuído a preconceitos de gênero ainda presentes em instituições financeiras (Vargas, 2019).

O empreendedorismo feminino não é apenas uma questão individual, mas também tem implicações sociais e econômicas. Estudos conduzidos por Kallás e Deliberali (2019) mostram que as mulheres empreendedoras podem contribuir para a redução da desigualdade social e da pobreza. Isso ocorre porque elas têm maior probabilidade de contratar outras mulheres, o que gera mais oportunidades de emprego para o público feminino, contribuindo assim para o empoderamento econômico das mulheres e para a economia como um todo.

Em resumo, o empreendedorismo é motivado por uma variedade de fatores, incluindo a busca por independência, flexibilidade e inovação. As mulheres empreendedoras enfrentam desafios, como a falta de acesso a crédito devido a preconceitos de gênero, mas também oferecem benefícios econômicos e sociais, como a criação de empregos para outras mulheres e a redução da desigualdade. Portanto, o empreendedorismo feminino desempenha um papel significativo na transformação da dinâmica econômica e social.

É importante ressaltar, no entanto, que mesmo diante de todas as dificuldades, as mulheres têm se destacado no cenário empreendedor. Segundo dados do Empreendedorismo Feminino no Brasil (2021), as mulheres representam 51,5% dos empreendedores brasileiros e 34% dos negócios em fase inicial são liderados por mulheres.

Portanto, é fundamental incentivar e apoiar o empreendedorismo feminino, oferecendo recursos e condições igualitárias para que as mulheres possam desenvolver seus negócios e contribuir para o crescimento econômico do país.

Para fomentar o empreendedorismo feminino, é fundamental adotar estratégias que capacitem as mulheres e promovam um ambiente propício para seus empreendimentos. Isso inclui o empoderamento feminino, que busca promover a capacitação, participação e tomada de decisão das mulheres na sociedade, subvertendo as relações de poder desiguais e construindo uma sociedade mais justa e igualitária " (Uziel, 2020, p. 4).

Além disso, a educação empresarial desempenha um papel importante, proporcionando às mulheres conhecimentos sobre o mundo dos negócios e aumentando sua confiança para empreender. Cursos, workshops e capacitações em áreas como planejamento

estratégico, marketing, finanças e gestão de pessoas são essenciais nesse contexto. (Vergara, 2017, p. 20)

A mentoria também é uma ferramenta valiosa para o fomento do empreendedorismo feminino. Ela permite a transferência de conhecimentos e experiências de empreendedoras mais experientes para aquelas que estão começando. Ter mentores ou mentoras que compartilhem suas vivências, ofereçam orientações e ajudem a superar desafios é fundamental para o sucesso das mulheres empreendedoras. (Mendes e Lisboa, 2018, p. 203)

O acesso a crédito e financiamento adequados às realidades das mulheres empreendedoras desempenha um papel crucial. A disponibilidade de linhas de crédito com taxas de juros e requisitos adequados é essencial para apoiar a criação e o crescimento de negócios liderados por mulheres (Cader, 2015, p. 49).

Finalmente, "o networking, que pode ser um importante aliado para mulheres empreendedoras em busca de novas oportunidades de negócios, clientes e fornecedores" (Souza, 2015, p. 139). É importante promover encontros, eventos e atividades que permitam às mulheres empreendedoras ampliarem suas redes de contatos e estabelecerem parcerias estratégicas.

Ao longo deste trabalho, explora-se o fascinante mundo do empreendedorismo feminino e sua crescente importância na economia global. O empreendedorismo liderado por mulheres não é apenas uma tendência, mas uma força transformadora que está moldando o futuro dos negócios e da sociedade em geral.

No Brasil, existem mais de 30 milhões de empreendedoras, de acordo com a Global Entrepreneurship Monitor (2021), mas a desigualdade de gênero persiste nas startups. Um estudo recente, o Female Founders Report 2021, revelou que apenas 4,7% das startups brasileiras são fundadas exclusivamente por mulheres, enquanto 5,1% têm fundadores de ambos os sexos.

No exterior, há diversas organizações e personalidades que se destacam no assunto. A Forbes Brasil (2021) publicou uma lista com 8 empreendedoras para seguir nas redes sociais e se inspirar, incluindo Camila Farani, uma das principais investidoras-anjo do país e jurada do programa Shark Tank Brasil.

Essas estratégias juntas promovem um ambiente mais inclusivo e favorável ao empreendedorismo feminino, permitindo que as mulheres alcancem o sucesso em seus empreendimentos.

Em uma revisão de literatura realizada em diversos sites que abordam iniciativas voltadas para as mulheres, como "The Global Gender Gap Report", "Women, Business and the

Law", "Empower Women: UN Women's Global Movement", "Catalyst: Accelerating Progress for Women" e "HeForShe", ficou evidente que existem distinções significativas nas ações voltadas ao público feminino, tanto no setor público quanto no privado. Essas diferenças abrangem aspectos como objetivos, abordagem e alcance das iniciativas.

No setor público, as ações visam promover a igualdade de gênero, a inclusão e o empoderamento das mulheres como parte de políticas públicas e programas governamentais mais amplos. Estas incluem medidas para melhorar a representação política, acesso à educação e saúde, igualdade salarial, entre outros.

Já no setor privado, as ações têm como objetivo promover a diversidade e a inclusão nos ambientes de trabalho e atender às necessidades específicas das consumidoras. Isso envolve iniciativas para eliminar disparidades salariais de gênero, promover liderança feminina e desenvolver produtos/serviços que atendam às demandas das mulheres.

As políticas públicas governamentais têm o potencial de alcançar muitas mulheres, especialmente quando implementadas em escala nacional. No entanto, elas podem ser influenciadas por fatores políticos e burocráticos.

Por outro lado, as ações voltadas para mulheres no setor privado geralmente se concentram em um escopo mais limitado, como as práticas internas de uma empresa ou produtos/serviços específicos. As empresas têm flexibilidade para implementar mudanças de forma mais ágil.

No que diz respeito à abordagem, as políticas e programas governamentais frequentemente precisam considerar múltiplas perspectivas e interesses, resultando em abordagens mais abrangentes, porém sujeitas a compromissos e atrasos. Enquanto isso, as empresas podem adotar abordagens mais específicas e inovadoras, adaptando-se rapidamente às mudanças nas demandas do mercado e às necessidades das mulheres.

Este artigo reitera os conceitos discutidos nos capítulos anteriores, demonstrando a evolução da sociedade brasileira no que diz respeito às mulheres. Ele enfatiza a mudança gradual do ambiente patriarcal em direção a uma maior equidade de gênero.

Além disso, se concentra nas ações do governo e instituições em Goiás, identificando iniciativas que valorizam as mulheres e promovem sua autonomia econômica. Apesar dos desafios persistentes, como a violência e a discriminação, destacam-se programas inovadores que promovem o empoderamento feminino e o desenvolvimento de negócios liderados por mulheres em Goiás, indicando um progresso positivo em direção a um futuro mais igualitário e empreendedor.

Este texto também retoma a relevância do empreendedorismo e da inovação no âmbito do setor público brasileiro, ressaltando a necessidade de líderes com um perfil empreendedor capazes de inovar e adotar abordagens flexíveis e criativas para aprimorar a administração pública.

A pesquisa evidencia que a promoção de uma cultura empreendedora nas organizações públicas pode resultar em um aumento significativo da eficiência e da eficácia na prestação de serviços. No entanto, é importante ressaltar que o empreendedorismo social é reconhecido como uma estratégia fundamental para aprimorar a qualidade de vida das pessoas e promover o desenvolvimento sustentável.

Esta perspectiva se torna evidente ao considerar o contexto apresentado no capítulo 2, onde é analisado um projeto de fomento ao empreendedorismo social, implementado em colaboração entre a Caixa Econômica Federal e a Forcon Condomínios, no Residencial Buena Vista I e III, em Goiânia, GO.

Os resultados da pesquisa ressaltam a predominância de mulheres jovens que buscam empreender na área de estética, destacando de forma clara o impacto positivo do projeto na vida dos beneficiários.

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia adotada envolveu uma revisão bibliográfica e documental extensiva, onde foram analisados documentos governamentais, relatórios de ONGs e artigos acadêmicos, selecionados com base em sua relevância e contribuição para o tema em estudo.

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com representantes de diversas instituições e órgãos em Goiás, abordando questões pertinentes como as principais ações voltadas para as mulheres, os desafios encontrados e as estratégias adotadas para superá-los.

O estudo foi realizado como foco no espaço geográfico de Goiás, Brasil (Figura 14). O levantamento de dados ocorreu no ano de 2023.

Figura 15. Área alvo do estudo sobre valorização do universo feminino em Goiás.



Fonte: Jimenez (2020)

Foram selecionadas instituições e órgãos governamentais e do terceiro setor que realizam ações como planos, programas, projetos ou atividades voltadas ao público feminino em Goiás, dos quais os titulares ou seus representantes foram entrevistados, quais sejam:

- a) Universidade Federal de Goiás;
- b) Pontifícia Universidade Católica de Goiás;
- c) Organização das Voluntárias de Goiás;
- d) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
- e) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
- f) Ordem dos Advogados do Brasil;
- g) Ministério Público do Estado de Goiás;
- h) Governo do Estado de Goiás;
- i) Assembleia Legislativa de Goiás;
- j) Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres; e
- k) Prefeitura de Goiânia.

Os resultados da pesquisa indicam que existem iniciativas e programas que apoiam o empreendedorismo feminino no Brasil, incluindo em Goiás. O programa "Brasil pra Elas" é uma política pública de fortalecimento do empreendedorismo feminino, que tem como objetivo promover um ambiente favorável ao desenvolvimento do empreendedorismo feminino, ampliar

o acesso às informações e à oferta de crédito, além de promover ações que contribuam para a redução das desigualdades de gênero.

O governo de Goiás também investe em ações sociais, educação e empreendedorismo para mulheres, como o programa "Mães de Goiás", que oferece assistência financeira para mães com filhos de até seis anos de idade

O governo investe em ações que promovem a educação e o empreendedorismo para as mulheres em Goiás. O Programa Mulher Empreendedora, em vigor entre março e outubro de 2020, concedeu financiamentos de quase R\$ 27,84 milhões para mulheres empreendedoras individuais (MEI) e empresas de micro e pequeno porte comandadas por mulheres.

Além disso, o Programa Crédito Social, lançado em abril de 2021, oferece benefícios de até R\$ 5 mil para mulheres que desejam iniciar seus próprios negócios, desde que participem de cursos de capacitação profissional. Até o momento, 1.313 mulheres já foram beneficiadas pelo programa<sup>3</sup>.

A educação também é uma prioridade, com o Programa Universitário do Bem, da OVG, concedendo descontos e oportunidades de estágio para mulheres, representando 75% dos beneficiados. Essas iniciativas têm um impacto significativo na realização de sonhos educacionais e no fortalecimento do empreendedorismo feminino em Goiás.

O Sebrae DELAS é outro programa que apoia o empreendedorismo feminino no Brasil. O programa foi criado em 2018 pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) como uma iniciativa para incentivar, apoiar e fortalecer o empreendedorismo feminino em todo o Brasil.

Desde então, o programa tem sido uma importante iniciativa para apoiar e fortalecer o empreendedorismo feminino no país. Além disso, a pesquisa indica que 35% dos negócios em Goiás são comandados por mulheres, o que coloca o estado em uma posição de destaque no cenário empreendedor nacional. (SEBRAE, 2018)

O governo estadual de Goiás está comprometido em promover a pesquisa na região, especialmente nas áreas de ciências exatas e engenharias, através do Programa Goianas na Ciência e Inovação, desenvolvido em parceria entre a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg).

O programa tem como objetivo eliminar a disparidade de gênero no campo de pesquisa, incentivando a participação ativa das mulheres nessas áreas. O incentivo busca facilitar o

---

<sup>3</sup> [Portal Goiás - Governo investe em ações sociais, educação e empreendedorismo para elas \(goias.gov.br\)](https://goias.gov.br) acesso em 10/09/2023

caminho de meninas e mulheres empreendedoras, com foco na inovação, por meio de ações coordenadas em parceria com instituições de pesquisa, como a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Instituto Federal de Goiás (IFG).

Além disso, Goiás é reconhecido como um polo de tecnologia e inovação, ocupando o segundo lugar no ranking de digitalização no Brasil. O governo tem investido em laboratórios de inclusão digital, cursos de qualificação em robótica e um Centro de Excelência em Empreendedorismo Inovador (Ceei-HUB Goiás).

A PUC, como parte do Pacto Goiás pela Educação, mantém uma estreita colaboração com o governo estadual para angariar investimentos e apoiar os núcleos de pesquisa locais. Atualmente, as mulheres representam uma parcela significativa dos estudantes de iniciação científica, pesquisadores e líderes de grupos de pesquisa na universidade.

O programa Goianas na Ciência e Inovação será dividido em três etapas: Despertar, Desenvolver e Acelerar. A primeira fase busca despertar o interesse das mulheres pela ciência, estimulando a criatividade e a participação em laboratórios de inclusão digital. A segunda etapa foca no desenvolvimento de técnicas de aperfeiçoamento e na pré-incubação de projetos em escolas do futuro. (SEBRAE, 2023).

O Projeto de Iniciação de Mulheres Goianas em Inovação e Ciência (PIMIC) desempenhará um papel importante ao promover pesquisas científicas realizadas por mulheres graduandas em instituições de ensino superior em Goiás.

A etapa final visa acelerar o fomento ao empreendedorismo inovador das mulheres goianas e aumentar o número de cientistas na pós-graduação. Este programa representa um marco histórico no apoio ao empoderamento feminino na ciência, inovação e tecnologia em Goiás.

Portanto, cada instituição ou órgão serviu como um "caso" individual, permitindo a análise das ações implementados. A seleção de entrevistados se baseou na relevância e história destes, na capacidade de impactar a vida das mulheres no estado e na disposição em compartilhar informações sobre suas iniciativas.

Cada uma dessas entidades foi estudada individualmente para entender suas ações específicas, e os entrevistados foram escolhidos com base em sua relevância e disposição para compartilhar informações sobre essas iniciativas. Isso permitiu uma análise detalhada das contribuições de cada instituição para a promoção do bem-estar e dos direitos das mulheres no estado (PUC GOIÁS, 2023).

Para conduzir esta pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com diversas instituições e órgãos em Goiás que estavam envolvidos em ações voltadas para as mulheres. Essas entrevistas seguiram um roteiro com tópicos-chave predefinidos, permitindo que os entrevistadores explorassem ações e iniciativas específicas de cada instituição em relação às mulheres de forma mais profunda.

As entrevistas foram fundamentais para a análise das contribuições individuais de cada instituição na promoção do empreendedorismo feminino em Goiás. Entrevistas semiestruturadas como método de coleta de dados. Foram formuladas duas perguntas principais para a coleta de informações junto às instituições: (a) Quais ações estão sendo executadas por sua instituição ao público feminino? (b) Quais ações estão em planejamento por sua instituição ao público feminino.

Essa abordagem flexível possibilitou a obtenção de informações detalhadas e insights enriquecedores, uma vez que as perguntas e o direcionamento da entrevista podiam ser adaptados às respostas e ao contexto da conversa com os entrevistados. A forma de contato com os gestores dessas instituições e órgãos de governo foi via WhatsApp, visando facilitar a comunicação e proporcionar meio prático e eficiente para o compartilhamento de informações.

Após a coleta de dados, conduziu-se análise de conteúdo dos dados qualitativos obtidos. Este método envolveu a codificação e a categorização das respostas e a análise dos temas e padrões emergentes. Foram analisadas as ações inovadoras, planos, programas, projetos e atividades em execução ou em planejamento. Além disso, foi dada especial atenção às iniciativas voltadas ao combate à violência relacionada ao gênero e à promoção da educação e do acesso ao mercado de trabalho.

Os dados coletados foram sistematizados em quadros para melhor visualização e análise. Buscou-se identificar tendências, lacunas e oportunidades nas ações voltadas ao público feminino no estado de Goiás. Destacou-se as características mais relevantes e impactantes das ações, programas e projetos analisados.

A metodologia adotada permitiu uma análise detalhada das ações prioritárias e dos agrupamentos de ações empreendedoras voltadas para mulheres goianas. Essas ações foram descritas como urgentes porque as mulheres frequentemente enfrentavam barreiras sistêmicas que limitavam seu acesso a recursos, oportunidades e apoio necessários para desenvolver e expandir negócios.

A análise detalhada das ações implementadas por diferentes instituições revelou uma série de iniciativas inovadoras. Entre elas, destaca-se o programa de inserção das mulheres

empreendedoras no SEBRAE, (2023) que se destacou por sua abordagem integrada e holística, promovendo a igualdade de gênero e empoderamento feminino de maneira eficaz.

A análise de agrupamentos de ações empreendedoras buscou identificar as desigualdades de maneira holística e eficaz. A identificação de grupos de mulheres empreendedoras com necessidades e dificuldades semelhantes possibilitou o desenvolvimento de soluções personalizadas para atender a essas necessidades.

O empreendedorismo holístico valoriza a criatividade, a inovação e a colaboração, e busca promover o desenvolvimento sustentável e equitativo das comunidades. No contexto do empreendedorismo feminino em Goiás, a abordagem holística pode ser uma forma interessante de pensar o desenvolvimento de iniciativas empreendedoras que busquem promover a igualdade de gênero e a inclusão social.

A colaboração entre organizações governamentais e não governamentais pode ser uma forma de implementar essa abordagem, criando programas abrangentes que analise várias dimensões da desigualdade de gênero no empreendedorismo e promovendo a participação ativa das mulheres empreendedoras na construção de um futuro mais justo e sustentável.

Assim, para identificar grupos de mulheres com necessidades semelhantes, foram realizadas pesquisas e entrevistas com mulheres empreendedoras em Goiás a fim de encontrar as principais barreiras que elas enfrentavam no desenvolvimento e expansão de seus negócios.

A pesquisa tratou da abordagem particularizada de agrupamento de ações no empreendedorismo feminino em Goiás, por identificar que as necessidades eram distintas e variadas de cada região. Essa abordagem investigou grupos de mulheres empreendedoras que compartilhavam necessidades semelhantes e criavam soluções personalizadas para atender às demandas específicas desses grupos. Assim, promoveram um ambiente empreendedor mais inclusivo e igualitário.

Essas soluções incluíram programas de treinamento, mentoria, financiamento, networking e outras iniciativas que ajudaram as mulheres a superarem as barreiras enfrentadas no empreendedorismo. As ações integradas e coordenadas garantiram que as mulheres tivessem acesso a um conjunto completo de recursos e apoio.

Os agrupamentos público-privados, por outro lado, são parcerias estabelecidas entre o governo e empresas privadas. O objetivo dessas parcerias é aproveitar as habilidades e recursos do setor privado para fornecer serviços públicos mais eficientes e eficazes. Essas parcerias podem assumir várias formas, desde contratos de serviços até joint ventures.

O trabalho colaborativo com organizações governamentais e não governamentais assegurou às mulheres uma maior participação nos negócios enquanto parcerias, criando programas mais robustos e eficazes.

A colaboração entre ONGs e entidades governamentais de Goiás contribuem na criação de programas abrangentes que abordam várias dimensões da desigualdade de gênero no empreendedorismo, incluindo capacitação em habilidades empresariais, acesso a financiamento, suporte técnico e mentorias.

A pesquisa constatou que, apesar das políticas de incentivo ao empreendedorismo feminino e dos recursos para atingir uma variedade de comunidades, as entidades governamentais não conseguiam garantir acesso direto aos serviços do governo em áreas remotas ou marginalizadas.

Em razão dessas vulnerabilidades a colaboração entre governos e ONGs prejudicou o monitoramento e avaliação dos programas do governo, especialmente, em áreas distantes e ou esquecidas, não permitindo que as partes interessadas avaliassem a eficácia dos esforços conjuntos e fizessem ajustes conforme necessário.

Parcerias bem-sucedidas entre ONGs e entidades governamentais poderiam criar uma voz mais forte para a defesa da igualdade de gênero no empreendedorismo, pressionando por mudanças políticas e regulatórias que promovessem um ambiente mais equitativo para as mulheres nos negócios.

Além disso, a colaboração entre ONGs e governos poderia aumentar a probabilidade de que os programas continuassem a ser implementados e apoiados a longo prazo, mesmo além dos ciclos eleitorais ou mudanças de liderança.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 Universidade Federal de Goiás**

A Universidade Federal de Goiás (UFG) é uma instituição pioneira em ações voltadas para políticas institucionais direcionadas às mulheres. Dessa forma, foi realizada a entrevista com a atual Reitora da instituição, apresentou as principais ações colocadas em prática, as quais estão listadas no Quadro 9.

**Quadro 9**– Ações em execução e em planejamento na UFG voltadas ao universo feminino Goiás.

Ação	Fase	Descrição
Enfretamento ao assédio sexual	Execução	<p>Realização de campanhas contra o assédio sexual pelas redes sociais, cartazes e folders;</p> <p>Elaboração da cartilha “NãoÉNão”;</p> <p>Promoção de rodas de conversas e acolhimento sobre questões de gênero, diversidade sexual e assédio sexual em unidades acadêmicas e no Hospital das Clínicas da UFG;</p> <p>Acolhimento e escuta ativa de casos de assédio na instituição, com finalidade de orientação, informação e encaminhamento;</p> <p>Criação da Comissão Permanente de Acompanhamento de Denúncias e Processos Administrativos relacionados a questões de assédio moral, sexual e preconceito no âmbito da UFG.</p>
Ações voltadas ao ingresso e permanência de mulheres na instituição	Execução	<p>Criação do Projeto “Vamos Juntas”, para distribuição de kits de higiene íntima para alunas em situação de vulnerabilidade, em parceria com escolas de rede privada de Goiânia, e apoiar o grupo de mães de pessoas com deficiência, servidoras da UFG, a garantir o direito de redução de carga horária e no enfrentamento a situações de assédio em razão de sua condição;</p> <p>Incentivo à criação de “salas de mães” nas unidades acadêmicas da UFG, ação que está em andamento;</p> <p>Criação de resolução interna que dispõe sobre reserva de vagas para pessoas trans e travestis no âmbito da pós-graduação da UFG – já aprovada pelo Conselho Universitário;</p> <p>Criação de resolução que garante o uso do nome social na UFG (Resolução CONSUNI 14R/2014), que atende, principalmente, o público trans e travesti.</p>
Fortalecimento de políticas voltadas às mulheres na UFG	Execução	<p>Criação da Diretoria de Mulheres e Diversidades da Secretaria de Inclusão da UFG, em 9 de fevereiro de 2022, e inauguração do prédio da Secretaria de Inclusão, em 10 de fevereiro de 2023.</p> <p>Apoio à realização da Semana da Visibilidade Trans na UFG (23 a 27/01/2023)</p> <p>Promoção do evento “Julho das Pretas” (julho de 2022), com objetivo de valorização do empreendedorismo da mulher negra e da cultura afro-brasileira, com oficinas, feiras e exposições.</p>
Ações educativas e informativas voltadas à comunidade acadêmica e ao público externo à UFG	Execução	<p>Realização da live “Mulheres e lutas” - Inclusão, diversidades e universidade: histórias e possibilidades</p> <p>Participação no Programa Mundo UFG da TV UFG, no episódio “Visibilidade Trans: desafios e urgências de pessoas trans e travestis na UFG”, em 24/01/2023.</p> <p>Exibição e debate público do Documentário “Ciência: luta da mulher”</p> <p>Participação no Seminário “Políticas Públicas para Mulheres em Goiás – Desafios e Perspectivas”</p>

Atuação e participação nas políticas voltadas às mulheres em nível estadual	Execução	Representação permanente no Comitê de Enfrentamento à LGBTfobia no Estado de Goiás (COMEELG) Representação permanente no Conselho Estadual de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Combate ao Preconceito (CEDHIRCOP)
Criação do Observatório de Mulheres e Pessoas Diversas	Em andamento	
Implantar banheiros unissex nas unidades acadêmicas e órgãos da UFG	Em andamento	
Ampliação do serviço de ambulatório a pessoas trans (Projeto TX)	Planejamento	Estamos em diálogo com o Hospital das Clínicas da UFG para ampliação do serviço de ambulatório a pessoas trans – Projeto TX – que foi interrompido por falta de infraestrutura.
Ampliação de atendimento de vítimas de assédio moral, sexual e discriminações no âmbito da UFG	Planejamento	A Diretoria de Mulheres e Diversidades, juntamente com o Programa Saudavelmente (atendimento psicológico oferecido à comunidade universitária) estão discutindo o tema.
Modificar a resolução que regulamenta a progressão de professoras, mães de crianças com deficiência	Planejamento	Foi formado um Grupo de Trabalho para este fim, para estabelecer condições mais justas para essas mulheres que já possuem amparo legal para redução de jornada de trabalho.
Políticas Curriculares voltadas à inserção de temáticas como gênero, sexualidade, mulheres negras, quilombolas e indígenas, dentre outras afins, nos programas de educação básica	Planejamento	Foi criado um Grupo de Trabalho com o tema: “Raça, Gênero e Sexualidade”, composto pela Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, Secretaria de Inclusão, Conselho Municipal de Educação, Conselho Estadual de Educação de Goiás, com este objetivo

Fonte: Autores (2023)

Ademais, ressalta-se ainda a resposta dada pela Reitora ao ser questionada sobre a existência de ações direcionada ao público feminino que eram executadas pela UFG:

Sim, existem projetos e ações que sinalizam a construção de uma política institucional voltada às mulheres, compreendidas no campo das “mulheridades”, ou seja, como aquelas que performam o gênero feminino, e não apenas se identificam com o sexo de nascimento (UFG, 2023).

Assim, evidencia-se que a instituição desenvolve ações voltadas para todas as pessoas que se identificam com o gênero feminino, realizando inclusão que vai além do sexo biológico determinado ao nascimento e incluindo as mulheres trans, travestis, e demais pessoas que performam o gênero feminino, conforme apontado pela Reitora Angelita, principal representante da instituição.

#### 4.2 Pontifícia Universidade Católica de Goiás

A Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), instituição de ensino superior privada, realiza diversas ações de combate ao assédio sexual e moral no âmbito da

universidade. Sobre as ações executadas, a representante da instituição apresentou as ações listadas no Quadro 10.

**Quadro 10** – Ações em execução pela PUC Goiás voltadas ao universo feminino no Estado de Goiás

Ação	Fase	Descrição
Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual e outras formas de violência no âmbito da PUC Goiás	Execução	<p>Implantado após a elaboração da Lei nº 14.457/2022.</p> <p>O programa ainda está na fase de divulgação, realizada por meio da elaboração e do compartilhamento da cartilha: “Sem Assédio, Sem Discriminação: Guia de Prevenção e Combate na PUC Goiás”, com o objetivo de conscientização sobre as diversas formas de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, apontando as medidas de enfrentamento realizadas no âmbito da instituição.</p> <p>Foram realizadas também palestras para o público feminino.</p> <p>Foi estabelecido um fluxo processual para apuração das denúncias recebidas e criado um canal específico para o recebimento destas.</p>

Fonte: Autores (2023)

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional Divisão de Recursos Humanos, responsável pela elaboração da cartilha de combate ao assédio, já tratava de casos que envolvessem assédio afeto ao público feminino e outros conflitos relacionados com o trabalho antes da entrada em vigor da Lei nº 14.457/21, que instituiu o Programa Emprega + Mulheres e alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Assim, ressalta-se o disposto na cartilha sobre o conceito de assédio moral:

Em resumo, o comportamento que pode ser considerado assédio moral é aquele que é **repetitivo, deliberado e visa humilhar, constranger, intimidar ou prejudicar** a dignidade e bem-estar de um empregado (PUC Goiás, 2023, p. 9).

Sobre o assédio sexual no ambiente de trabalho, a cartilha explica:

É uma forma de violência sexual que pode ocorrer em qualquer ambiente de trabalho. É caracterizado por comportamentos repetitivos e indesejados de natureza sexual, que têm por objetivo humilhar, constranger, intimidar ou ofender a vítima, prejudicando assim, sua dignidade e bem-estar no ambiente de trabalho (PUC Goiás, 2023, p. 10).

Ademais, informaram que, além das ações já executadas, há outras em fase de planejamento para serem colocadas em prática, no entanto não deram mais detalhes sobre quais seriam essas ações.

### 4.3 Organização das Voluntárias de Goiás

A Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) é uma organização social sem fins lucrativos atuante em Goiás, que surgiu de iniciativa de mulheres católicas, sendo fundada oficialmente em 30 de outubro de 1947, por Ambrosina Coimbra Bueno que era na época primeira-dama do estado, casada com Jerônimo Coimbra Bueno (OVG, 2023).

Embora tenha surgido com força no trabalho voluntário, desde a década de 70, a OVG passou a empregar alguns funcionários remunerados, bem como a presidência da organização passou a ser das primeiras-damas do estado, portanto, a atual Presidente de Honra da OVG é a Sra. Maria das Graças de Carvalho Caiado, conhecida como Gracinha Caiado, esposa do atual governador do estado, o sr. Ronaldo Caiado (OVG, 2023).

Entre as ações da OVG, direcionadas para o público feminino, listadas no Quadro 11.

**Quadro 11** – Ações em execução pela OVG voltadas ao universo feminino no Estado de Goiás

Ação	Fase	Descrição
Programa Meninas da Luz	Execução	<p>O programa ampara e orienta adolescentes, jovens e mulheres grávidas em situação de vulnerabilidade social, inclusive com a doação de enxoval completo, banheira e manta para o bebê. O apoio começa na gestação e continua até a criança completar um ano de vida. O acolhimento é feito por uma equipe multidisciplinar que oferece atendimento psicossocial, odontológico e atividades socioeducativas.</p> <p>As beneficiárias recebem informações sobre nutrição, educação sexual e planejamento familiar. As ações são desenvolvidas para proporcionar conhecimento às jovens para que elas possam ter uma gestação saudável e aprendam os cuidados com o bebê.</p> <p>Na capital, a iniciativa também trabalha com parcerias para que as futuras e jovens mães participem de capacitações profissionais, como o projeto “Linhas e Curvas”, oferecido no Centro de Adolescentes Tecendo o Futuro. A iniciativa qualifica e, mais do que isso, é uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho e geração de renda para adolescentes e mulheres em vulnerabilidade social.</p> <p>Além disso, é realizada a doação de frutas, verduras e legumes do Banco de Alimentos da OVG para os familiares das jovens atendidas.</p> <p>O programa também está presente em alguns municípios do interior do Estado. O trabalho tem sido desenvolvido em parceria com as prefeituras municipais em Americano do Brasil, Anicuns, Matrinchã, Mara Rosa, Monte Alegre de Goiás, Niquelândia, Nova América, Simolândia, Alvorada do Norte, Piranhas, Porangatu, Cidade Ocidental, Posse e São Francisco de Goiás.</p>
Entrega de absorventes – combate à pobreza menstrual	Execução	<p>A OVG realiza a distribuição de absorventes íntimos descartáveis. A ação combate a chamada pobreza menstrual, que tem entre as suas consequências, o</p>

		<p>afastamento de meninas da escola, situação que compromete sua formação e, a longo prazo, aumenta a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho.</p> <p>Foram beneficiadas adolescentes pelo Programa Meninas de Luz, do Centro de Adolescentes Tecendo o Futuro; mulheres e meninas em situação de rua, refugiadas venezuelanas beneficiadas pelo Programa Restaurante do Bem e mulheres atendidas semanalmente pelo Banco de Alimentos da Organização.</p>
Programa Universitário do Bem (ProBem)	Execução	<p>O ProBem é um programa criado pelo Governo de Goiás que substituiu o Bolsa Universitária, democratizando o acesso ao ensino superior ao usar um banco de dados nacional (CadÚnico), capaz de identificar as famílias mais vulneráveis em cada um dos 246 municípios goianos.</p> <p>Cerca de 75% dos bolsistas beneficiados são mulheres.</p> <p>As bolsas parciais correspondem a 50% do valor da mensalidade, limitadas a R\$ 650. Já as integrais correspondem a 100% do valor da mensalidade, limitadas a R\$ 1.500. As bolsas concedidas aos estudantes que cursam Medicina ou Odontologia terão seus limites maiores, R\$ 2.900 para parciais e R\$ 5.800 para integrais, pois os valores das mensalidades são superiores aos dos outros cursos.</p> <p>O ProBem também oferece oportunidades de estágio, cursos de capacitação, participação em projetos sociais e integração ao mundo do trabalho por meio do Banco de Oportunidades. Além disso, o programa oferece acompanhamento integral à família do bolsista, por meio da articulação com a rede socioassistencial goiana.</p>

Fonte: Autores (2023)

A OVG possui ainda várias outras ações direcionadas para crianças, adolescentes, dependentes químicos e famílias em situação de vulnerabilidade social que atuam em todos os municípios do Estado, contando com o trabalho voluntário composto, principalmente, por mulheres, a exemplo da atual composição da diretoria da instituição.

#### 4.4 Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) é um agente de educação profissional que oferece cursos que vão desde a formação inicial e continuada até a pós-graduação, além de ofertarem cursos profissionalizantes e técnicos.

No que diz respeito ao público feminino, o SENAC Goiás possui ações, entre as quais estão as listadas no Quadro 12.

**Quadro 12** – Ações em execução pelo SENAC voltadas ao universo feminino no Estado de Goiás

Ação	Fase	Descrição
Projeto As Marias	Execução	<p>Projeto voltado ao atendimento de mulheres vítimas de violência.</p> <p>Sobre as ações realizadas no projeto, a Cartilha “As Marias: Programa Senac para Resgate da Mulher”, informa que são oferecidos cursos profissionalizantes nas áreas de beleza, gastronomia, gestão, moda, informática e saúde.</p> <p>Também é oferecido apoio jurídico e psicológico, uma vez que o público-alvo do projeto são mulheres com 16 anos ou mais e que são vítimas de violência doméstica.</p> <p>As beneficiadas do projeto também terão acesso às ações sociais realizadas pelo Sesc, as quais envolvem: Oftalmologia, saúde bucal, saúde da mulher, nutrição, educação e saúde.</p> <p>O projeto tem o orçamento total de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais), e prevê o atendimento a até 5.000 (cinco mil) mulheres.</p> <p>O projeto prevê, inicialmente, três grandes ações: Promoção dos Direitos e da Dignidade da Mulher; Qualifica Mulher – programa de incentivo à autonomia econômica feminina; e Programa Horizonte, destinado a qualificação dos filhos.</p>
Projeto Linha, Agulha e Vida!	Execução	<p>Projeto que tem como objetivo principal capacitar e qualificar as mulheres de Goiânia para atuarem no segmento da Moda, aumentando a geração de renda e inserindo-as no mercado de trabalho.</p>
Combate ao Assédio na Advocacia	Execução	<p>Tem sido realizado o combate ao assédio na advocacia por meio de campanhas e palestrar relacionadas com o tema.</p> <p>Recentemente, foi conquistada uma alteração legislativa que inclui como infração ético-disciplinar a agressão a mulheres, feminicídio e assédio, por meio de súmulas e leis.</p>

Fonte: Autores (2023)

O SENAC acredita no resgate da autoestima da mulher e no preparo para o mercado de trabalho como os dois pilares para libertas as mulheres em situação de vulnerabilidade e violência doméstica e familiar. O Projeto Linha, Agulha e Vida! foi pensado considerando que a indústria têxtil tem ganhado cada vez mais espaço no cenário da Região Metropolitana de Goiânia, sendo de especial relevância na economia e requerendo, cada vez mais, o emprego de mão de obra qualificada. Tanto o Projeto As Marias quanto o Projeto Linha, Agulha e Vida, foram planejados e executados pelo Senac em parceria com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio) (SESC, SENAC, 2023).

#### 4.5 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é uma entidade privada sem fins lucrativos e que tem como objetivo principal estimular o empreendedorismo no país, fazendo-o por meio da capacitação e promoção que permitem o desenvolvimento econômico e aumentam a competitividade de micro e pequenas empresas.

Em fevereiro de 2023, o SEBRAE, em parceria com a UFG, traçou o perfil da empreendedora goiana, obtendo o dado de que 35% do total de empreendedores no estado é do sexo feminino, no que diz respeito à constituição de empresas, foi apontado que 42% são representadas por mulheres (SEBRAE, 2023).

Trata-se de um número expressivo de mulheres empreendedoras, porém, que ainda verificam disparidade em relação aos homens, especialmente no que diz respeito aos cargos de chefia das empresas e ao valor que recebem, uma vez que eles possuem uma renda cerca de 30% maior que a delas. Ainda, o número de mulheres empreendedoras tem crescido, o que fez com que o SEBRAE passasse a pensar em políticas públicas direcionadas a este público. Dessa forma surgiu o Projeto Sebrae Delas, o qual promove as ações para mulheres empreendedoras, as quais são exemplificadas no Quadro 13 (SEBRAE, 2023).

**Quadro 13** – Ações em execução pelo SEBRAE por meio do Projeto SEBRAE Delas voltadas ao universo feminino no Estado de Goiás

Ação	Fase	Descrição
Qualificação	Execução	Oferecimento de oficinas, workshops de conteúdo e mentorias coletivas com o desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais.
Eventos e Networking	Execução	Promoção de seminários, encontros e sessões de negócios, possibilitando o diálogo entre diversos empreendedores da mesma área ou não, possibilitando a divulgação de serviços e a formação de parcerias entre as empresas/empreendedores.
Conteúdo	Execução	Oferta de cursos de qualidade sobre os aspectos do mercado, sobre organização e especificamente sobre o setor de atuação específico.

Fonte: Autores (2023)

O Projeto Sebrae Delas é fundamentado em três pilares: “Eu, meu, nós”, em que são estruturadas as demais ações do projeto. O “Eu” está alinhado com os conceitos de psicologia

positiva e incide sobre áreas específicas que a mulher empreendedora deseja desenvolver em sua vida pessoal, seja carreira, família, saúde, amizade ou outros. O “Meu” envolve o próprio empreendimento e deve promover ações voltadas para o fortalecimento e maturidade do negócio, focando na ideia e no projeto. O “Nós” envolve a comunidade feminina empreendedora como um todo e busca estabelecer uma rede de suporte entre as mulheres empreendedoras (SEBRAE, 2023).

Na pesquisa realizada pela UFG e pelo SEBRAE, foram realizadas entrevistas com mulheres empreendedoras, valendo ressaltar os dados obtidos ao entrevistar empreendedoras que também passam pela experiência da maternidade. Elas foram questionadas sobre a possibilidade de equilibrar o trabalho com a maternidade, ao que responderam:

Segundo as entrevistadas, a experiência da maternidade faz com que as mulheres desenvolvam mais algumas características importantes para empreender, como: comprometimento, dedicação, responsabilidade – características indicadas por 64% das entrevistadas e habilidade em ser multitarefa – indicada por 63%.

Setenta e oito por cento das mulheres abriram seus empreendimentos após a maternidade. Sessenta e dois por cento das mulheres afirmam que o fato de ser mãe interferiu na decisão de abrir do seu próprio negócio. As principais motivações para empreender declaradas foram: a geração de renda para a família (57%), ter independência financeira (44%) e exercer uma atividade que gera realização profissional (31%) (UFG e SEBRAE, 2023).

Assim, verifica-se que a maternidade é vista pela maioria das mulheres empreendedoras como um impulsionador para o empreendedorismo, uma vez que dela deriva da necessidade de aumentar a renda da família e seus subsídios.

#### **4.6 Ordem dos Advogados do Brasil**

Desde o ano de 2015, a pauta de valorização das mulheres advogadas faz parte da agenda da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Assim, foi criado o Plano Nacional de Valorização da Mulher Advogada, que entrou em vigor em 2016, criando a Comissão Nacional da Mulher Advogada. O presidente da OAB Seção Goiás (OAB-GO), apontou o vanguardismo da instituição no sentido de valorização das mulheres, principais medidas tomadas pela instituição, as quais estão dispostas no Quadro 14.

**Quadro 14** – Ações em execução pela OAB-GO voltadas ao universo feminino no Estado de Goiás

<b>Ação</b>	<b>Fase</b>	<b>Descrição</b>
Quota de Gênero	Execução	Obrigação de inclusão de no mínimo 30% e no máximo 70% de componentes de cada sexo em todas as comissões da OAB. Com isso, as chapas que concorrem às eleições da OAB devem ser compostas, no mínimo, por 30% de mulheres.
Sistema Paridade	Execução	Colocado em prática nas eleições de 2021 da OAB-GO. Dispõe que 50% das vagas destinadas às chapas devem ser compostas de um gênero e 50% de outro, inclusive dentro de órgãos, como de diretoria por exemplo, não bastando ser lotados como conselheiros.
Combate ao Assédio na Advocacia	Execução	Tem sido realizado o combate ao assédio na advocacia por meio de campanhas e palestrar relacionadas com o tema. Recentemente, foi conquistada uma alteração legislativa que inclui como infração ético-disciplinar a agressão às mulheres, feminicídio e assédio, por meio de súmulas e leis.

Fonte: Autores (2023)

Além destas medidas listadas pelo presidente da OAB-GO, ressalta-se que o Provimento nº 164/2015, que criou o Plano Nacional, dispõe sobre diversas medidas para a valorização da mulher advogada que são implementadas na Seção de Goiás como, por exemplo, a publicação periódica de pesquisas e artigos por meio da OAB Editora, tendo como tema principal a mulher e sua realidade social e profissional.

O Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, presidente da OAB Nacional no ano de 2015, afirmou ao sancionar o provimento:

“A luta pela igualdade de gênero é uma realidade da atual gestão. Grandes homens são os que percebem a altivez do momento histórico. Lançamos agora esta importante medida, que fortalecerá a atuação das mulheres advogadas, que em poucos anos serão mais numerosas que os homens em nossa entidade. Assim, as medidas tomadas pela OAB incluem ainda o apoio à capacitação da mulher advogada por meio de cursos oferecidos pela Escola Nacional de Advocacia e pelas Escolas Superiores de Advocacia e uma política de concessão de benefícios a serem estendidos às mulheres advogadas, especialmente para aquelas que são mães”.

Percebe-se assim a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) se esforçando ativamente para reconhecer, apoiar e promover a igualdade de gênero no campo do direito. Com o Provimento nº 164/2015 e o Plano Nacional, a OAB não apenas estabelece a valorização da mulher advogada como uma prioridade, mas também se compromete a tomar medidas tangíveis para transformar essa prioridade em realidade.

É importante destacar que a igualdade de gênero no campo do direito não é apenas uma questão de números. É sobre garantir que as vozes das mulheres sejam ouvidas, que suas contribuições sejam valorizadas e que seus direitos sejam respeitados. O trabalho da OAB é

louvável e espera-se que inspire outras organizações a adotarem medidas semelhantes para a promoção da igualdade de gênero.

#### 4.7 Ministério Público de Goiás

O Ministério Público do Estado de Goiás tem realizado ações de combate à desigualdade de gênero por meio do Núcleo Estadual de Gênero, órgão da estrutura administrativa composto por promotores de justiça de todo Estado com atuação na área de violência doméstica e familiar contra a mulher e promoção dos direitos das mulheres.

Sobre os objetivos do Núcleo, a representante ouvida na entrevista, afirmou:

Tem como objetivo precípuo a articulação, isolada ou em conjunto, com as demais Promotorias de Justiça do Estado, das medidas judiciais e extrajudiciais necessárias à efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal, em tratados e convenções internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como na Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), na questão de gênero (MPGO, 2023).

Para colocar os objetivos em prática, o Núcleo realiza ações em parceria com o poder público e a sociedade, buscando fortalecer a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica. As principais ações executadas estão exemplificadas no Quadro 15.

**Quadro 15** – Ações do Ministério Público de Goiás em execução e em planejamento voltadas ao universo feminino no Estado de Goiás.

Ação	Fase	Descrição
Obras de Imóveis	Execução	Estão sendo construídas três obras voltadas para o atendimento e proteção das vítimas de violência doméstica. Entre as obras estão a reforma e adaptação do prédio que irá funcionar como a Casa da Mulher em Itumbiara, a construção de nova sede da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher e para a construção da Casa de Acolhimento das mulheres em Itumbiara.
Plano de ação de atuação integrada Superação em Rede	Planejamento	A iniciativa será desenvolvida pela Coordenadoria de Projetos Institucionais, a Área de Políticas Públicas e Direitos Humanos do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público de Goiás e o Núcleo Estadual de Gênero. A intenção é auxiliar a atividade-fim (as Promotorias de Justiça) no fomento da política pública municipal de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, por meio do fortalecimento e integração da rede de atendimento nos municípios. A proposta tem ainda o objetivo de impulsionar a edição de lei municipal e a criação de grupos reflexivos

		para autores de violência doméstica até o final deste ano, em quatro regiões institucionais.
Projeto Especial de Atuação no Combate à Violência Doméstica	Execução	Está sendo executado entre junho e agosto de 2023. Busca dar apoio às promotorias com atuação na área de violência doméstica que estivessem mais sobrecarregadas, fazendo manifestações nos autos e mantendo o processo andando.
Carta de Propostas	Execução	Elaborada em parceria com o Ministério Público do Estado de São Paulo, buscando implantar e aprimorar a Política Nacional de Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres da instituição.
12ª Edição do Encontro Nacional da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	Finalizado	O evento ocorreu em Vitória no Espírito Santo.
Aumento no quadro de delegados e servidores da 2ª Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Goiânia	Execução	Articulado junto com a Polícia Civil de Goiás, foi resultado de um mutirão realizado com o objetivo de auxiliar e regularizar as investigações em andamento.
Campanha #21DiasdeAtivismoMPGO	Planejamento	Ocorrerá durante 21 dias, no período de 20 de novembro a 10 de dezembro. Buscando divulgar por meio de eventos os temas de valorização da vida, liberdade e direitos das mulheres.
Projeto Superação em Rede	Execução	Tem como objetivo auxiliar as Promotorias no fomento da política pública de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica, impulsionando ações em outros âmbitos, tal como a edição de uma lei municipal e a criação de grupos reflexivos para autores de violência doméstica até o final do ano. O projeto conta com Workshops, elaboração de material de apoio (protocolo de atendimento, modelo de projeto de lei e de criação de grupos reflexivos) e diagnóstico regional com dado sobre a violência doméstica nos municípios.

Fonte: Autores (2023)

Os Grupos Reflexivos são grupos direcionados para a ressocialização do agressor acusado de violência doméstica e foram colocados em prática em parceria com a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres da Prefeitura de Goiânia. Segundo a representante do MPGO, os grupos reflexivos decorrem de um dever constitucional do órgão:

O Ministério Público possui o dever constitucional de promover as medidas, judiciais ou extrajudiciais, que visem à implementação das políticas públicas, pois, constitucionalmente, recebeu tal incumbência. Assim, sendo, a instalação de Centros de Educação e Reabilitação de Agressores para combater a violência doméstica e familiar, os chamados "Grupos reflexivos", se enquadra perfeitamente no conceito de política pública de interesse social e individual (MPGO, 2023).

Assim, as ações do Ministério Público são, principalmente, voltadas para a atuação extrajudicial, em parceria com outras unidades, como a Prefeitura Municipal e o Estado de Goiás. Ainda, as ações são direcionadas para a questão da violência de gênero, especialmente

no que diz respeito ao âmbito da violência doméstica e familiar. E além das ações já mencionadas, são realizados eventos em datas pontuais como Dia Internacional da Mulher e aniversário da Lei Maria da Penha, por exemplo, aberto ao público, mas com temas direcionados para pessoas que trabalham nos espaços de atendimento às vítimas.

#### 4.8 Governo do Estado de Goiás

O Governo do Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), apresentou uma série de políticas de cunho social voltadas para o grupo feminino e outras que dialogam com este universo.

As ações são divididas em grupos, sendo o primeiro grupo com foco no combate à violência contra a mulher, o segundo grupo voltado para o apoio de mulheres que são mães, especialmente àquelas que são mães solo e o terceiro grupo voltado para capacitação e independência financeira das mulheres. Entre as ações executadas pelo Governo Estadual, estão as listadas no Quadro 16.

**Quadro 16** – Ações em execução pelo Governo do Estado de Goiás voltadas ao universo feminino no Estado – Grupos: Pacto Goiano pelo Fim da Violência contra a Mulher; Apoio Estadual para Mulheres-Mães; Capacitação e Independência Financeira

<b>Ação</b>	<b>Fase</b>	<b>Descrição</b>
1º Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	Execução	Elaborado em 2022, o plano foi composto de diversas ações propostas por diferentes órgãos públicos e secretarias de estado para a prevenção e combate à violência contra mulheres, bem como assistência e garantia de direitos da mulher. Entre as ações do plano está a capacitação das forças policiais, o desenvolvimento de cursos de formação para agrupamentos da segurança pública de Goiás, realizado por meio de uma parceria com a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP), o Ministério Público (MPGO), a Defensoria Pública (DPEGO) e o Tribunal de Justiça (TJGO).
Guia Orientador sobre Políticas de Enfrentamento à Violência contra Mulheres	Execução	Também em 2022, foi elaborado o guia destinado a gestores municipais e que foi entregue aos 246 municípios do Estado para servir como referência no desenvolvimento das políticas e ações destinadas ao enfrentamento da violência contra mulheres.
Centro de Referência Estadual da Igualdade (CREI)	Execução	Está vinculado à SEDS e passou por uma reestruturação em 2019. Além de promover o atendimento psicossocial e jurídico, individualmente e em grupo, para mulheres em situação de violência doméstica. No centro, há os Grupos Reflexivos sobre Gênero e Violência Doméstica, que busca a responsabilização dos autores da agressão e a construção de autonomia das vítimas. Centralizados no CREI, os grupos atendem toda a região metropolitana de Goiânia, coordenando e dando maior efetividade ao cumprimento das decisões judiciais.

Projeto Educação e Justiça: Lei Maria da Penha nas Escolas	Execução	<p>Trata-se de uma parceria entre o Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), o Ministério Público de Goiás (MPGO) e a Secretária de Educação (SEDUC).</p> <p>Realiza a capacitação dos profissionais de educação para prevenir episódios de violência, promover a igualdade de gênero e auxiliar o procedimento após a identificação de casos.</p>
Maria da Penha nas Empresas	Execução	<p>No mesmo sentido do projeto anterior, consiste na promoção de palestras preventivas sobre violência doméstica e familiar, assédio moral e sexual contra mulheres, destinado aos funcionários de empresas privadas.</p>
Sala Lilás	Execução	<p>Criada em parceria com a Secretaria de Segurança Pública (SSP-GO), a Sala Lilás foi instalada nos Institutos Médico-Legais (IML), onde as vítimas passam por exame de corpo de delito com a adequação do espaço onde se realiza escuta e exames periciais, tornando o atendimento mais acolhedor e humanizado.</p> <p>A sala já foi instalada em Goiânia e Aparecida de Goiânia e está em processo de instalação em Anápolis e Luziânia.</p> <p>Em Formosa e Iporá, as salas foram instaladas em suas respectivas Secretarias de Assistência Social. Em Águas Lindas, foi instalada na Secretaria de Política para Mulheres. E em Itumbiara será instalada na Casa da Mulher de Itumbiara.</p>
Protocolo Sinal Vermelho	Execução	<p>Foi instituído em 2021, por meio da divulgação e instrução aos municípios sobre a capacitação de profissionais de órgãos públicos e privados para efetivação do protocolo, que orienta mulheres a como denunciar uma violência, por meio de um sinal de X desenhado na palma da mão. Para dar visibilidade a essa questão, todo dia 25 de cada mês é realizada a campanha Dia Laranja, incluindo a sensibilização dos 246 municípios do Estado para sua adesão.</p>
Projeto Acolhe	Execução	<p>Parceria entre o Instituto Nacional de Desenvolvimento e o Instituto Avon, oferecendo acolhimento provisório para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em hotéis da Rede Accor, havendo sede em Goiânia, Jataí e Catalão.</p>
Cursos de Capacitação à Distância	Execução	<p>Para os municípios que manifestam o interesse de aderir ao Pacto, são ofertados cursos de capacitação à distância, com o tema “Violência de Gênero: fundamentos e metodologia para o atendimento psicossocial”.</p> <p>Os cursos têm o intuito de capacitar a rede municipal a desenvolver ações para o enfrentamento de violência doméstica. Ao todo, foram 2.007 profissionais capacitados de 69 municípios em 2020, 81 municípios em 2021 e 94 municípios em 2022.</p>
Protocolo Todos Por Elas – Não é Não	Execução	<p>Implantado em março de 2023, com a participação da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Tem como objetivo incentivar bares, restaurantes, hotéis e comércio em geral a apoiar mulheres em situação de risco dentro dos estabelecimentos. Foi desenvolvido em parceria com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel-GO), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio-GO) e Associação Comercial, Industrial e Serviços de Goiás (Acieg), a partir de modelo semelhante adotado em Barcelona, na Espanha.</p>
Programa Mães de Goiás	Execução	<p>O programa atende mulheres que possuem filhos de zero a seis anos de idade e que estão em condição de vulnerabilidade. Elas recebem todos os meses o valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) para a compra de alimentos, medicamentos e gás de cozinha nos estabelecimentos comerciais credenciados.</p>

		O programa busca combater a feminização da pobreza, assim como o Programa de Dignidade Menstrual, que promove o acesso a absorventes a 146 mil mulheres e meninas. O investimento anual do programa é de 17,2 milhões.
Programa Dignidade Menstrual	Execução	Distribui absorventes para cinco mil mulheres e adolescentes vulneráveis que estão em abrigos públicos, em situação de rua, em centros de atendimento social e no Sistema Socioeducativo, em diversos municípios goianos.
Programa Crédito Social	Execução	Embora não seja um programa destinado exclusivamente ao público feminino, o Programa Crédito Social possui 80% do seu público beneficiado composto por mulheres. O programa permite que elas tenham acesso a recursos financeiros para abrir o próprio negócio, após realizarem os cursos profissionalizantes oferecidos pelos Colégios Tecnológicos (Cotec). Até o momento, já foram liberados R\$26 milhões do Crédito Social, de um total de R\$31 milhões, via Fundo Protege, sendo que, mais de R\$20 milhões estão sendo movimentados por mulheres em todo o Estado, em negócios como serviços de beleza, culinária, olericultura, horticultura, dentre outros.
Programa Goiás por elas	Execução	Faz parte do Pacote Social aprovado pelo Governo de Goiás em março de 2023. Prevê o pagamento de R\$300 (trezentos reais) para mulheres em vulnerabilidade social que sofreram violência doméstica e que tenham medida protetiva. A proposta é beneficiar cerca de mil mulheres, com um investimento de R\$3,6 milhões anuais. As beneficiadas terão prioridade em outros programas do Governo do Estado. Por exemplo, se tiverem filhos de até seis anos de idade, poderão receber o Mães de Goiás.
Qualificação e Capacitação	Execução	São oferecidos cursos de qualificação e capacitação para mulheres em diversas áreas tais como: cursos de serviços de beleza (cabelereiro, manicure/pedicure, design de unhas), culinária (confeitaria, massas e molhos), massagem, entre outros. Esses cursos permitem que as mulheres consigam trabalhar em suas casas.

Fonte: Autores (2023)

O Pacto Goiano pelo Fim da Violência Contra a Mulher foi criado em 2019 com o objetivo do desenvolvimento de ações intersetoriais, articulando e integrando políticas públicas para mulheres, realizadas por diversos órgãos e entidades governamentais, da sociedade civil e organizações religiosas. No mesmo ano, foi constituída a Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, envolvendo representantes de diversos órgãos no planejamento integrado e monitoramento das ações e prevenção de combate à violência contra mulheres.

A SEDS apontou que o Programa Crédito Social vislumbra a independência financeira das mulheres, uma vez que entende ser a dependência financeira, em muitos casos, o principal fator que mantém as mulheres em um relacionamento permeado por violência doméstica. Assim, a proposta busca promover a autonomia financeira para que elas possam romper com esse ciclo.

O Sr. César Moira, (2023) ao explicar sobre a necessidade dos cursos de qualificação e capacitação e da distribuição do Crédito Social, afirmou: “Temos muitas mulheres que

precisam ficar com os filhos em casa, com pessoas acamadas, e não têm a possibilidade de sair para trabalhar. Esses cursos permitem com que as mulheres tenham renda e consigam melhorar sua qualidade de vida e da sua família.”

Também é entregue o Crédito Social, para que consigam empreender com os equipamentos/insumos necessários. As mulheres são as principais beneficiadas com o programa Crédito Social e são a maioria também responsável pelas despesas da casa. Logo, conseguem ter aumento da renda, da qualidade de vida, e se sentem mais empoderadas/autônomas financeiramente”.

Dessa forma, além de projetos direcionados para as vítimas de violência doméstica e familiar, a SEDS tem se preocupado com as mulheres em vulnerabilidade social: mães solo, mulheres chefes de família, em vulnerabilidade alimentar, entre outros. Busca capacitar as mulheres para que tenham acesso a uma renda e a uma melhor qualidade de vida.

Em questionamento ao Sr. César Moira, representante da Secretaria de Retomada do Estado, ele apontou a mais nova ação da Secretaria de Retomada, que foi divulgada no dia 08 de março de 2023, Dia Internacional da Mulher, e trata-se de uma parceria com a UFG, com a PUC GO, com a Associação Pro-Desenvolvimento (ADIAL), ACIEG, SEBRAE e Fecomércio para direcionar políticas públicas para o fortalecimento do empreendedorismo feminino e da empregabilidade das mulheres no mercado goiano.

Moira aponta como objetivos da ação: encaminhamento das mulheres no mercado de trabalho; aumento da qualificação e capacitação para o mercado e para o empreendedorismo; parcerias com a Seds e Ouvidoria Social para fornecer outras ações do Estado para mulheres em situação de violência e de vulnerabilidade

Não obstante, ao comentar sobre a necessidade dos cursos de qualificação e capacitação e da distribuição do Crédito Social oferecido pela SEDS, afirmou:

Temos muitas mulheres que precisam ficar com os filhos em casa, com pessoas acamadas, e não têm a possibilidade de sair para trabalhar. Esses cursos permitem com que as mulheres tenham renda e consigam melhorar sua qualidade de vida e da sua família. Também é entregue o Crédito Social, para que consigam empreender com os equipamentos/insumos necessários.

As mulheres são as principais beneficiadas com o programa Crédito Social e são a maioria também responsável pelas despesas da casa. Logo, conseguem ter aumento da renda, da qualidade de vida, e se sentem mais empoderadas/autônomas financeiramente (SECRETARIA DA RETOMADA DO ESTADO DE GOIÁS, 2023).

#### 4.9 Assembleia Legislativa de Goiás

A Secretaria de Projetos Especiais e a Secretaria de Assistência Social estão lotadas dentro da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), no entanto, foram implementadas apenas recentemente, tendo aproximadamente três meses de existência e exercício. A representante da Procuradoria Especial informou que contam com ações direcionadas para o público feminino, listando-as no Quadro 17.

**Quadro 17** – Ações em execução pela ALEGO voltadas ao universo feminino no Estado de Goiás

<b>Ação</b>	<b>Fase</b>	<b>Descrição</b>
Programa de Dignidade Menstrual	Execução	Distribuição de absorventes para mulheres em situação de vulnerabilidade.
Projeto de Formação Política para Mulheres	Execução	Especialmente destinado para mulheres pretas, trans, quilombolas e obesas.
Parlamento Jovem	Execução	Programa dirigido para estudantes de ensino médio
Auxílio materno	Planejamento	Planejamento de trabalhos com temas relacionados com a primeira infância, a gestação e o bom parto.
Grupo Reflexivo Feminino	Planejamento	Entendendo que para os homens condenado o grupo é obrigatório, tem-se o grupo destinado para as mulheres, com o objetivo de oferecer apoio para as vítimas. O objetivo do grupo é criar uma rede de apoio que possibilite a reinserção das mulheres na sociedade e no mercado de trabalho.

Fonte: Autores (2023)

A representante da ALEGO informou que as políticas ainda não foram amplamente instituídas pois trata-se de uma iniciativa recente, que chegou no local há poucos meses. No entanto, ela reforça que possuem vários projetos em planejamento e que possuem como objetivo expandir cada vez mais as ações desenvolvidas.

#### 4.10 Secretaria Municipal De Políticas Para Mulheres - Goiânia

A Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres (SMPM), em Goiânia representada pela secretária Tatiana Lemos, é responsável por desenvolver políticas públicas que atendam especificamente as demandas das mulheres goianienses. Apesar de todas as ações apresentadas neste trabalho sejam aplicadas no município, possuem como foco as mulheres da própria instituição (como a UFG, a PUC Goiás e a OAB-GO) ou as mulheres de todo o Estado (como é o caso do Governo do Estado, da OVG, do SEBRAE e do SESC). Assim, as políticas e ações

elaboradas são aplicadas nos limites da Prefeitura de Goiânia. Entre as ações realizadas, estão as listadas no Quadro 18.

**Quadro 18** – Ações em execução pela Secretaria Municipal da Mulher voltadas ao universo feminino na cidade de Goiânia.

<b>Ação</b>	<b>Fase</b>	<b>Descrição</b>
Renda Familiar Mais Mulher	Execução	Atendeu mais de 22 mil mulheres em situação socioeconômica com o repasse de R\$300,00 (trezentos reais) por mês, durante seis meses, destinados à compra de alimentos.
Casa Abrigo Sempre Viva	Execução	Abriga mulheres vítima de violência doméstica, bem como de seus dependentes, podendo ficar no local por até 90 dias, período que pode ser prorrogado mediante análise da equipe interdisciplinar que acompanha o caso específico. Para que seja acolhida na casa, é necessário que a vítima registre um Boletim de Ocorrência relatando a situação.
Botão de Pânico	Execução	Criado em parceria com a Patrulha Mulher Mais Segura da Guarda Civil Metropolitana. Está disponível no aplicativo da Prefeitura, 24 horas por dia, e pode ser acionado para pedir socorro, como em casos de violência doméstica, estupro e outros.
Centro de Referência Cora Coralina	Execução	Realiza atendimento psicológico, social e jurídico às mulheres vítimas de violência de gênero. Tem como objetivo principal o resgate da cidadania e prevenção, interrupção e superação das situações de violência de direitos. O Centro funciona também de maneira itinerante, utilizando-se de uma van para realizar o atendimento em todos os pontos da cidade. O Centro oferece também palestras, cursos e oficinas em diversas áreas com o objetivo de prevenção e alerta sobre situações de violência de gênero.
Grupo Reflexivo	Execução	Destinado aos autores de violência doméstica em processo de ressocialização. Os autores condenados na Lei Maria da Penha são encaminhados compulsoriamente pelos juízes. São realizadas sessões no Centro de Referência Cora Coralina, as quais são presididas por psicólogas e assistentes sociais e são abordados temas como possessão, machismo, origem da violência, masculinidade, uso de álcool e drogas.
Cursos de Capacitação Profissional	Execução	Destinado a mulheres em situação de vulnerabilidade social, teve início em 2019, por meio do convênio “Mulher, Trabalho e Cidadania”, realizado entre o Governo Federal e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Oferta cursos de assentamento de cerâmica, panificação, modelagem de jeans, corte de tecidos, costura industrial, além de cursos nas áreas de Construção Civil, informática, administração, mecânica, entre outros. Já foram formadas mais de 1.800 alunas.
Secretaria da Mulher nos Bairros	Execução	Uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde. Oferece atendimento de saúde, jurídico, psicológico,

		social, palestras, oficinas e entrega de Kits de higiene pessoal;
Campanhas de comunicação de enfrentamento a violência contra a mulher	Execução	Campanha realizada por meio de divulgação nos ônibus, terminais, blocos de Carnaval, hospitais e instituições de ensino
Dia Laranja	Execução	Instituído o dia de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas. atividade faz parte da lei Municipal N° 10.887/23, sancionada pelo prefeito Rogério Cruz, que cria a campanha na capital, que deve ser realizada todo dia 25 de todo mês;
Centro de Formação Consuelo Nasser	Execução	Criado com investimentos em implantação, estruturação e mobiliário.
Distribuição de Alimentos	Finalizado	Durante o período da pandemia, foi realizada a arrecadação e distribuição de mais de 10 toneladas de alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade alimentar.
Entrega do Relatório Observatório da Mulher	Planejamento	Relatório que está sendo elaborado em parceria com a Universidade Federal de Goiás e que detalha a situação da mulher na cidade de Goiânia.
Casa de Passagem	Planejamento	Em fase inicial de construção.
Casa da Mulher Brasileira Tipo 1	Planejamento	A unidade está sendo erguida na Avenida Alameda Vitória Régia, localizada no Setor Goiânia 2, na Região Norte da capital, e ofertará atendimentos judiciais e psicológicos, alojamento, além de cursos de capacitação. A obra tem recursos federais e o investimento para a primeira etapa da construção será de R\$ 12.525.954,52. A previsão é que os trabalhos sejam concluídos em 18 meses.
Incentivo Mais Mulher	Planejamento	Destinado a mulheres egressas dos cursos profissionalizantes e de qualificação promovidos pela SMPM e entidades parceiras, com o objetivo de impulsionar o empreendedorismo feminino. As mulheres aptas a participar poderão pleitear um incentivo de R\$1.000,00 a até R\$3.000,00 para implantar ou melhorar o seu negócio, além de poder participar de cursos, cooperativas e plataformas de entidades parceiras.
Novos cursos profissionalizantes	Planejamento	Serão ofertados novos ciclos dos cursos já disponíveis e executados, além de novos cursos como de oratória e etiqueta profissional.
Projeto Mulher Online	Planejamento	Espaço exclusivo para mulheres com 25 estações de computadores que visam promover a inclusão digital e democratização de acesso a internet e outros meios digitais. Será na sede da SMPM, e ainda contará com Coworking, Lan House, Biblioteca Digital, e cursos e treinamentos. Também ocorrerão ações de empreendedorismo e marketing digital.
Biblioteca Setorial	Planejamento	Planejada na sede da SMPM, contendo livros e dados sobre as questões de gênero e a condição da mulher em Goiás, no Brasil e no Mundo.
Caminhada de Combate ao Fim da Violência Contra Mulher	Planejamento	Em fase de organização, com previsão para ser realizada no dia 25 de agosto de 2023, com o objetivo de conscientizar e informar sobre questões envolvendo a violência de gênero.

Projeto “Cuidar de quem cuida”	Planejamento	Projeto que irá ofertar serviços de beleza, como corte de cabelo, penteado, maquiagem, bazar gratuito com roupas e sapatos, distribuição de cestas básicas com kits de higiene pessoal, lanche e palestras motivacionais e de conscientização, com o objetivo de conscientizar mulheres sobre seus direitos e apresentar serviços que a SMPM oferece à população feminina em Goiânia.
--------------------------------	--------------	---

Fonte: Autores (2023)

A Prefeitura de Goiânia possui várias frentes para promover o empreendedorismo feminino e tem conseguido colocar as mulheres no mercado de trabalho. Ao analisar as ações de cada agente, pode-se destacar aquelas que sejam consideradas como estruturantes e abrangentes.

#### **4.11 Considerações sobre as ações afirmativas e sua natureza estruturante ou abrangente**

Neste estudo são consideradas ações estruturantes aquelas que visam mudar as estruturas subjacentes da sociedade que perpetuam a desigualdade e a injustiça. As ações identificadas visam desafiar e mudar as normas de gênero prejudiciais, a discriminação e a violência que impedem as mulheres de viverem vidas seguras, saudáveis e produtivas.

Também são consideradas ações abrangentes aquelas que afetam ou, pelo menos, são acessíveis, a um contingente majoritário uma determinada comunidade, e de alcance espacial além de uma territorialidade específica. As ações identificadas são destinadas a todas as mulheres, que compõem aproximadamente metade da população da comunidade ou de determinada territorialidade. Além disso, ao melhorar a vida das mulheres, essas ações também têm um impacto indireto em suas famílias e comunidades.

Assim, foram identificadas as seguintes ações estruturantes e abrangentes listadas a seguir:

- a) 1º Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
- b) Guia Orientador sobre Políticas de Enfrentamento à Violência contra Mulheres
- c) Centro de Referência Estadual da Igualdade (CREI)
- d) Projeto Educação e Justiça: Lei Maria da Penha nas Escolas, Maria da Penha nas Empresas
- e) Sala Lilás
- f) Protocolo Sinal Vermelho, Projeto Acolhe
- g) Protocolo Todos Por Elas – Não é Não
- h) Programa Mães de Goiás, Programa Dignidade Menstrual
- i) Programa Crédito Social
- j) Programa Goiás por Elas
- k) Cursos de Capacitação à Distância

- l) Qualificação e Capacitação
- m) Programa de Liderança Feminina (Banco do Brasil)
- n) Programa de Dignidade Menstrual (ALEGO)
- o) Projeto de Formação Política para Mulheres (ALEGO)
- p) Cursos de Capacitação Profissional (SMPM)
- q) Incentivo Mais Mulher (SMPM)
- r) Novos cursos profissionalizantes (SMPM)
- s) Projeto Mulher Online (SMPM)

Percebe-se a presença das ações do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), nos três segmentos. A Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) é uma entidade governamental que tem como objetivo principal promover o bem-estar social e econômico dos cidadãos. Portanto, é natural que suas ações estejam presentes em todos os três segmentos identificados: combate à violência contra as mulheres, apoio a mães e mulheres em situação de vulnerabilidade, e capacitação e independência financeira das mulheres.

As demais ações listadas como estruturantes e de grande abrangência são conduzidas, além do Estado, pelos Banco do Brasil, Assembleia Legislativa de Goiás (ALEGO), Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres (SMPM), e são ações restritas à capacitação e independência financeira das mulheres.

As ações das organizações não governamentais ou empresas privadas, não listadas como estruturantes ou de grande abrangência, têm um foco mais específico em suas missões e objetivos. Muitas dessas organizações se concentram na capacitação e independência financeira das mulheres porque reconhecem que a desigualdade de gênero no mercado de trabalho é um problema significativo que precisa ser abordado.

Além disso, essas organizações podem ver a capacitação e a independência financeira das mulheres como uma maneira eficaz de promover a igualdade de gênero mais amplamente, uma vez que as mulheres que são financeiramente independentes têm mais capacidade de se proteger contra a violência e a exploração, e têm mais oportunidades para participar plenamente na sociedade.

#### **4.12 Considerações sobre as ações afirmativas e seus objetivos**

A partir destas ações, pôde-se ainda classificá-las em três agrupamentos segundo seus objetivos. Os três agrupamentos de objetivos foram escolhidos com base nas principais áreas

de foco das políticas e ações descritas no texto. Essas áreas representam os principais desafios que as mulheres enfrentam na sociedade e, portanto, são áreas prioritárias para a implementação de políticas públicas. Segue uma explicação mais detalhada de cada agrupamento:

**a) Combate à violência contra as mulheres:** A violência de gênero é um problema grave e persistente em todo o mundo. As mulheres são frequentemente vítimas de violência física, sexual e psicológica, muitas vezes perpetrada por parceiros íntimos. As políticas e ações nesta categoria visam prevenir e responder à violência contra as mulheres, fornecendo recursos e apoio para as vítimas e trabalhando para mudar as atitudes e comportamentos que perpetuam a violência de gênero.

**b) Apoio a mães e mulheres em situação de vulnerabilidade:** As mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, como mães solteiras, mulheres de baixa renda e mulheres que enfrentam discriminação e exclusão, muitas vezes enfrentam desafios significativos para acessar serviços básicos e oportunidades econômicas. As políticas e ações nesta categoria visam fornecer apoio e recursos para essas mulheres, ajudando-as a superar barreiras e melhorar sua qualidade de vida.

**c) Capacitação e independência financeira das mulheres:** A desigualdade de gênero no mercado de trabalho é um problema persistente, com mulheres frequentemente enfrentando discriminação, assédio e desigualdade salarial. Além disso, as mulheres são muitas vezes sub-representadas em posições de liderança e em certos setores da economia. As políticas e ações nesta categoria visam capacitar as mulheres com habilidades e oportunidades para alcançar a independência financeira e avançar em suas carreiras. Isso inclui programas de treinamento e capacitação, bem como iniciativas para promover o empreendedorismo feminino.

O Quadro 19 lista desta classificação, apontando as ações consideradas estruturantes e de grande abrangência, bem como seus agentes responsáveis.

**Quadro 19** – Agrupamento de Ações estruturantes e de grande abrangência

Objetivo da Ação	Ações	Agente Responsável
Combate à violência contra as mulheres	1º Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Guia Orientador sobre Políticas de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, Centro de Referência Estadual da Igualdade (CREI), Projeto Educação e Justiça: Lei Maria da Penha nas Escolas, Maria da Penha nas Empresas, Sala Lilás, Protocolo Sinal Vermelho, Projeto Acolhe, Protocolo Todos Por Elas – Não é Não	Governo do Estado de Goiás, Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS)

Apoio a mães e mulheres em situação de vulnerabilidade	Programa Mães de Goiás, Programa Dignidade Menstrual, Programa Crédito Social, Programa Goiás por Elas	Governo do Estado de Goiás, Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS)
Capacitação e independência financeira das mulheres	Cursos de Capacitação à Distância, Qualificação e Capacitação, Programa de Liderança Feminina (Banco do Brasil), Programa de Dignidade Menstrual (ALEGO), Projeto de Formação Política para Mulheres (ALEGO), Cursos de Capacitação Profissional (SMPM), Incentivo Mais Mulher (SMPM), Novos cursos profissionalizantes (SMPM), Projeto Mulher Online (SMPM)	Governo do Estado de Goiás, Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), Banco do Brasil, Assembleia Legislativa de Goiás (ALEGO), Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres (SMPM)

Fonte: Autores (2023) obtidas na entrevista

Esses agrupamentos de objetivos refletem a necessidade de abordar a desigualdade de gênero em várias frentes, desde a prevenção e resposta à violência de gênero até o apoio às mulheres em situação de vulnerabilidade e a promoção da igualdade de gênero no mercado de trabalho. As questões urgentes foram identificadas por meio de dados empíricos, análises ou revisões da literatura.

Neste estudo sobre o empreendedorismo feminino em Goiás, pude-se identificar questões cruciais que requerem atenção imediata. Os resultados da pesquisa, assim como as perspectivas de relevantes autores, evidenciaram desafios significativos e oportunidades promissoras para promover o empreendedorismo feminino na região.

As questões mais urgentes diagnosticadas incluem a persistente desigualdade de gênero em setores-chave, como o das startups, e a necessidade premente de acesso a recursos, financiamento e capacitação para as mulheres empreendedoras. Essas questões foram comprovadas por meio de dados empíricos coletados durante a pesquisa de campo e análises aprofundadas.

É evidente que o papel das mulheres no mundo dos negócios está em constante evolução e crescimento. Inspiradas pela abordagem de Amartya Sen, (2000) ao desenvolvimento como liberdade, observa-se que o empreendedorismo feminino não se trata apenas de acumular riqueza material, mas de capacitar as mulheres com liberdade econômica, igualdade de oportunidades e habilidades necessárias para prosperar nos negócios.

As tendências e oportunidades futuras no empreendedorismo feminino estão alinhadas com a visão de Sen de promover liberdades constitutivas e instrumentais. À medida que as mulheres empreendedoras continuam a superar barreiras de gênero, a busca por igualdade de oportunidades e o compromisso com negócios de impacto social, se está vendo um avanço notável em direção a um futuro empreendedor mais inclusivo e equitativo.

No entanto, permanecem desafios, incluindo o acesso limitado a financiamento e estereótipos arraigados. Para enfrentar esses desafios, é crucial continuar a apoiar políticas públicas e programas de capacitação que promovam a igualdade de gênero e o desenvolvimento das capacidades das mulheres empreendedoras.

À medida que se despede deste estudo, é imperativo lembrar que o empreendedorismo feminino não é apenas uma questão de negócios; é um catalisador para um mundo mais igualitário e próspero.

A perspectiva do autor sobre justiça e equidade, por exemplo, poderia ser aplicada ao empreendedorismo feminino, enfatizando a importância de criar condições igualitárias para que as mulheres tenham acesso a oportunidades empreendedoras, recursos e apoio. Ele argumentaria que as barreiras que as mulheres enfrentam para se envolver no empreendedorismo devem ser removidas para garantir uma sociedade mais justa e equitativa.

A visão de Amartya Sen, (2000, p.57) sobre o desenvolvimento como liberdade oferece uma perspectiva valiosa para moldar o futuro do empreendedorismo feminino, a necessidade de trabalhar em direção a uma sociedade onde todas as mulheres tenham a liberdade de buscar seus objetivos empreendedores e melhorar suas vidas e as de suas comunidades.

A teoria de Sen (2000) se aplica ao empreendedorismo ao enfatizar que o sucesso não deve ser medido apenas financeiramente, mas também considerando o impacto social, as desigualdades de gênero e o desenvolvimento de capacidades. Ao unir o aspecto empírico (dados concretos) com o aspecto holístico (uma visão abrangente), pode-se criar um ambiente empreendedor mais equitativo e inclusivo para as mulheres.

A abordagem holística do economista enfatiza o desenvolvimento de capacidades. Isso se aplica ao empreendedorismo feminino ao destacar a importância de fornecer às mulheres empreendedoras a educação empreendedora e as habilidades necessárias para ter sucesso nos negócios. Capacitar as mulheres com conhecimento e recursos é fundamental para seu crescimento como empreendedoras.

Quando se aplica essa base epistemológica à análise do empreendedorismo feminino, pode-se identificar áreas em que as mulheres empreendedoras podem enfrentar desafios relacionados à igualdade de oportunidades, acesso a recursos, capacitação e impacto social. A teoria de Sen (2000, p.39) nos ajuda a entender que o sucesso no empreendedorismo feminino não deve ser avaliado apenas em termos de lucro financeiro, mas também de como ele contribui para a expansão das liberdades individuais das mulheres e para a redução das desigualdades de gênero.

Portanto, a base epistemológica da teoria de Sen,(2000) fornece um quadro crítico para analisar o empreendedorismo feminino à luz da justiça social, igualdade de oportunidades e desenvolvimento humano, identificando áreas em que políticas e práticas podem ser aprimoradas para promover um ambiente mais equitativo e inclusivo para as mulheres empreendedoras.

Na busca por uma sociedade mais igualitária, é fundamental a formulação de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e o empoderamento feminino. Nesse contexto, Ana Claudia Capella (2018) destaca a importância de ações estratégicas e integradas que abordem as diversas facetas da desigualdade de gênero, incluindo a promoção do empreendedorismo feminino no Brasil.

No contexto goiano, verifica-se uma gama de ações voltadas para o público feminino, especialmente no que diz respeito ao combate à violência relacionada com o gênero. No entanto, há uma lacuna significativa no que se refere a políticas públicas que fomentem o empreendedorismo feminino, uma área que pode ser crucial para garantir a independência financeira e a igualdade de oportunidades para as mulheres.

A análise de agrupamentos em três categorias principais de ações voltadas para as mulheres em Goiás revela um esforço significativo de várias entidades para abordar questões de gênero e desigualdade. No entanto, é evidente que há uma necessidade premente de políticas públicas mais robustas que incentivem o empreendedorismo feminino, criando um ambiente propício para o crescimento e desenvolvimento de negócios liderados por mulheres.

Ao analisar esses agrupamentos de ações, identifica-se avanços notáveis na abordagem de problemas urgentes. No entanto, nossa análise destaca uma necessidade premente de abordagens mais integradas e abrangentes que enfrentem a desigualdade de gênero de maneira holística, incluindo a promoção do empreendedorismo feminino como uma estratégia vital para o empoderamento econômico das mulheres.

Em suma, a desigualdade de gênero é uma questão multifacetada que demanda uma abordagem completa e integrada para alcançar uma mudança significativa. As políticas públicas têm um papel crucial nesse processo, sendo instrumentos fundamentais para promover o empreendedorismo feminino e, conseqüentemente, contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária.

A educação é a base que desafia estereótipos e preconceitos de gênero, permitindo que as mulheres e meninas alcancem seu potencial máximo. Nesse sentido, políticas públicas que incentivem a educação empreendedora podem ser uma ferramenta poderosa para fomentar o

espírito empreendedor desde cedo, preparando as mulheres para os desafios do mundo dos negócios.

Além disso, é importante destacar que essas ações não operam de forma isolada. Elas estão interconectadas e devem ser implementadas em conjunto para alcançar um impacto transformador. A conscientização e o comprometimento de toda a sociedade são essenciais para construir uma cultura de igualdade de gênero e superar desafios arraigados.

Assim, enquanto reconhece-se a complexidade da desigualdade de gênero, observa-se a capacidade da sociedade de agir de maneira coordenada e decidida para promover uma mudança duradoura. Ao adotar uma abordagem integrada e abrangente, pode-se caminhar em direção a um futuro mais justo e igualitário para todas as pessoas, independentemente de seu gênero.

Embora as iniciativas existentes sejam valiosas e tenham alcançado resultados significativos, ainda há desafios complexos que demandam uma abordagem mais ampla, envolvendo não apenas políticas direcionadas, mas também uma transformação cultural e estrutural. A igualdade de gênero não pode ser alcançada apenas com medidas pontuais; é necessário um compromisso duradouro com a mudança sistêmica.

Uma sugestão seria a criação de mais parcerias entre entidades governamentais e não governamentais para reforçar os objetivos finais das ações. Por exemplo, organizações não governamentais que trabalham para promover a igualdade de gênero poderiam se associar a entidades governamentais para implementar programas de capacitação e independência financeira para mulheres. Essas parcerias poderiam aproveitar a experiência e os recursos de ambas as entidades para criar programas mais eficazes e de maior alcance.

A análise realizada sugere que há necessidade de mais políticas e ações que abordem a desigualdade de gênero na educação. Isso poderia incluir programas que incentivem as meninas a prosseguirem carreiras em campos tradicionalmente dominados por homens, como ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM), bem como programas que abordem questões de gênero e desigualdade no currículo escolar.

Além disso, deve-se avaliar, em trabalhos futuros, os possíveis resultados de envolver o setor privado e terceiro setor nas ações públicas, sob coordenação conjunta ou do poder público. Estudos podem levantar de quais instrumentos o poder público pode se valer para incentivar empresas a criar e implementar políticas de igualdade de gênero, como a promoção de mulheres a posições de liderança e a garantia de igualdade salarial, como o estudo de como incentivos fiscais ou outros benefícios para empresas poderiam demandar o compromisso com a igualdade de gênero.

Verifica-se a necessidade de maior quantidade de ações direcionadas para a profissionalização das mulheres, atingindo outras esferas da disparidade de gênero. Ainda, as políticas voltadas para a questão econômica são essenciais, uma vez que se trata de uma questão de valorização da mulher na sociedade, ainda mais quando observado que homens recebem salários maiores que os destinados a elas, desempenhando a mesma função.

Embora as ações atuais estejam fazendo progressos significativos na promoção da igualdade de gênero em Goiás, há espaço para mais colaboração e integração entre entidades governamentais, não governamentais e privadas para reforçar esses esforços e garantir que todas as mulheres tenham a oportunidade de viver vidas seguras, saudáveis e produtivas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A construção de uma sociedade equitativa e verdadeiramente democrática, onde as mulheres têm representação proporcional à sua presença e papel na sociedade, é um imperativo que requer novas articulações em esferas sociais, culturais e econômicas. Essas articulações só podem ser alcançadas através de políticas públicas robustas e ações institucionais que visam transformar a realidade das mulheres em todos os ambientes em que estão inseridas.

No cenário goiano, identifica-se uma série de iniciativas destinadas ao público feminino, com uma ênfase marcante no combate à violência de gênero. No entanto, observou-se uma lacuna significativa em políticas que facilitam o acesso à educação e ao mercado de trabalho, elementos cruciais para garantir a independência financeira das mulheres.

A nossa análise categorizou as iniciativas em Goiás em três grupos principais: combate à violência de gênero, promoção da capacitação e independência financeira, e fomento à saúde e bem-estar das mulheres. Este agrupamento revelou um esforço considerável de diversas entidades em abordar questões de gênero e desigualdade. Contudo, ficou evidente a necessidade de uma abordagem mais holística para garantir a igualdade de gênero e o empoderamento feminino em todas as facetas da sociedade.

A análise destacou avanços significativos na resolução de problemas urgentes, mas também apontou para a necessidade de estratégias mais integradas e abrangentes que abordem a desigualdade de gênero de uma maneira mais completa.

Em resumo, a desigualdade de gênero é uma problemática complexa que exige uma estratégia multifacetada para alcançar mudanças substanciais. As estratégias delineadas, que

englobam educação, empoderamento econômico, saúde e participação política, são pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais igualitária.

A educação surge como uma ferramenta poderosa para dismantelar estereótipos e preconceitos de gênero, permitindo que mulheres e meninas alcancem seu potencial pleno. Além disso, o empoderamento econômico vai além de oferecer oportunidades econômicas, promovendo independência financeira e igualdade salarial.

A saúde, incluindo o acesso a serviços e informações relacionadas à saúde reprodutiva, é vital para garantir o bem-estar e a autonomia das mulheres. A participação política, por sua vez, é fundamental para garantir que as vozes femininas sejam representadas nas esferas decisórias e na formulação de políticas que as beneficiem.

No entanto, é crucial entender que essas estratégias não funcionam isoladamente; elas estão interligadas e devem ser implementadas de forma coordenada para alcançar uma transformação significativa. Além disso, são necessários o engajamento e a conscientização de toda a sociedade para construir uma cultura de igualdade de gênero e superar desafios históricos.

Assim, reconhece-se tanto a complexidade da desigualdade de gênero quanto a capacidade da sociedade de promover mudança duradoura através de ações coordenadas e decididas. Ao adotar uma abordagem integrada e abrangente, avançando em direção a um futuro mais justo e igualitário para todos, independentemente do gênero.

Enquanto valoriza-se as iniciativas existentes e os progressos alcançados, ainda existem desafios complexos que exigem uma abordagem mais ampla, envolvendo transformação cultural e estrutural profunda. A igualdade de gênero não pode ser alcançada apenas através de medidas isoladas; é necessária dedicação contínua à mudança sistêmica.

Recomenda-se a formação de mais parcerias entre entidades governamentais e não governamentais para fortalecer os objetivos finais das iniciativas. A colaboração poderia potencializar a experiência e os recursos de ambas as partes para criar programas mais eficazes e de maior alcance.

A análise sugere uma necessidade urgente de políticas adicionais que abordem a desigualdade de gênero na educação, incluindo programas que incentivem as meninas a seguir carreiras em campos tradicionalmente dominados por homens e que abordem questões de gênero no currículo escolar.

Além disso, futuras pesquisas deveriam explorar os resultados potenciais de envolver o setor privado e o terceiro setor em iniciativas públicas, coordenadas conjuntamente ou pelo poder público. Estudos poderiam investigar como o governo pode incentivar as empresas a

implementarem políticas de igualdade de gênero, incluindo a promoção de mulheres a posições de liderança e garantia de igualdade salarial.

No entanto, enquanto as iniciativas atuais em Goiás estão fazendo progressos significativos na promoção da igualdade de gênero, há espaço para mais colaboração e integração entre entidades governamentais, não governamentais e privadas para reforçar esses valores e garantir que todas as mulheres tenham a oportunidade de viver vidas seguras, saudáveis e produtivas.

A colaboração e o apoio de instituições-chave, como a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres de Goiânia, o governo do Estado de Goiás, o Ministério Público, a OAB, ONGs e outras partes interessadas são vitais. Essas instituições têm um papel crucial na promoção do empreendedorismo feminino, oferecendo recursos, orientação jurídica e apoio institucional.

A perspectiva do SEBRAE e das políticas públicas do estado de Goiás foram consideradas cruciais. O SEBRAE tem sido um pilar no apoio ao empreendedorismo feminino, mas é necessário considerar medidas adicionais para enfrentar os desafios identificados. Em relação às políticas públicas estaduais, observa-se avanços promissores, mas é necessário esforço contínuo para fortalecer a igualdade de gênero nas esferas econômicas e empresariais.

Neste contexto, é imperativo que sejam implementadas ações estruturantes e de grande alcance. Recomenda-se a criação de programas integrados que abordem a lacuna de gênero no empreendedorismo, oferecendo capacitação específica, acesso a financiamento e apoio à rede de contatos.

Além disso, a promoção de diálogos construtivos entre empreendedoras, líderes comunitários, autoridades governamentais, o Ministério Público, a OAB e ONGs é essencial para alinhar esforços, compartilhar melhores práticas e garantir uma abordagem abrangente para as questões do empreendedorismo feminino.

Reitera-se a importância de uma abordagem baseada em evidências para orientar as ações futuras. Monitorar e avaliar continuamente as políticas e programas é fundamental para garantir que as soluções sejam eficazes e respondam às necessidades reais das mulheres empreendedoras em Goiás.

Em suma, esta pesquisa ressaltou a necessidade de ações concretas e colaborativas, envolvendo instituições-chave, para promover o empreendedorismo feminino em Goiás. Com base nas questões urgentes identificadas, nas evidências da pesquisa e nas perspectivas do SEBRAE, das políticas públicas e das instituições mencionadas, acredita-se que é possível criar um ambiente mais inclusivo e favorável ao empreendedorismo feminino na região, impulsionando o crescimento econômico e a igualdade de gênero.

Por fim, destaca-se que os diálogos desempenham um papel crucial no contexto do empreendedorismo feminino em Goiás, servindo como uma plataforma para compartilhar experiências, discutir evidências empíricas, inspirar ação e melhorar as estratégias de apoio às mulheres empreendedoras na região. A interseção entre diálogo e empirismo é fundamental para o avanço desse campo e o desenvolvimento de políticas e práticas mais eficazes.

Por meio de conversas e discussões entre empreendedoras, líderes comunitários, órgãos governamentais e outras partes interessadas, é possível compartilhar informações, desafios e oportunidades relacionadas ao empreendedorismo feminino na região. Esses diálogos podem ser baseados em experiências pessoais e observações empíricas das empreendedoras, contribuindo para compreensão mais aprofundada das necessidades específicas das mulheres empreendedoras em Goiás.

## CONCLUSÃO

O empreendedorismo social emergiu como uma força promissora, demonstrando ser alternativa viável para a geração de emprego e aprimoramento da qualidade de vida em comunidades vulneráveis. O projeto analisado, apesar de ter necessitado de alguns ajustes, alcançou seus objetivos, gerando impacto significativo na vida dos beneficiários.

Foi imperativo destacar a relevância da cultura empreendedora e inovadora na gestão pública. A adoção desses princípios pôde revolucionar o setor público, fomentando a inovação e consolidando ações governamentais mais eficazes e resilientes. Neste cenário, líderes com perfil empreendedor e visão inovadora foram peças-chave para desencadear oportunidades e refinamento nas estratégias governamentais.

A pesquisa evidenciou que o empreendedorismo e a inovação tiveram o potencial de reformular o setor público, tendência observada tanto no Brasil quanto no cenário internacional. Estudos contemporâneos destacaram os benefícios de integrar essas abordagens na administração pública, indicando avanços significativos em termos de eficiência e engajamento da sociedade.

Ao longo desta pesquisa, buscou-se responder à pergunta-problema central: "qual é o papel do estado no fomento do empreendedorismo feminino e as suas ações para oferecer igualdade de gênero? A partir da análise de políticas públicas e iniciativas específicas em Goiás, pode-se observar que o estado desempenha papel significativo no fomento ao empreendedorismo feminino.

Ana Cláudia Capella (2018, p.14) destaca a importância de uma gestão pública inovadora e empreendedora, que pode revolucionar o setor público, tornando as ações governamentais mais eficazes e resilientes. O programa de transformação social (PTS) em Goiás é um exemplo concreto de como o estado pode atuar como catalisador de mudanças, incentivando a cultura empreendedora e promovendo a inovação, o que resulta em uma participação mais ativa da comunidade e melhoria da qualidade de vida.

No contexto específico de Goiás, observou-se uma série de iniciativas voltadas para o público feminino, refletindo conscientização crescente sobre a necessidade de promover a igualdade de gênero e abrir novas oportunidades para as mulheres. O Programa de Transformação Social (PTS), implementado pela Forcon nos residenciais Buena Vista I e III em Goiânia, foi um testemunho do poder do empreendedorismo e da inovação para transformar comunidades.

Ao se aprofundar na análise do PTS, percebe-se que o programa não apenas incentivou a cultura empreendedora entre os residentes, mas também promoveu a inovação, resultando em uma participação mais ativa dos moradores na gestão comunitária e na elevação da qualidade de vida.

Inspirando-se na visão de Amartya Sen (2000, p.49) sobre o desenvolvimento como liberdade, este estudo reconheceu que o empreendedorismo feminino foi além da acumulação de riqueza material. Tratou-se de equipar mulheres com a liberdade econômica e as ferramentas necessárias para prosperar nos negócios, promovendo liberdades constitutivas e instrumentais que foram vitais para um futuro empreendedor mais inclusivo e equitativo.

A teoria de Sen (2000) ressoou profundamente no contexto do empreendedorismo, sugerindo que o verdadeiro sucesso transcendeu as métricas financeiras e abraçou o impacto social, a redução das desigualdades de gênero e o desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas. Foi uma chamada para unir dados empíricos concretos com uma visão holística, criando ambiente empreendedor mais equitativo e inclusivo, especialmente para as mulheres. Ao unir o aspecto empírico (dados concretos) com o aspecto holístico (uma visão abrangente), pode-se criar um ambiente empreendedor mais equitativo e inclusivo para as mulheres.

Como passo subsequente, recomenda-se a criação de núcleos de empreendedorismo e inovação no setor público, focados principalmente no empreendedorismo social, para impulsionar o desenvolvimento comunitário e fortalecer a economia local. Além disso, enfatiza-se a urgência de políticas contínuas que promovessem a inclusão feminina e a igualdade de gênero, bem como facilitassem o acesso ao crédito, visando um crescimento econômico mais inclusivo e sustentável no Brasil.

Ao concluir este estudo, é vital lembrar que o empreendedorismo feminino não foi apenas estratégia de negócios; foi catalisador para um mundo mais justo e próspero. A pesquisa nos ofereceu uma lente valiosa para visualizar e moldar o futuro do empreendedorismo feminino, guiando-nos em direção a uma sociedade onde todas as mulheres puderam perseguir seus objetivos empreendedores com liberdade e dignidade.

Além disso, destaca-se a necessidade contínua de políticas e ações que promovam a inclusão das mulheres e a igualdade de gênero, bem como o acesso ao crédito para todos os setores da sociedade, a fim de alcançar um crescimento econômico mais inclusivo e sustentável no Brasil.

Por fim, em Goiás, há diferentes ações voltadas para o público feminino, com o objetivo de promover a igualdade de gênero no empreendedorismo e na inovação. Ao analisar as ações realizadas no contexto goiano voltadas para o público feminino, pode-se identificar

planos, programas, projetos e atividades em diferentes fases, desde a elaboração ou planejamento até a implementação. Essas iniciativas têm como objetivo promover a igualdade de gênero e aumentar a participação das mulheres no empreendedorismo e na inovação.

Os desfechos deste estudo forneceram compreensão mais aprofundada sobre o impacto do empreendedorismo e da inovação no setor público brasileiro e internacional, bem como sobre as ações específicas realizadas em Goiás para fomentar o empreendedorismo e inovação, tanto de forma geral quanto no contexto feminino. Isso poderá subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas para o desenvolvimento dessas áreas.

Essas conclusões indicam que o empreendedorismo, a inovação e a valorização do público feminino são temas relevantes e que têm sido abordados em diversas esferas de governo, tanto em âmbito nacional quanto local. A promoção dessas temáticas pode trazer benefícios significativos para a sociedade, como o desenvolvimento econômico, a melhoria dos serviços públicos e a inclusão social

## REFERÊNCIAS

AMOURY, J. **Goiânia 89 anos**: maioria dos goianienses tem entre 25 e 59 anos, Ensino médio completo e ganha em média R\$3,5 mil. G1 Globo, Goiás, publicado em 21/10/2022. Disponível em <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/10/21/goiania-89-anos-maioria-dos-goianienses-tem-entre-25-e-59-anos-ensino-medio-completo-e-ganha-em-media-r-35-mil.ghtml>. Acesso em 20 mar. 2023.

ARANA, A. R. A.; SILVA, M. A. Empreender: um novo olhar sobre a gestão pública brasileira. **Revista Gestão Organizacional**, v.14, n.1, p. 146-157, 2016

ARENDDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. **Eichmann em Jerusalém**: Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BANCO DO BRASIL S. A. **Relatório Anual 2022**. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 09 dez. 2022.

BRASIL. **Lei complementar nº 182, de 1º de junho de 2021**. Institui o marco legal das start ups e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

BRASIL. **Lei n.º 13.243, de 11 de janeiro de 2016**. Código nacional de ciência, tecnologia e inovação, 2016.

BAUMAN, Z. **Comunidade**. A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

\_\_\_\_\_. **Modernidade Líquida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BIELEFIELD, W. Issues in social enterprise and social entrepreneurship. **Journal of Public Affairs Education**, v.15, n. 1. p. 69-86. 2009.

BORGES, D. A. H.; ROMANIELLO, M. M.; BRITO, M. J. Empreendedorismo no setor público: a influência das características organizacionais. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v.5, n.1, p. 85-116, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CADER, R. Empreendedorismo feminino: uma revisão bibliográfica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 1, p. 43-56, jan./mar. 2015.

CAIXA. Caixa Econômica Federal. **Site**. Disponível em: <<https://www.caixa.org.br>. Acesso em: 11 dez. 2022.

CÂNDIDO, A. C; MAGRO, D; ROCZANSKI, C. R. M; JAMIL, G. J. Efforts to build a culture of innovation in the Brazilian energy sector. **Journal of Innovation Management**, v. 5, n. 1, p. 40-57, 2017.

CATALYST: **Accelerating Progress for Women** - Organização sem fins lucrativos que promove a inclusão de gênero nas empresas: Disponível: <https://www.catalyst.org/>. Acesso 19 set. 2023.

CAPELLA, Ana C. N. **Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas**. In: Hochman, G., Arretche, M.; Marques, E. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

CHOWDHURY, A; SHIL, N. Innovation in Public Sector Management Control Systems in the Context of New Public Management: A Case of an Australian Public Sector Organization. **Journal of Entrepreneurship, Management and Innovation**, v. 1, n. 12, p. 99-125, 2016.

CORBARI, E. C; MACEDO, J. J. **Controle Interno e Externo na Administração Pública**. 1. ed. Curitiba: IBPEX, 2011.

DATTA, P. B; GAILEY, R. Empowering Women Through Social Entrepreneurship: Case Study of a Women's Cooperative in India. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 36, n. 3, p. 569-587. 2012.

DRIELING, K. **Mulheres Empreendedoras: Uma análise para compreender os motivos que levam as mulheres a empreenderem**. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

EMMENDOERFER, M. L. **Inovação e empreendedorismo no setor público**. Brasília: Enap, 2019.

EMPOWER WOMEN: UN Women's Global Movement - Iniciativa da ONU para capacitar mulheres economicamente: <https://www.empowerwomen.org/>

ERCOLE, F. F; MELO, L. S; ALCOFORADO, C. L. G. C. Revisão integrativa versus revisão sistemática, **REME**, v. 18, n. 1, p. 09-11, jan.-mar. 2014.

ESTIVALETE, V. F. B; ANDRADE, T. COSTA, V. F. Contribuições do Empreendedorismo Social para o Aumento da Participação das Mulheres no Mercado de Trabalho. **RECADM**, v. 17, n. 2. IBEPES: Curitiba, 2018. P.172-191

FERREIRA, L. E. A. F. **Por que tantas empresas fecham no seu primeiro ano?** Jusbrasil, 2020. Disponível em: <<https://lucianaalmeidaferreira.jusbrasil.com.br/artigos/863639384/por-que-tantas-empresas-fecham-no-seu-primeiro-ano>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

FORCON. Relatório das atividades sociais desenvolvidas. Goiânia, 2020.

GOMES, D. C; SILVA, L. A. F; D'ANJOUR, M. F; AÑEZ, M. E. Empreendedorismo jovem: da escola para o mercado de trabalho Holos. **Revista HOLOS**. Natal, v. 5, p. 324-334, 2014.

GOOGLE. **Google Maps Website**. <https://www.google.com.br/maps/>. Acesso em: 12 abr. 2023

HEFORSHE - Movimento da ONU para envolver homens na promoção da igualdade de gênero: Disponível: <https://www.heforshe.org/>. Acesso em: 18 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2021**. Brasília, DF: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/goiania.html>>. Acesso em 20 mar. 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2012**. Brasília, DF: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/goiania.html>>. Acesso em: 20 mar. 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Taxa média**. Brasília, DF: IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 20 mar. 2023

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Política sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: Ipea, 2011.

JIMENEZ, D. R. R. Mapa do Brasil. Estado de Goiás em destaque. Disponível: [https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-do-Brasil-Estado-de-Goias-em-destaque\\_fig15\\_348159702](https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-do-Brasil-Estado-de-Goias-em-destaque_fig15_348159702). Acesso 17 jun. 2023.

KALLÁS, D; DELIBERALI, F. Empreendedorismo feminino e seus impactos sociais e econômicos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 4, n. 2, p. 290-306, 2019.

KEINERT, T. M. M. **Administração pública no Brasil, crises e mudanças de paradigmas**. Annablume: Fapesp, 2000.

KIM, Y. Stimulating entrepreneurial practices in the public sector: The Roles of Organizational Characteristics. **Administration & Society**, v. 1, n. 1, p: 780-814, 2010.

LADEIRA, F. M. B; MACHADO, H.V. Social Entrepreneurship: a Reflection for Adopting Public Policies that Support the Third Sector in Brasil. **Journal of Technology Management & Innovation** [online]. v.8, suppl.1, p. 17. 2013.

LEYDEN, D. P; LINK, A. N. **Public Sector Entrepreneurship: U.S. Technology and Innovation Policy**. Oxford University Press, 2015.

LINS, J; MIRON, P. **Gestão Pública**. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2009.

LUNENBURG, M. V. GEUIJEN, K. MEIJER, A. How and Why do Social and Sustainable Initiatives Scale? A Systematic Review of Literature on Social Entrepreneurship and Grassroots Innovation. **Voluntas** v. 31, p. 1013-1024. 2020.

MANARESI, F; SANTOLERI, C. M. P. Supporting innovative entrepreneurship: an evaluation of the Italian “Start-up Act.” **Industrial and Corporate Change**, v. 30, n. 6, p. 1591–1614, 2021.

MARTINS, H. F.; MARINI, C. **Um guia de governança para resultados na administração pública**. Publix Editora, 2007.

MELO, S; DE-WAELE, L; POLZER, T. The role of Post-New Public Management in shaping innovation: the case of a public hospital. **International Review of Administrative Sciences**, v. 88, n. 4, p. 1032–1049, 2020.

MENDES, A. S.; LISBOA, J. V. Empreendedorismo feminino: o papel da mentoria na criação e desenvolvimento de empresas por mulheres. **Revista de Negócios**, v. 23, n. 3, p. 201-214, 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS (MPGO). **Núcleo Estadual de Gênero**. Relatório 2022, 2023.

MORETTI, I. **Técnicas para definir questões norteadoras**. 2021. Disponível em: <https://viacarreira.com/tecnicas-para-definir-a-questao-norteadora-de-pesquisa/>. Acesso em: 12 set. 2022.

MOTTA, P. R. M. O estado da arte da gestão pública. **Revista de Administração de empresas**, v. 53, n. 1, p.82-90, 2013.

OLIVEIRA, L. G. **Inovação no setor público: uma reflexão a partir das experiências premiadas no Concurso Inovação na Gestão Pública Federal**. Brasília: ENAP, 2014.

OLIVEIRA, R.; JACOMETTO, H. **Mais da metade das casas são chefiadas por mulheres em Goiânia, diz IBGE**. G1 Globo, Goiás, publicado em 23/07/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/07/23/mais-da-metade-das-casas-sao-chefiadas-por-mulheres-em-goiania-diz-ibge.ghtml>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). **Plano de Valorização da Mulher Advogada é publicado no Diário Oficial**. Brasília, 2015. Disponível em: < <https://www.oab.org.br/noticia/28815/plano-de-valorizacao-da-mulher-advogada-e-publicado-no-diario-oficial> >. Acesso em 12 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS (OVG). [https://www.ovg.org.br/site/?page\\_id=82](https://www.ovg.org.br/site/?page_id=82). Acesso em: 20 mar. 2023.

PEREIRA, V. **Entenda como a inflação alta pode impactar a carreira dos jovens**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/carreiras/2022/08/entenda-como-a-inflacao-alta-pode-impactar-a-carreira-dos-jovens.shtml#:~:text=Al%C3%A9m%20disso%2C%20de%20acordo%20com,vai%20embora%20apenas%20com%20transporte>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PHILLIPS, W, LEE, H, GHOBADIAN, A, O'REGAN, N, JAMES, P. Social Innovation and Social Entrepreneurship: A Systematic Review. **Group & Organization Management**, v. 40, n. 3, p. 428–461, 2015.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional**. 14ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional Divisão de Recursos Humanos. **Sem Assédio, Sem Discriminação: Guia de Prevenção e Combate na PUC GOIÁS**. Goiânia: PUC Goiás, 2023.

PROCOPIUCK, M. **Políticas Públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e rede de políticas públicas, administração judiciária.** São Paulo: Atlas, 2013.

PROCOPIUCK, M. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária.** São Paulo: Atlas, 2013.

SARFATI, G. Entrepreneurship and the Face of Janus of Institutions: Stimulus Policies for High-Impact Entrepreneurs in Brazil and Russia. *Teoria e Prática em Administração*, v. 9, n.1, p.15-28, 2019.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, p. 25-50, 2004.

SEBRAE. **Abertura de pequenos negócios em 2022 supera os números do período pré-pandemia.** ASN Nacional, publicado em 19/01/2023. Disponível em: <[SEBRAE. \*\*Empreendedorismo Feminino no Brasil\*\* \(2019\). Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pb/sebraeaz/empreendedorismo-feminino-no-brasil,eb4edf3c0ac2c610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 22 out. 2021.](https://agenciasebrae.com.br/dados/abertura-de-pequenos-negocios-em-2022-supera-os-numeros-do-periodo-pre-pandemia/#:~:text=No%20total%2C%20em%202022%2C%20foram,que%20representou%2078%25%20do%20total.></a>. Acesso em: 20 mar. 2023.</p></div><div data-bbox=)

SEBRAE. **O que são negócios de impacto social e como eles funcionam.** Brasília, 2022. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-sao-negocios-de-impacto-social,1f4d9e5d32055410VgnVCM1000003b74010aRCRD#:~:text=A1%C3%A9m%20disso%2C%20>>. Acesso em: 07 fev. 2023.

SEBRAE. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira.** Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2023

SENADO FEDERAL (org.). + **Mulheres na Política.** Brasília: Senado Federal, 2015.

SEN, A.. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRAT, O. **Innovation in the public sector.** Knowledge Solutions, 2012.

SESC (Serviço Social do Comércio) e do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio) no estado e Federação do Comércio (FECOMERCIO). **Projeto Linha, Agulha e Vida!.** Goiânia, SENAC. Fecomércio GO. SESC. 2021

SESC (Serviço Social do Comércio) e do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio) no estado e Federação do Comércio (FECOMERCIO). **As Marias: Programa Senac para Resgate da Mulher.** Goiânia: SENAC. SESC. FECOMÉRCIO GO, 2023

SHOCKLEY, G. E; STOUGH, R. R; HAYNES, K. E; FRANK, P. M. Toward a theory of public sector entrepreneurship. **International journal of entrepreneurship and innovation management**, v. 6, n. 3, p. 205-223, 2016.

SILVA, G; SERIO, L. C. D; BEZERRA, É. D. Public Policies on Innovation and Small Businesses in a Swinging Economy. **BAR - Brazilian administration review**, v. 16, n. 3, p. 1-26, 2019.

SILVA, M. G. V, MEZA, M. L. F. G, OLIVEIRA, A. G., PROCOPIUCK, M. Intraempreendedorismo no setor público: análise do comportamento empreendedor de gestores públicos municipais. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 7, n. 2, p:67-114, 2018.

SILVA, R. L. M; SEGATTO, A. P; JUSTEN, G. S; BEZERRA-DE-SOUSA, I. G; DE-CARLI, E. The social innovation process: exploring the specificities in a developing context. **Business process management journal**, v.28, n.1, p.236-257, 2022.

SINDAKIS, S, DEPEIGE, A, ANOYRKATI, E. Customer-centered knowledge management: challenges and implications for knowledge-based innovation in the public transport sector. **Journal of Knowledge Management**, v. 19, n. 3, p:559-578, 2015.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 1, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, S. R. Empreendedorismo feminino: uma revisão sistemática da literatura científica internacional. In: **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, 39., 2015, Belo Horizonte. Rio de Janeiro: ANPAD, 2015.

TELES, M. A. de A. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

TELLES, C. V. D; ANDRADE, S. K. P. Inovação no Serviço Público. **Boletim Economia Empírica**, v. 2, n. 9, 2020.

THE GLOBAL GENDER GAP REPORT - **Relatório anual do Fórum Econômico Mundial que avalia a igualdade de gênero em várias dimensões**: Disponível: <https://www.weforum.org/reports/gender-gap-2021-report-100-years-pay-equality>. Acesso em: 18 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG). SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE GOIÁS (SEBRAE-GO). **Perfil da Empreendedora Goiana**: Empreendedorismo por mulheres em Goiás. Organizado por Polyanna Marques Cardoso – SEBRAE Goiás. 3ª Edição. Fevereiro/2023.

UZIEL, A. Empreendedorismo feminino: uma revisão sistemática da literatura nacional. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo**, v. 13, n. 10, p. 1-16, 2020.

VALADARES, J; EMMENDOERFER, M. A Incorporação do empreendedorismo no setor público: reflexões baseadas no contexto brasileiro. **Revista de Ciências da Administração**, v. 1, n. 1, p. 82-98, 2015.

VARGAS, R. Empreendedorismo feminino no Brasil: perfil e desafios. **Revista de Administração da UFSM**, v. 12, n. 1, p.176-192, 2019.

VEIGA, P. M; TEIXEIRA, S. J; FIGUEIREDO, R; FERNANDES, C. I. Entrepreneurship, innovation and competitiveness: A public institution love triangle. **Socio-Economic Planning Sciences**, v. 72, n. 1, p:1-15, 2020

VERGARA, M. Empreendedorismo feminino: uma revisão bibliométrica da produção científica brasileira. In: **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 9, 2017, Resende: SEGeT, 2017.

WITKAMP, M. J; RAVEN, R. P. J. M; ROYAKKERS, L. M.M. Strategic Niche Management of Social Innovations: The Case of Social Entrepreneurship. **Technology Analysis & Strategic Management**, v. 23, n .6. p. 667-681, 2011.

WOMEN, BUSINESS AND THE LAW - Banco Mundial fornece dados sobre o ambiente legal e regulatório para mulheres em diferentes países: <https://wbl.worldbank.org/>

ZIDONIS, Z; BILINSKYI, D; NAZYROV, K. Management innovation practices to public sector organizations. **Problems and Perspectives in Management**, v. 18, n. 3, p. 392-401, 2020.